



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Artes e Letras

**A prática de lóbi:  
Representação das organizações e profissionais  
portugueses junto da União Europeia**

**Cláudia Alexandra Rodrigues de Sousa**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações Públicas**  
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof. Doutora Gisela Gonçalves

**Covilhã, junho de 2018**



## Agradecimentos

“Para ser grande, sê inteiro: nada

Teu exagera ou exclui.

Sê todo em cada coisa. Põe quanto és

No mínimo que fazes.

Assim em cada lago a lua toda

Brilha, porque alta vive.”

Ricardo Reis

A todos aqueles que me acompanharam ao longo desta jornada estranhamente prazerosa. Aos meus pais, pelo seu empenho e dedicação, pela educação, formação e oportunidades que me proporcionaram ao longo da vida. À minha querida avó, Ludovina, pelo carinho, consideração e, sobretudo, por ser o meu porto de abrigo. Aos meus padrinhos e primos, pelo apoio e por acreditarem incansavelmente nas minhas capacidades. À Conceição e ao João, pelo carinho e estima que têm demonstrado ao longo dos últimos anos.

Aos meus amigos pela ausência constante, por acreditarem piamente no meu trabalho e pela compreensão demonstrada ao longo destes oito meses. Ao Núcleo de Estudantes de Ciências da Comunicação (UBIMEDIA) por me ter possibilitado desenvolver projetos, promover iniciativas distintas, representar os interesses dos nossos estudantes e, sobretudo, por ter partilhado esta experiência com pessoas fantásticas, pelas quais tenho grande estima.

Aos meus colegas de turma, Adriana e Mário, pela troca de opiniões ao longo destes últimos meses.

Um especial agradecimento à minha querida orientadora, Gisela Gonçalves, pela compreensão, paciência e por toda a colaboração ao longo da elaboração da dissertação.

Por último, um agradecimento enorme ao meu namorado e ao meu irmão. Ao André por ser o companheiro de todas as horas, pela amizade, amor, carinho, dedicação e apoio incondicional. Ao Tiago por ser a criança mais linda, bondosa e meiga que conheço, pelas suas doces e confortantes palavras e pelo amor inestimável que nutrimos um pelo outro.

Dedico este trabalho

A todos vós,

Com muito amor e carinho.



## Resumo

Alicerçada em ideais de liberdade e igualdade, a atividade de lóbi é uma prática reconhecida e institucionalizada na maioria dos sistemas democráticos, revelando-se determinante para assegurar que a coexistência coletiva dos cidadãos seja vivida de forma mais justa, igualitária e participativa. A defesa, representação e intermediação de interesses, revela-se totalmente legítima, influente e necessária para garantir que as políticas públicas refletem as necessidades reais da sociedade civil. Apesar de não ser uma prática profissional regulamentada no contexto nacional, são vários os representantes das organizações portuguesas que operam junto da união europeia, influenciando e pressionando os centros de decisão europeus. Recorrendo à análise de conteúdo dos dados disponíveis no Registo de Transparência da União Europeia, uma base de dados que enumera as organizações que procuram influenciar o processo legislativo e a tomada de decisões das instituições da UE, é possível identificar quantas organizações e de que tipo estão inscritas no registo, quantos lobistas portugueses estão acreditados junto do Parlamento Europeu, quais os principais interesses representados e quais os profissionais que intermedeiam as relações com a UE. Pode concluir-se que, apesar de o lóbi carecer de regulamentação em Portugal, são vários os profissionais e interesses defendidos por diferentes organizações no contexto europeu.

## Palavras-chave

Lóbi, grupos de reflexão, relações institucionais, comunicação estratégica, registo de transparência, União Europeia, Portugal.



## Abstract

Grounded in the ideals of freedom and equality, the lobby activity is largely recognized and institutionalized on the majority of the democratic systems, proving itself to be fundamental for a fair, equal and participatory coexistence of the citizens. The defense, representation and intermediation of interests, seems to be totally legitimate, influent and necessary to ensure that public policies reflect the real needs of the civilians. Despite the fact of the lobby activity not being a professional regulated practice on national context, there are several representatives of portuguese organizations operating in the European Union, leading and pressing the European decision centers. Using the analysis of data available in the EU Transparency Register, a database used to list organizations seeking to influence the legislative process and decision making of the EU institutions, it is possible to identify how many organizations and what kind are registered, how many portuguese lobbyists are accredited to the European Parliament, what are the main interests represented and which professionals are mediating relations with the EU. We come to the conclusion that even though the lobby needs more ordination in Portugal, there are several professionals and interests being defended by different organizations in the European context.

## Keywords

Lobby, think tanks, public affairs, strategic communication, transparency register, European Union, Portugal.





# Índice

Introdução	1
Capítulo 1. <i>Lobby</i> e <i>Think Tanks</i> - Conceitos e características	5
1.1 Grupos de interesse e de pressão	5
1.2 Conceito de <i>Lobby</i>	8
1.3 Conceito de <i>Think Tank</i>	12
1.4 Aproximação dos conceitos	16
1.4.1 Estratégias de comunicação	16
1.4.2 Tipos de interação entre grupos e autoridades públicas	17
Capítulo 2. Designações distintas, uma atuação em comum	21
2.1 Conceito de <i>Public Affairs</i>	21
2.2 Quem pratica lóbi	26
2.2.1 Políticos e ex-políticos	26
2.2.2 Advogados	28
2.2.3 Agências e consultoras de comunicação	29
2.2.4 Sociedade civil	30
2.3 Estratégias de lóbi	31
2.3.1 Lóbi direto	32
2.3.2 Lóbi de topo	32
2.3.2.1 Meios de difusão: Lóbi direto e de topo	33
2.3.3 Lóbi de base	34
2.3.3.1 Meios de difusão: Lóbi de base	35
2.3.4 Vigilância Legislativa e <i>Business Intelligence</i>	35
2.3.5 Plano Estratégico	36



Capítulo 3. O lóbi em Portugal e na Europa	39
3.1 Contexto europeu	39
3.2 Contexto nacional	44
3.2.1 Tráfico de influências	47
3.3 Limites do Lóbi: Ética, Transparência e Regulação	49
Capítulo 4. Metodologia	57
4.1 Questões e objetivos de investigação	57
4.2 Hipóteses de pesquisa	58
4.3 Objeto de estudo e método de investigação	58
4.4 Enquadramento institucional do Registo de Transparência	59
Capítulo 5. Apresentação e discussão dos dados	61
Capítulo 6. Considerações finais	83
Conclusões	89
Referências Bibliográficas	93
Anexos	101
Anexo 1. Código de Conduta do Registo de Transparência	103
Anexo 2. Projeto de Lei nº 734/XIII	105
Anexo 3. Projeto de Lei nº 735/XIII	109
Anexo 4. Código de Conduta do Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (APCE)	113
Anexo 5. Lista integral do número de organizações inscritas distribuídas por país	117
Anexo 6. Lista integral dos domínios de interesse	119
Anexo 7. Lista integral de nomenclaturas	121



## Lista de Figuras

Figura 1 - Caraterísticas do meio envolvente e estratégias de <i>public affairs</i>	25
Figura 2 - Gráfico referente às organizações inscritas por continente	61
Figura 3 - Gráfico referente à evolução global do Registo de Transparência da UE	62
Figura 4 - Gráfico referente à evolução europeia do Registo de Transparência	63
Figura 5 - Gráfico referente à evolução nacional no Registo de Transparência	64
Figura 6 - Gráfico referente à distribuição dos representantes de interesses por seção a nível europeu	66
Figura 7 - Gráfico referente à distribuição dos representantes de interesses por seção a nível nacional	67
Figura 8 - Gráfico referente à repartição de subseções existentes na seção I	68
Figura 9 - Gráfico referente à repartição de subseções existentes na seção II	69
Figura 10 - Gráfico referente à seção III	71
Figura 11 - Gráfico referente à repartição de subseções existentes na seção IV	72
Figura 12 - Gráfico referente à seção V	73
Figura 13 - Gráfico referente à repartição de subseções existentes na seção VI	74
Figura 14 - Gráfico alusivo aos domínios de interesse "mais defendidos" a nível europeu	75
Figura 15 - Gráfico alusivo aos domínios de interesse "mais defendidos" a nível nacional	77
Figura 16 - Gráfico alusivo aos domínios de interesse "menos defendidos" a nível europeu	78
Figura 17 - Gráfico alusivo aos domínios de interesse "menos defendidos" a nível nacional	79



## Lista de Acrónimos

APCE - Associação Portuguesa de Comunicação de Empresas

AR - Assembleia da República

BI - Business Intelligence

CDS - Partido do Centro Democrático Social

CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE - Comunidade Económica Europeia

ECO - Effective Citizens Organization

EU - European Union

GATT - General Agreement on Tariffs and Trade

ONG - Organização Não Governamental

PAC - Política Agrícola Comum

PAC - Public Affairs Council

PE - Parlamento Europeu

PS - Partido Socialista

RRI - Registo de Representantes de Interesses

RT - Registo de Transparência

UE - União Europeia





## Introdução

A prática das relações públicas tem ganho uma enorme preponderância no seio social, tornando-se uma ferramenta imprescindível na gestão de relacionamentos com diferentes públicos. O campo das relações públicas divide-se em várias áreas, tais como: assessoria de imprensa, comunicação interna, gestão da comunicação de crise e *public affairs*. Esta última área - *public affairs* - é, precisamente, uma das atividades estratégicas que tem evidenciado um crescimento contínuo e progressivo. Nas últimas duas décadas, o termo *public affairs* ou relações institucionais tem reunido um certo consenso, junto dos diversos atores, para designar um conjunto de atividades distintas que se dedicam a influenciar os centros de decisão (Lampreia, 2008, p. 14). As atividades e serviços prestados pelos profissionais de *public affairs* são vastíssimos, porém podemos dividi-los em três blocos de atividade: 1) *Lobby*, 2) B2B e, por último, 3) Comunicação, Informação e Imagem.

Podemos entender a atividade de *public affairs*, como um processo integrado de gestão de relações com diversos stakeholders, que pretende alcançar uma boa reputação, estabelecer bons relacionamentos e, contribuir, de forma positiva, para o desenvolvimento político e regulatório. Para executar as suas ações os profissionais de *public affairs*, recorrem comumente ao estabelecimento de alianças, estratégias negociais, gestão de crise e de reputação, monitorização de informação, comunicação estratégica e à prática do *lobby*. De todas as atividades elencadas, o *lobby*, representa uma fatia substancial das atividades prestadas.

Partindo do princípio que a atividade de *public affairs* é uma das áreas operativas das relações públicas, revelou-se interessante conhecer e aprofundar teorias existentes acerca do assunto, nesse sentido, a presente dissertação tratará sobretudo do primeiro bloco de atividades relacionadas com a prática de *lobby*.

O *lobby*, ou lóbi, é uma atividade mal compreendida e que está irremediavelmente mal conotada, por estar associada a atuações isentas de transparência, ilegítimas e conflitantes. Apesar dos pressupostos apresentados, pode ser entendido como uma atividade de defesa de interesses que influencia os processos de tomada de decisão, porém a influência exercida por estes profissionais não deverá estabelecer à priori que a defesa de interesses seja praticada de modo lícito ou ilícito (Gozetto e Mancuso, 2011, p. 121).

O enquadramento teórico desta dissertação encontra-se dividido em três capítulos. Ao longo deles serão explicados três conceitos: *lobby*, *think tanks* e *public affairs*. Ao longo do primeiro capítulo, designado de “*Lobby e Think Tanks - Conceitos e características*”, pretende-se desmistificar a prática, perceber quais são as funções de um lobista e verificar de que forma se assemelha a outras práticas. Nesse sentido, será elaborada uma abordagem teórica, que enquadre a nível histórico e concetual as duas atividades. Iniciar-se-á o capítulo

elaborando uma breve distinção sobre o que são grupos de interesse e grupos de pressão, posteriormente, e tendo em conta os pressupostos apresentados, trabalhar-se-á o conceito de lóbi, seguidamente, o conceito de *think tank* e, em última instância, será elaborada uma aproximação dos dois conceitos.

No que diz respeito ao capítulo 2 “*Designações distintas, uma atuação em comum*” será elaborada uma vez mais, uma abordagem teórica que enquadre a nível histórico e concetual uma terceira atividade, a de *public affairs*. Para que se possa compreender integralmente o cerne da atividade do lóbi, tornou-se relevante aproximar outras práticas, que estão invariavelmente relacionadas. Depreendidos os conceitos, importa averiguar quais são os atores que recorrem comumente à prática de lóbi, a que estratégias recorrem e que meios utilizam para difundir as suas mensagens.

Quanto terceiro e último capítulo do enquadramento teórico, “*O lóbi em Portugal e na Europa*”, tentou perceber-se como funciona a atividade de lóbi em duas conjunturas distintas, para tal, optou-se por fazer um retrato sobre o contexto europeu e, posteriormente, sobre o contexto nacional. Abordar duas conjunturas distintas revelou-se necessário para verificar as semelhanças e as discrepâncias existentes. De seguida, abordar-se-á um tópico relacionado com o tráfico de influências, uma atividade que em Portugal é constantemente assemelhada à prática em estudo. Por último, abordar-se-ão tópicos bastante confluentes e transversais a todos os capítulos falar-se-á, portanto, dos limites da atividade: ética, transparência e regulamentação.

A escassez de conteúdos sobre a prática em Portugal foi um dos principais fatores, que nos levou a elaborar um estudo empírico, que prestasse um contributo teórico-prático sobre a prática de lóbi, um das áreas operacionais das relações públicas. Pretende-se também verificar quantas organizações e lobistas portugueses estão inscritos no Registo de Transparência da União Europeia, a que tipo de organizações correspondem, que interesses defendem e que cargos detêm os profissionais que intermediam as relações com a UE.

A parte empírica desta dissertação está igualmente organizada em três capítulos distintos. No capítulo quatro, *Metodologia*, identifica-se o problema, as questões e objetivos de investigação, os métodos utilizados e enquadra-se o objeto de estudo. O ponto de partida para realizar o estudo empírico traduz o seguinte problema: **Quem pratica lóbi na União Europeia em prol dos interesses das organizações nacionais?**

Para compreender de que forma as organizações e profissionais portugueses representam e influenciam os centros de decisão europeus na defesa dos seus interesses elaborou-se um conjunto de questões que possam conduzir toda a investigação:

**Q1** - Quantas organizações portuguesas e de que tipo (eg. empresas, ONG's, *think tanks*) estão inscritas no Registo de Transparência da União Europeia?

Q2 - Quantos lobistas portugueses estão acreditados junto do Parlamento Europeu?

Q3 - Quais os interesses representados na União Europeia?

Q4 - Quem são os profissionais que intermediam as relações com a UE?

Delineadas as questões e os objetivos de investigação formularam-se hipóteses que conduziram toda pesquisa:

H1 - O número de organizações portuguesas registadas no Registo de Transparência é inferior aos restantes países europeus;

H2 - O número e tipo de organizações e lobistas portugueses registados tem aumentado progressivamente;

H3 - Os interesses defendidos pelos portugueses são distintos dos outros países europeus;

H4 - As nomenclaturas “lobista”, “*think tank*” e “*public affairs*” são utilizadas pelos profissionais que intermediam as relações com as instâncias europeias.

Para a concretização da investigação realizou-se uma análise de conteúdo ao website do Registo de Transparência da União Europeia, uma iniciativa que existe para garantir que a interação constante entre os representantes de interesses e as instituições europeias ocorra de forma transparente. No capítulo 5 serão apresentados e discutidos os dados obtidos através da análise, posteriormente, no capítulo 6 irá correlacionar-se os conteúdos teóricos com o corpo empírico.



# Capítulo 1. *Lobby e Think Tanks* -

## Conceitos e características

O contexto democrático atual caracteriza-se por uma descentralização dos poderes políticos, económicos, sociais, educativos e ideológicos. A repartição de poderes entre o Estado e membros da sociedade faz com que surjam associações ou grupos que intervêm no processo político, legislativo ou executivo com a função de atuar junto dos decisores políticos a fim de defender, representar e intermediar os interesses públicos ou privados dos cidadãos.

A democracia pode ser definida como “a experiência de uma vida coletiva mais justa, igualitária e participativa que prioriza o interesse geral”<sup>1</sup> (Aubert, 2000, p. 7). Para garantir a organização social e a coexistência dos cidadãos é necessário que associações ou grupos defendam os seus interesses para que todo o sistema democrático seja equilibrado.

Ao longo da dissertação não se discorrerá sobre questões políticas ou económicas, mas sim sobre a prática do lóbi, enquanto atividade integrante das relações públicas. Ao longo deste capítulo serão esclarecidos aspetos importantes sobre o papel da comunicação estratégica na prática do lóbi e dos *think tanks*. Os objetivos deste capítulo são: 1) definir o que são grupos de interesse e de pressão; 2) desmistificar o conceito de lóbi e de *think tanks*; 3) clarificar quais são os aspetos técnicos que desencadeiam as ações e, por último, 4) explicar as semelhanças entre as práticas.

### 1.1 Grupos de interesse e de pressão

Segundo o dicionário de língua portuguesa Priberam<sup>2</sup>, a palavra «grupo» provém do italiano «*gruppo*» que, num sentido mais amplo, se refere a um “número de pessoas ou de coisas que formam um todo” ou a uma “pequena associação”, por outro lado, num sentido mais restrito e aplicado da palavra, refere-se a um “conjunto de palavras subordinadas a um núcleo e que forma um constituinte da frase”. A pluralidade de perspetivas existentes atribuídas ao conceito e a diversidade de grupos na sociedade dificulta a tarefa de identificar com precisão e clareza quem são estes grupos, o que fazem e aquilo que pretendem. Na verdade, qualquer indivíduo da sociedade civil pertence a um grupo, seja pelas hierarquizações de poder

---

<sup>1</sup> As traduções das citações são da autoria da autora da dissertação.

<sup>2</sup> Link para consulta: <https://www.priberam.pt/dlpo/grupo>

instituídas, pelas estratificações sociais existentes, pelos ideais que defende, pela atividade que desempenha ou pelo setor que representa.

Ao falar em grupos importa refletir sobre os interesses que os circundam e que os movem. Neste capítulo a noção de grupo discorrida não poderá ser separada dos seus interesses, tal como constata Bentley (1983), grupo e interesse estão invariavelmente ligados. Bobbio e Matteucci (1966) definem os grupos de interesse com objetividade e sintetizam com clareza quais são as suas atuações. Nesse sentido, podemos caracteriza-los como “(...) qualquer grupo que, com base em uma ou várias atitudes compartilhadas, leva adiante certas reivindicações diante dos outros grupos da sociedade, para o estabelecimento, a manutenção ou a ampliação de formas de conduta que são inerentes às atitudes compartilhadas” (Bobbio e Matteuci, 1966, p.751).

A diversidade de interesses presentes na sociedade faz com que surjam novos grupos ou associações com interesses cada vez mais específicos. Para Castillo (2013) a formação de grupos é consequência de dois processos sociais: “o aumento da complexidade social e a tendência natural que busca a condição de equilíbrio” (p.22). Os processos sociais enumerados pelo autor devem-se, sobretudo, ao aumento da especialização dos grupos e à diversificação da estrutura social, que traduz necessidades e interesses cada vez mais diversificados e conflituantes entre si (ibid.). A promoção e defesa de interesses distintos tende a ser bastante benéfica para a sociedade em geral, sendo que zelam por uma vida social mais igualitária e justa em prol do bem-estar coletivo.

Por possuírem um conhecimento integral quanto às necessidades sociais, a maioria dos grupos de interesse são, frequentemente, auscultados pelos decisores políticos, por possuírem conhecimentos valiosos sobre o funcionamento de setores económicos, grupos populacionais ou questões técnicas (Coroado, 2017, p.39). A vontade intrínseca que os move para participar na vida pública, com o objetivo de influenciarem decisões para o seu próprio benefício, fez com que os sistemas políticos criassem mecanismos de participação para atores não institucionais, que visam separar as ações consideradas legítimas de pressão e as que são consideradas ilícitas (ibid.).

Se para Bentley (1983) grupo e interesse estão invariavelmente relacionados, para Castillo (2013) grupo e política também. Para o autor todos os grupos que surjam como um elemento indissociável da estrutura política e que participem no processo de tomada de decisões, constituem um grupo de pressão (p. 19). Castillo (2013) refere que a expressão grupo de pressão “denota conotações negativas pelo pensamento de uma atuação parcial e oculta dos grupos em relação aos decisores políticos” (p. 27). Com o objetivo de defender afincadamente os seus interesses, os grupos, “pregam a pressão como uma ação que circula sobre uma linha que vai, de forma unilateral, dos grupos às autoridades” (Castillo, 2013, p. 80), contudo, a forma de exercer pressão para reivindicar os seus interesses poderá ser praticada de forma contestável, isenta de transparência ou ilegítima.

Para Heredia (2014) “os denominados grupos de pressão realizam as suas atividades sobre o público, como um ensaio de persuasão, para conseguir desta forma a simpatia e compreensão sobre as causas e aspirações a desenvolver” (p. 9).

Enquanto que, muitos autores são da opinião que os grupos de interesse e de pressão são indissociáveis, Linares (1977) defende a falta de concomitância entre os termos:

Os grupos de interesse são agrupações individuais formadas em torno de interesses particulares comuns, que têm como finalidade substancial a defesa destas ideias; quando estes grupos pressionam o Estado, os partidos políticos, a opinião pública ou os seus próprios membros em defesa de interesses particulares, eles se convertem em grupo de pressão. Daí que todos os grupos de pressão são grupos de interesse, mas nem todos os grupos de interesse são grupos de pressão. (1977, citado em Castillo, 2013, p. 27)

Com uma perspetiva semelhante, Sanson (2013), na sua tese de doutoramento, defende que existem singularidades entre estes dois grupos enfatizando que “por pressão, não se deve depreender o interesse do grupo, mas a significação íntima dos métodos utilizados na ação política condicionadora, residindo, conseqüentemente, na maneira de proceder e não no objeto associativo” (p. 114).

A proposta apresentada por Meyer Pflug, na sua obra *Grupos de interesse (lobby)*, contrapõe em certa medida a perspetiva teórica dos dois últimos autores:

A diferença entre os dois grupos pode ser transitória. Pode ocorrer uma mudança de postura dos grupos de interesses, passando a atuar ativamente e politicamente na defesa das suas ideias. E a partir desse momento deixam de ser grupos de interesses e passam a ser de pressão, em virtude dessa possibilidade de mudança de atitude é que se consideram os grupos de interesses potenciais grupos de pressão. (2009, citado em Pierini, 2010, p. 189)

Muitas outras propostas poderiam ser apresentadas quanto a estas duas expressões, contudo, seria difícil chegar a uma conclusão consensual e institucionalizada. A problemática subjacente a esta dicotomia é mais complexa do que aparenta e detém uma série de conotações que não são percecionadas por todos. Toda a problemática gira em torno da prática de *lobby*, que para muitos é vista como um grupo de interesse e para outros como um grupo de pressão. O cerne da atividade e dos profissionais que a praticam não é compreendido tornando-a suscetível a interpretações depreciativas, algo que advém da falta de regulamentação e institucionalização da prática em muitos países.

## 1.2 Conceito de *Lobby*

Segundo a obra *Lóbi - Ética, Técnica e Aplicação*, a origem dos termos *lobby* e *lobbyist* é imprecisa e bastante nebulosa, tanto ingleses como americanos parecem disputar a origem da palavra (Lampreia, 2005, p. 23). Para alguns dos estudiosos, a origem dos termos remonta à Inglaterra dos finais do século XVIII, onde os representantes de diversos interesses comerciais se encontravam com os deputados eleitos, na Câmara dos Comuns, com o objetivo de os convencer a votarem em medidas que lhes fossem favoráveis (Lampreia, 2005, p.23). Como o acesso ao recinto das sessões parlamentares era vedado a estranhos, os encontros tinham lugar nos corredores e nas antecâmaras do Parlamento, que em inglês se designa como *lobby* (Lampreia, 2005, p.23).

Há também quem defenda que a origem da palavra teve lugar no século XIX, através do 18º Presidente dos Estados Unidos, Ulysses Grant. Grant tinha por hábito frequentar o Hotel Willard para almoçar ou simplesmente para descontrair no bar e tomar um whiskey e fumar um charuto (Lampreia, 2005, p.24). Segundo Lampreia (2005) conseguimos perceber a dinâmica da atividade na sua fase inicial:

Os representantes dos vários grupos de interesse depressa se aperceberam dessa rotina e passaram então a esperar o Presidente no *hall* de entrada (*lobby*), único local público autorizado, a fim de lhe exporem as suas questões. As pessoas mostrar-se-iam por vezes tão insistentes e até inconvenientes, nas suas exigências, que Grant se queixava amiúde do assédio destes *lobbyists*, sempre que entrava ou saía do hotel, dando assim origem ao termo. (Lampreia, 2005, p. 24)

Muito antes de se estabelecer um termo para a atividade em estudo, já a sociedade americana permitia aos seus cidadãos manifestarem as suas opiniões sobre os aspetos legislativos, nomeadamente através de petições (Lampreia, 2005, p.24). Também na Grécia Antiga existem registos da atividade, não com este nome, mas com a mesma pretensão. Na obra *Definição de retórica e cultura grega* é descrito o surgimento da retórica nas disputas territoriais na Sicília, processos esses que mobilizavam grandes júris populares, diante dos quais, para os convencer, era necessário ser eloquente (Fidalgo, 2008, p. 3).

Segundo Lampreia (2005) “se verificarmos bem, ao longo de toda a história da Humanidade, os grupos de interesse sempre existiram em todos os países e souberam manifestar-se, de formas diferenciadas, através dos jogos de influência, na defesa dos seus pontos de vista” (p. 25).

Apesar da origem histórica da atividade ser imprecisa importa definir a sua prática atual. A ligação direta da prática de lóbi<sup>3</sup> à intermediação de determinada empresa ou entidade nas

---

<sup>3</sup> Ao longo desta dissertação usamos a palavra lóbi.



relações governamentais ou parlamentares faz com que os lobistas sejam comumente definidos como “grupos de pressão” (Castillo, 2013, p. 8). Por outro lado, há quem defina a atividade como “representação de interesses” (Marrana, 2015, p. 290). Face à multiplicidade de perspetivas sobre a atividade optou-se por elencar um conjunto de várias definições que clarifiquem a prática quanto aos seguintes tópicos: o que é, quem são e o que fazem.

Segundo Castillo (2013) as atividades de lóbi “aludem às atividades exercidas por um grupo especializado na arte de pressionar, a pedido de um terceiro” (p. 33). O autor defende ser possível afirmar que, em primeiro lugar, surgem como empresas especializadas na pressão política, sem defender interesses próprios e, sim, servindo de intermediários de outros interesses (ibid.).

Para Spínola (2015) quando se fala em lóbi é tendência associar-se a atividades ilícitas como a corrupção e o tráfico de influências. Porém, o seu ponto de partida é que “a atividade de lóbi se classifica como uma das áreas operacionais das relações públicas e que tem como destinatários os que detêm o poder legislativo e executivo quer ao nível local, regional, nacional, europeu ou internacional” (Spínola, 2015, p. 216). Para a autora existem condições necessárias para a prática do lóbi:

Importa ainda referir que esta atividade está intimamente ligada com a noção de democracia e com os dois pilares fundamentais desta, a saber: liberdade e igualdade. Sendo a democracia uma forma de organização do Estado, só neste tipo de organização faz sentido falarmos de lóbi. É na liberdade de associação, na liberdade de expressão, no direito de defesa de interesses e de cada um poder fazer ouvir a sua voz, na noção de que todos temos essas liberdades e esses direitos com base numa igualdade, exatamente de liberdades e direitos, que o lóbi faz sentido. (Spínola, 2015, p.220)

No artigo *Lobby e interesse público* é sustentado que “o *lobby* é a representação política de interesses em nome e benefício de clientes identificáveis por intermédio de uma panóplia de esquemas que, em princípio, excluem a troca desonesta de favores” (Graziano, 1996, p. 4).

No Congresso Meso 2016<sup>4</sup> uma das temáticas trabalhadas e apresentadas incidiu sobre o lóbi. Para os autores Sadi e Ramos (2016) a atuação de lóbi:

(...) implica influir eficazmente sobre os poderes executivos e legislativos de diferente jurisdição e transforma-se numa via legítima e legal para fazer chegar aos decisores públicos os argumentos de distintos sectores da sociedade, de modo a contribuir para uma democracia mais participativa, transparente e plural (...). (Sadi e Ramos, 2016, p. 4)

Para Coroadó (2017) não existe um consenso sobre o que é exatamente o *lobbying*, porém explicita que o *lobbying* tradicional ou direto:

---

<sup>4</sup> O Centro de Estudos - Meios e Sociedade (Meso), sediado na Argentina, realiza anualmente um Congresso onde apresentam trabalhos de investigação e debatem temas relacionados com cultura, tecnologia digital e meios.

é aquele que se dirige especificamente aos decisores públicos, seja através de um representante do grupo de interesse, de um lobista profissional contratado, ou de um lobista interno, os chamados *in-house*, funcionários em *full time* da empresa ou do interesse que procura exercer pressão. (Corrado, 2017, p.49)

Uma definição muito concreta e objetiva da atividade é dada por Xifra (1998) definindo o lóbi como:

um processo planificado de comunicação, de conteúdo predominantemente informativo, de uma empresa ou organização com os poderes públicos, exercido directamente por esta ou através de terceiros, e que tem como função intervir sobre uma decisão pública (norma ou acto jurídico) com a finalidade de a orientar no sentido favorável aos interesses que representa. (1998, citado em Lampreia, 2005, p. 18)

De forma semelhante, Lampreia (2005) define lóbi como um “conjunto de actividades que visam exercer uma pressão, directa ou indirectamente, sobre os poderes públicos (legislativo e executivo), na defesa dos interesses de uma empresa, instituição, sector de actividade, região ou país, no plano legislativo” (p.19).

Após elencarmos um conjunto de definições sobre a prática do lóbi, observam-se semelhanças entre as diversas perspetivas, nomeadamente, a defesa de interesses e a influência exercida junto dos poderes legislativo e executivo. As definições que se consideram mais claras e consensuais são as de Xifra (1998) e Lampreia (2005), nesse sentido, a definição operativa que sustentará todo o estudo é a de que lóbi é um processo planificado de comunicação de uma empresa ou organização, que exerce pressão direta ou indirectamente junto dos poderes públicos, com a pretensão de defender e orientar favoravelmente os interesses que representa.

Definida a prática, importa definir quem são os profissionais de lóbi e quais as suas atuações. Segundo Lampreia (2005) todos os que têm por profissão o exercício do lóbi designam-se de lobistas e poderemos defini-los como “pessoas que desenvolvem a tempo inteiro e por conta de outrem, a actividade de lóbi, visando convencer os legisladores e governantes a votarem medidas favoráveis aos interesses dos particulares que eles representam” (p.19).

Os lobistas devem executar e realizar uma série de funções para incrementar as suas atuações com sucesso. Segundo Castillo (2013) podem ser resumidas em dez pontos principais (pp.40-41):

1. Saber aconselhar, inspirar, planear e coordenar as atividades dos grupos ou organizações que represente, sobre os diferentes Poderes do Estado, além da ação sobre a opinião pública.
2. A relação entre as pessoas que compõem os objetivos a ser trabalhados deve ser profunda, amistosa, privada e fecunda, sobretudo, com os personagens-chave. Também é preciso uma ampla rede de contactos nos principais níveis.

3. Possuir contactos que permitam que nas atividades as portas de acesso sejam abertas, de forma rápida e fácil.
4. Saber e poder comunicar, no momento mais adequado, as opiniões dos seus representados nos diversos processos. Realizar os juízos mais adequados, oportunos e precisos, assim como conseguir destaques positivos em todas as circunstâncias. Utilizar sempre a verdade, uma vez que dados e argumentos inválidos condenam ao fracasso toda a ação futura.
5. Ter presente a todo o instante, e de forma rápida e criteriosa, técnicas suscetíveis que produzam, em cada caso, resultados ótimos e adequados.
6. Saber atuar como inspirador e, inclusive, autor de grande número de petições, cartas, telegramas em série que cheguem aos gestores públicos, assim como conhecer o momento mais oportuno para realizá-las (*grassroots*).
7. Dispor de erudição suficiente para saber aconselhar adequadamente sobre a quantidade e a qualidade de pressão a exercer sobre determinado ator político.
8. Os conhecimentos técnicos em Relações Públicas, informação e publicidade devem ser maximizados para melhorar a imagem dos representados. A facilidade de acesso aos meios de comunicação deve permitir a publicação de informações o mais favoráveis possível aos interesses representados.
9. Inspirar publicações e informações favoráveis sobre os principais interlocutores no processo político.
10. Ter perícia e instrução para a organização de conferências e visitas dos homens públicos a cargo dos grupos de interessados, aumentando o grau de conhecimento daqueles sobre estes.

Pode observar-se que os profissionais devem, obrigatoriamente, possuir um vasto conhecimento em distintas áreas, todavia as suas funções revelam-se mais complexas do que aparentam pela minúcia, astúcia e firmeza que exigem aos lobistas. Como exemplo pode mencionar-se algumas das indústrias que poderão recorrer à contratação de um lobista para representar os seus interesses: indústria tabaqueira, farmacêutica, alimentar, de armamento ou de tecnologia. Quanto às atividades desenvolvidas pelos profissionais podem ser catalogadas em quatro fases principais: monitorização, estratégia, execução e avaliação (Lampreia, 2005, pp. 55-66).

A recolha de informação constitui um ponto de partida para o desencadeamento de qualquer ação e, à posteriori, a análise da mesma. Para Lampreia (2005) a fase de monitorização serve para obter conhecimento sobre toda a regulamentação e enquadramento de um setor de atividade, sobre a empresa ou instituição que o lobista representa. Recolhida a informação necessária é essencial delinear um planeamento estratégico para que a ação se efetive. O autor aproveita o modelo de comunicação definido por Lasswell para relembrar os principais pontos de enfoque durante a ação: quem, diz o quê, a quem, como, porquê. Porém

acrescenta-lhe mais três condicionantes: «quando?» (*timing*), «onde?» (contexto) e «com que intensidade?» (visibilidade de toda a operação).

Segue-se a fase de execução, que consiste na aplicação do plano de ação definido e concebido anteriormente, sendo que, a implementação das atividades preconizadas ficará ao encargo do cliente ou através de especialistas subcontratados (Lampreia, 2005, p. 63). Por último, avaliam-se os resultados, independentemente da avaliação contínua feita durante a execução é necessário medir os resultados finais. Existem três panoramas distintos que classificam a ação, o programa ou a campanha de lóbi: objetivos atingidos totalmente, objetivos atingidos parcialmente e objetivos não atingidos (Lampreia, 2005, p.65).

### 1.3 Conceito de *Think Tank*

A origem do termo *think tank* remete para os Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial. O termo servia para designar os recintos fechados onde os cientistas e militares se reuniam para definir as estratégias político-militares (Heredia, 2014, p. 12). Por não existirem datas precisas que remetam para a consolidação da atividade dos *think tanks*, há autores que sintetizam o seu desenvolvimento em três fases históricas distintas. De acordo com Heredia (2014) a primeira etapa no desenvolvimento destas organizações, decorre no início do século XX. A principal finalidade dos primeiros *think tanks* era a investigação, sendo que, os seus primeiros estudos se centravam em diversos campos como o da economia, administração governamental, ciências políticas e sociais (Heredia, 2014, p. 33).

A segunda fase coincide com o final da Segunda Guerra Mundial e com a ameaça nuclear surgida durante a Guerra Fria. Esta etapa é marcada sobretudo pelo vínculo dos *think tanks* aos governos, apesar de os investigadores gozarem da sua liberdade no serviço, tinham que colaborar com as investigações impostas pelos órgãos governamentais (ibid.).

A terceira fase desenrola-se durante a década de 70 e surge como consequência às crises de petróleo que afetaram tanto a Europa como os Estados Unidos da América. O autor fala-nos de uma evolução distinta das anteriores, uma vez que, os *think tanks* procuram ter cada vez mais uma maior especialização e centram as suas investigações somente em determinada área temática (Heredia, 2014, p. 33). De acordo com Abelson (2000, citado em Heredia, 2014) foi neste período de transição que os *think tanks* começaram a representar os grupos de interesse e a exercer pressão sobre os decisores para decidirem a favor de políticas públicas que fossem compatíveis com as ideologias e as ideias dos financiadores das suas atividades (p.34).

À semelhança dos conceitos abordados anteriormente, a atividade dos *think tanks* é imprecisa tornando-se suscetível a numerosas significações. Dada a sua inexatidão histórica e

conceptual importa definir quem são estes *think tanks* e, inevitavelmente, escrutinar quais são as suas funções.

De acordo com o dicionário de língua inglesa *Collins*<sup>5</sup>, a expressão *think tank*, refere-se a “um grupo de especialistas que fornece conselhos e ideias sobre questões políticas, sociais ou económicas”. Segundo Heredia (2014) no que diz respeito à definição do termo existem autores que os definem como “tanques de pensamento”, “centros de investigação” ou “tanques de ideias”. A diversidade de terminologias permite agrupar os *think tanks* a um grande número de organizações sociais que desenvolvem investigações sobre diversas temáticas com o objetivo de apresentar propostas, que resultem em ações políticas (Heredia, 2014, p. 12).

No seu estudo sobre *Relaciones Públicas y “Think Tanks” en América Latina*, Castillo (2009), define-os como “entidades que, através da investigação e de análises, sugerem propostas de atuação política aos órgãos institucionais mediante estratégias de comunicação direta ou indireta, como o acesso e a influência sobre a opinião pública” (Castillo, 2009, p. 5).

Enquanto que a perspetiva de Castillo (2009) está intimamente ligada ao papel da comunicação estratégica, a de Stone (2010, citado em Heredia, 2014) foca-se na vertente educacional identificando os *think tanks* como “institutos de investigação de políticas independentes (no geral privados) onde os seus investigadores estão envolvidos com estudos de um sector específico ou com uma ampla gama de questões políticas, que procuram educar” (p.14).

Há autores que não definem propriamente os *think tanks*, contudo, transmitem-nos uma perspetiva sobre as potencialidades da atividade no contexto social. São organizações que ajudam a produzir análises independentes, a criar políticas e a estreitar relações entre poder e conhecimento, sustenta McGann (2009, p. 5). Com uma perspetiva próxima, Corrado (2017) defende que *think tanks* “são tanques de pensamento, numa tradução literal. Na prática, são entidades sem fins lucrativos que têm como principal atividade a investigação de políticas públicas, com vista à apresentação de soluções e propostas políticas em diversas áreas” (p.117).

Com uma perspetiva idêntica, Rich (2004) define-os como “organizações independentes, não baseadas em interesses, sem fins lucrativos que produzem e se baseiam principalmente na sua experiência e em ideias para obter apoio e influir no processo de formulação de políticas” (p. 11).

Uma definição muito concreta da atividade é dada pelo *Think Tanks and Civil Societies Program*, da Universidade da Pensilvânia, ao referir que “grupos de reflexão são organizações que produzem pesquisas e análises sobre políticas públicas, orientadas para questões

---

<sup>5</sup> Link para consulta: <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/think-tank>

domésticas ou internacionais, que permitem aos decisores políticos e ao público em geral tomar decisões informadas sobre políticas públicas” (McGann, 2016, p.6).

Exploradas as diversas definições é possível reter qual a função dos *think tanks* e o seu principal foco. A principal função é desenvolver investigações e análises que lhes permitam formular propostas alternativas sobre determinadas políticas, o seu foco é possuir acesso ao poder político. Sintetizadas as perspetivas de vários autores, as definições que se verificam mais consensuais são as de Castillo (2009) e Coroadó (2017), nesse sentido, a definição operativa que sustentará esta dissertação é a de que *think tanks* são entidades sem fins lucrativos que têm como principal atividade a investigação e análise de políticas públicas, através das quais elaboram propostas de atuação política mediante estratégias de comunicação (diretas ou indiretas).

Um aspeto realçado por Coroadó (2017) é que os *think tanks* são organizações não governamentais, nesse sentido, é necessário explicar quem são os financiadores das investigações desenvolvidas. Heredia (2014) menciona que “a sustentabilidade financeira é talvez o maior entrave para os centros de investigação de todo o mundo”. O autor refere que os *think tanks* conseguem alcançar recursos através de: pequenas doações, por parte de entidades ou pessoas que partilham as tendências ideológicas defendidas pela organização (mecenias, por exemplo); organização de eventos e seminários; há outros que conseguem financiamento através de contratos com o governo ou partidos políticos; e por último, através de apoios por parte de grandes fundações (Heredia, 2014, p.29). Os financiamentos alcançados através de contratos com os governos poderão, no entanto, ser prejudiciais para a credibilidade dos *think tanks*, pois leva ao questionamento sobre a neutralidade, o rigor e a autonomia dos seus estudos (ibid.).

Desmistificado o conceito de *think tanks* importa clarificar quem são os constituintes destas organizações. Segundo Castillo (2013) estas “organizações são compostas por intelectuais e diversos analistas, que recebem contratos ou encargos (de organizações públicas ou privadas), para analisar ideias e projetos e propor formas de aplicação para as diferentes atividades governamentais e/ou industriais” (p. 49).

Estes intelectuais e analistas desencadeiam intensas investigações sobre políticas públicas sustentando-as através de um conjunto de estratégias de comunicação por forma a responder a todas as necessidades da sociedade civil (Castillo, 2010, pp. 198-199). Segundo o autor podemos agrupar as funções dos *think tanks* da seguinte forma:

1. Difundir os pedidos, propostas e exigências de todos os cidadãos (função de difusão).
2. Apresentar e exibir perante os poderes públicos uma representação de suporte social, através de manifestações mediáticas, que permitem refletir que o grupo dispõe de grande presença social (função de apoio social).
3. Estabelecer e apresentar instrumentos instrutivos sobre as diferentes problemáticas internas e externas (função educacional).

4. Atuar como elementos sensibilizadores da sociedade sobre temáticas associativas, em relação às perceções individuais e coletivas (função sensibilizadora).
5. Possibilidade de restringir o acesso às propostas de outros grupos, devido à limitação temática da *agenda-setting*. Deste modo, a associação pode limitar a concorrência de interesses divergentes aos seus, criando um clima de propostas “monotemáticas”, isto é, as próprias propostas (função restritiva ou de restrição).
6. Melhorar a sua participação no diálogo social interassociativo com as instâncias governamentais (função de relações públicas).
7. Manter uma atividade constante nos meios de comunicação sobre os seus objetivos e temáticas. Assim, consegue-se uma especialização temática que permite apresentar-se como a organização ideal sobre o tema em questão (função de monopolização).
8. Todo o *think tank* que mantenha uma certa presença, de forma positiva nos meios, amplia a sua legitimidade perante as autoridades públicas, os próprios membros, os cidadãos e os próprios meios de comunicação. Pretende-se introduzir a sequência seguinte: legitimação alcançada » propostas legítimas (função de legitimação).

À semelhança dos lobistas também os *think tanks* têm de possuir um vasto conhecimento sobre diversos setores. As funções desempenhadas por estas organizações são bastante complexas e exigem aos profissionais uma série de qualificações específicas. Segundo Weiss (1992, citado em Castillo, 2013) uma das características distintivas dos *think tanks* face a outras organizações assenta, precisamente, na sua especialização destacando-se a sua “capacidade metodológica, análise estatística, análise de decisão, trabalho de campo, previsões, análise de riscos, análise argumentativa ou análise histórica, juntamente com um certo conhecimento das realidades políticas e dos mecanismos existentes nas políticas governamentais” (p.50).

A especialização destas organizações revela-se necessária para formular e analisar propostas que influenciem significativamente as decisões políticas. Contudo, podemos afirmar que a influência exercida por estas organizações é realizada de forma indireta e, por isso, difícil de ser medida. Devido às nuances existentes quanto ao impacto dos *think tanks* sobre as políticas públicas, tornou-se necessário estabelecer critérios que circunscrevem o sucesso das suas implementações. Para responder a estas questões a *The Economist* elaborou um “*Guia sobre o bom Think Tank*” onde estabeleceu cinco critérios indispensáveis para que as organizações obtenham um bom funcionamento, destacando: a profundidade intelectual das suas atividades, a capacidade de influenciar politicamente, o grau de abertura social, a sua estrutura económica bem como o grau de solidez e, por último, a originalidade das suas atuações (1991, citado em Castillo, 2013, p.53).

Definido o conceito e os seus profissionais, revelada a origem do seu financiamento, enumeradas as suas principais funções e estipulados os cinco critérios que nos permitem mensurar a influência detida pelos *think tanks* iremos proceder a uma aproximação dos conceitos abordados até aqui.

## 1.4 Aproximação dos conceitos

Anteriormente realizou-se uma abordagem conceptual aos grupos de interesse e de pressão e clarificaram-se as práticas em estudo. Apesar das múltiplas perspetivas apresentadas pode assumir-se que são dois conceitos indissociáveis, sendo que, alguns *think tanks* também recorrem à prática do lóbi.

Tanto na prática de lóbi como na dos *think tanks* existem várias singularidades, contudo, também existem várias semelhanças que aproximam os conceitos. Ambas as atividades constituem grupos de representação de interesses, que estão encarregues de difundir os interesses de determinada entidade ou instituição, a fim de disseminarem as suas estratégias ou investigações junto dos decisores políticos e do público em geral, recorrendo comumente aos meios de comunicação e, quando necessário, exercem pressão para executar com sucesso as suas atuações. Para ilustrar a correlação entre os dois conceitos irão abordar-se as estratégias de comunicação utilizadas e mencionar os tipos de interação existentes entre os grupos e as autoridades públicas.

### 1.4.1 Estratégias de comunicação

Podemos sumariar os meios utilizados em ambas as práticas para transmitir a mensagem junto dos seus públicos-alvo. As conclusões que se seguem foram elaboradas mediante as esquematizações apresentadas por Lampreia (2005) e Heredia (2014): reuniões formais e informais, visitas organizadas, *newsletter*, *merchandising*, eventos, palestras, congressos, seminários. As reuniões formais ou informais são recorrentes em ambas as práticas. A maior parte das vezes estas reuniões são agendadas oficialmente e pretendem entregar, expor e discutir o *position paper* (um documento conciso e redigido em termos persuasivos), no caso dos lobistas; por outro lado, os *think tanks* recorrem à argumentação e exposição das suas propostas com base nas análises realizadas. No contexto informal, as reuniões realizam-se quando os intervenientes detêm uma certa proximidade e quando os assuntos em discussão não são de grande relevância.

Quanto às visitas organizadas, Lampreia (2005) menciona que se processam “à semelhança do que se faz nas relações públicas com o convite aos jornalistas (*press tour*) para visitarem determinado local” (p.92). No caso dos *think tanks* convidam os decisores políticos a marcar presença nos eventos por si organizados, com o objetivo de debater publicamente algumas das suas investigações. Já os lobistas convidam os representantes dos diversos grupos parlamentares e governantes, para visitarem determinada região ou local sujeita a futuras construções de complexos ou unidades empresariais, para se aperceberem *in loco* da situação (Lampreia, 2005, p. 92). Durante estas visitas organizadas é comum convidar-se a comunicação social: “o objetivo é óbvio, dado pretender-se pressionar pelas duas vias os



públicos-alvo, que se sentirão mais vinculados à iniciativa, se esta for divulgada nos jornais, rádios e televisões” (ibid.).

As reuniões e as visitas organizadas correspondem a atuações interiores, porém os meios de comunicação, a internet e a organização de eventos correspondem a atuações externas da «arena política» (Lampreia, 2005, p. 58). Nas duas práticas é comum recorrerem aos meios de comunicação para difundir e promover as suas pretensões. As relações com jornalistas ou editores são imprescindíveis para a divulgação de notícias, entrevistas, reportagens ou artigos. Contudo, o suporte publicitário também é um importante meio para disseminar as mensagens desejadas, através da afixação de cartazes, distribuição de folhetos, *newsletters* e *merchandising*.

Para Lampreia (2005) os eventos são “constituídos por acontecimentos especiais diversificados, organizados e dirigidos abertamente a favor ou contra um determinado assunto”. A promoção de palestras, a organização de congressos, de seminários ou de encontros entre especialistas são algumas das atuações de ambas as práticas.

#### 1.4.2 Tipos de interação entre grupos e autoridades públicas

Meynaud e Sidjanski (1971) elaboraram um enquadramento sobre os tipos de interação dos grupos com o poder político, debruçando-se sobre três grandes tendências teóricas: esquema de interpretação linear, esquema do polígono de forças e esquema de inclinação do sistema (pp. 641-682).

Na sua obra *Lobby & Comunicação: Lobismo como Estratégia Comunicativa*, Castillo (2013) esquematiza os três esquemas de forma clara e simples. O autor diz-nos que o *esquema de interpretação linear* parte “de uma premissa assimétrica, na qual um dos lados (associações) tem plena capacidade de pressão sobre o lado que, formal e legitimamente, detêm o poder” (p.80). Por estabelecer uma relação direta e unidirecional a intervenção apresenta uma dupla possibilidade de resposta, por um lado, resistir (relacionado com o fracasso do grupo), por outro, ceder (relacionado com o êxito do grupo).

A segunda teoria é definida como *esquema do polígono de forças*, que manifesta um papel importante na interação dos grupos com os decisores políticos, uma vez que, a influência é exercida de forma recíproca. Para o autor este é um modelo que permite às organizações permanecer em constante interação seja através de relações de cooperação, hegemonia ou de concorrência (Castillo, 2013, p. 80). Esta tendência teórica pode ser comparada com o modelo simétrico bidirecional estudado por Grunig e Hunt (1984). É no modelo simétrico bidirecional que as relações públicas desenvolvem pesquisas para encontrar a melhor forma de comunicar e, naturalmente, promover um diálogo harmonioso com os seus públicos (Grunig e Hunt, 1984, pp. 41-42).

A última tendência é definida como *esquema de inclinação do sistema*, que aceita a existência de uma interação de forças, porém sublinha uma desigualdade qualitativa ou orgânica dos grupos que participam na confrontação (Castillo, 2013, pp. 79). Consequentemente, os grupos não têm probabilidades de êxito equivalentes, sendo que, partem de posições diferentes, conforme as suas características materiais e simbólicas (Castillo, 2013, p. 82).

O enquadramento realizado face à interação dos grupos com as autoridades públicas é aplicável tanto aos *think tanks* como aos lobistas. Estes esquemas são bastante elucidativos, permitem-nos compreender algumas das especificidades da sociedade, mas sobretudo perceber a complexidade inter-relacional entre os grupos e os decisores políticos (ibid.). De forma clara e objetiva Gonçalves (2015), sintetiza a relevância e a pertinência dos distintos processos:

O processo de influência passa portanto a ser considerado nos dois sentidos: permitir que a organização influencie os públicos mas também seja retroactivamente influenciada por eles. Isto é, o processo comunicacional poderá provocar mudanças de posição em relação a um determinado tema ou problema, tanto no público como na organização, e assim conduzir ao equilíbrio duradouro entre ambos. (Gonçalves, 2015, p. 69)

Elaboradas algumas considerações acerca das estratégias de comunicação e das interações entre os grupos e as autoridades públicas, foi perceptível que as diversas implementações e interações, por parte dos representantes, objetivam influenciar de forma harmoniosa os centros de tomada de decisão, na defesa dos seus interesses.

Quanto à prática de lóbi revelou-se uma atividade necessária e legítima do processo decisório, porém não reúne um entendimento consensual junto do público em geral, daí que seja suscetível a interpretações depreciativas. Uma outra questão prejudicial para a credibilidade dos lobistas corresponde à falta de reconhecimento profissional, algo que coloca em causa o bom nome e a transparência com que executam as suas ações. Apesar dos dilemas com que a prática se depara, a atividade de representação de interesses, revelou-se lícita, preponderante e extremamente complexa.

Relativamente à prática dos *think tanks* revelou-se legítima e isenta de conotações negativas, porém, alguns destes profissionais também praticam lóbi para exercer pressão perante as instâncias políticas. Segundo Coroadó (2017) “os *think tanks* podem fazer *lobbying*, como é possível verificar nos registos de transparência da União Europeia e de Washigton” (p.119). A autora realça ainda que os *think tanks* são representantes de interesses, contactam com decisores públicos com a pretensão de defender e promover as suas perspetivas relacionadas com as políticas públicas (ibid.). Uma questão também prejudicial para a credibilidade destes profissionais é o facto de serem financiados pelo governo e por partidos políticos, algo que coloca em causa a legitimidade, a neutralidade e a independência das suas investigações.

De forma sucinta conseguiu-se aproximar os conceitos aparentemente distintos e destacar algumas das suas semelhanças. Podendo concluir-se que para intervirem construtivamente junto dos decisores políticos e intermediarem os interesses do público em geral, tanto os *think tanks* como os lobistas, devem delinear estratégias sincronizadas e complementares tanto a nível político como comunicacional.



## Capítulo 2. Designações distintas, uma atuação em comum

No capítulo anterior verificou-se que o conceito de lóbi é polissémico e até carregado de conotação negativa, por essa razão muitos dos atores que recorrem comumente à prática em estudo optam por atribuir outras designações às suas atuações. Segundo Coroadó (2017) as expressões “*public affairs*, *government relations*, *interest representation* ou *advocacy* são frequentemente utilizadas para descrever realidades semelhantes” (p. 50).

A existência de distintas designações para referir a mesma função pode ser um entrave à compreensão, clarificação e institucionalização da atividade. Perante a situação ilustrada verifica-se necessário clarificar o conceito de *public affairs*, que segundo Lampreia (2008) tem gerado “uma certa confusão entre lóbi” e, no caso de Portugal, tem sido a designação mais utilizada pelos diversos atores (p. 14).

### 2.1 Conceito de *Public Affairs*

Os anglicismos *public affairs*, *government relations*, *interest representation* ou *advocacy* têm sido adaptados para diversos idiomas. Na língua francesa o termo *public affairs* foi traduzido para *affaires publiques*, na língua espanhola para *asuntos públicos* e, no caso da ortografia portuguesa, adotou-se a designação de relações institucionais (Lampreia, 2008, p.14). Segundo Lampreia (2008) na língua inglesa foram adotadas designações com significados idênticos, tais como, “*Governmental Affairs*, *Political Relations*, *Corporate Affairs*, *European Affairs*” (p.15). Já no caso americano adotaram-se designações bem claras e simplificadas, exemplo disso, é a denominação B2A ou *Business to Administration*, que ilustram as relações entre as empresas e a administração pública (ibid.).

Apesar das diversas terminologias, nas últimas duas décadas, o termo relações institucionais, ou *public affairs*, conseguiu reunir um certo consenso junto dos diversos atores servindo para designar um conjunto de atividades distintas, que estão relacionadas com diversas formas de influenciar os centros de decisão (Lampreia, 2008, p.14). Anteriormente, o panorama era um pouco distinto, mas tal como na prática de lóbi, a atividade de *public affairs* também sempre existiu, como é lógico, não sob esta designação. Tal consideração é defendida por Pedler (2005) mencionando que “as relações governamentais existem desde que as pessoas negociam” (p.50).

Em 1954, nos Estados Unidos da América, foi criada uma Organização de Cidadãos Efetivos (ECO), que promovia políticas educativas e que envolvia de forma ativa os executivos das corporações no processo político e com a comunidade (Holcomb, 2005, p.31), posteriormente, em 1965, a ECO alterou o seu nome para Conselho de *Public Affairs* (PAC). Foi, portanto, a partir das décadas de 1960 e 1970 que o termo ganhou relevância, sobretudo, pela evolução da responsabilidade social das corporações (ibid.). Neste período as corporações foram intensamente pressionadas por grupos sociais, através de manifestações e descatos públicos, consequentemente, foram obrigadas a redefinir o seu propósito e debruçaram-se sobre os problemas sociais e comunitários existentes (Holcomb, 2005, p.32). Nos anos 70, o PAC, começou por patrocinar conferências nacionais e internacionais que apresentavam reflexões sobre a qualidade de vida no trabalho, previsões de problemas sociais e, naturalmente, sobre as providências a serem tomadas nessas situações (Holcomb, 2005, p. 35).

No Reino Unido, a prática de *public affairs* tornou-se um fenómeno do pós-guerra, contudo, é lembrada pelos vários escândalos que ocorreram nos anos 90, apelidados por «cash for questions» (Pedler, 2005, p.54). Esta linha de escândalos surgiu pelo facto de deputados britânicos serem pagos para colocarem questões ao governo (Coroado, 2017, p.15).

À semelhança dos conceitos anteriormente estudados, o termo relações institucionais, ou *public affairs*, é ambíguo e confuso. Um dos principais problemas é a diversidade de designações conferidas à atividade, que dificultam não só a compreensão como o próprio reconhecimento da atividade. Para Lampreia (2008), na obra *O Lóbi na União Europeia*, a atividade pode ser definida como:

a gestão das relações com as diversas instituições, públicas ou privadas, com o objetivo de influenciar favoravelmente os centros de decisão, de forma directa ou indirecta, na defesa dos interesses de uma empresa, instituição, sector de actividade, região ou país. (Lampreia, 2008, p.14)

Enquanto que a perspetiva de Lampreia (2008) está intimamente relacionada com a influência nos processos de decisão, a de Patri (2011) demonstra que a atividade representa mais que isso:

*Public Affairs* representa o esforço organizacional para monitorizar e gerir o ambiente de negócios. Para isso combina as relações governamentais, comunicação, gestão de temas e estratégias de cidadania corporativa - responsabilidade socioambiental - para influenciar políticas públicas, construir uma forte reputação e procurar uma área comum com os stakeholders. (Patri, 2011, p.137)

Analogamente, Azevedo (2014) indica que a atividade pode ser entendida como “um processo integrado, mobilizando por vezes vários elementos da matriz comunicacional, do aconselhamento estratégico às relações com os media”. Ilustrando a sua experiência profissional na área das relações institucionais, o fundador da Agência de Comunicação *Guess*

*What* revela que um dos objetivos essenciais da atividade é “estabelecer uma boa reputação e construir, ou manter, um envolvimento positivo com os diversos stakeholders externos de uma companhia e contribuir positivamente para o desenvolvimento político e regulatório de um determinado processo”<sup>6</sup>.

Em contrapartida, existem autores que presumem que todas as designações utilizadas não são mais que tentativas de influência dos processos de decisão pública e que denunciam desde logo a origem da atividade (Coroado, 2017, p. 50). Para Harris e Moss (2001, citado em Fleisher, 2005) o termo *public affairs* “está rodeado de ambiguidades e mal entendidos” (p.11). Como tal, apresentam duas perspetivas sobre o conceito, a primeira, diz respeito aos relacionamentos desenvolvidos com o governo, enquanto a segunda, está inteiramente relacionada com a prática de lóbi (ibid.).

Como objeção às várias definições que igualam o *public affairs* à prática de lóbi, Somerville (2011) assinala que a atividade de *public affairs* é mais abrangente, não se limita a pressionar decisores governamentais, “embora se possa dizer que lóbi é um elemento necessário, não é suficiente para a sua definição” (p. 11).

Dadas as definições apresentadas são detetadas semelhanças entre *public affairs* e lóbi, na verdade, verifica-se uma convergência entre as tentativas de influência e os objetivos que se propõem a alcançar, contudo, é perceptível que o lóbi apenas representa uma fatia substancial das atividades e dos diversos serviços que estas prestam (Lampreia, 2008, pp. 14-16).

As definições que se verificam mais consensuais são as de Lampreia (2008) e a de Azevedo (2014). Adota-se por isso, a definição operativa de que, *public affairs*, é um processo integrado de gestão de relações com diversos stakeholders, que pretende alcançar uma boa reputação, estabelecer bons relacionamentos e contribuir, de forma positiva, para o desenvolvimento político e regulatório.

De forma resumida, Lampreia (2008) apresenta as atividades de relações institucionais dividindo-as em três blocos (p.15):

#### 1. Lóbi

- Lóbi Direto (*Direct Lobbying*)
- Lóbi de Topo (*Top Lobbying*)
- Lóbi de Base (*Bottom Lobbying*)
- Informação Sensível (*Market Intelligence*)
- Vigilância Legislativa (*Regulatory Monitoring*)

---

<sup>6</sup> Link para consulta: <http://www.ligateamedia.pt/ArticleItem/2425/pt/Opiniao/55480/6630/Public-Affairs-e-Relacoes-Publicas-uma-uniao-de-grande-impacto>

2. B2B

- Estabelecimento de Alianças (*Coalition Building*)
- Relações com Decisores (*Top Management Relations*)
- Estratégia Negocial (*Negotiation Strategy*)

3. Comunicação, Informação e Imagem

- Gestão da Reputação (*Corporate Reputation*)
- Gestão de Crise (*Crisis Management*)
- Comunicação Estratégica (*Strategic Communication*)
- Responsabilidade Social Empresarial (*Corporate Social Responsibility*)
- Monitorização de Informação (*Monitoring*)

De acordo com Lampreia (2005), desde a década de oitenta, que “tanto os aspectos técnicos como estratégicos do lóbi passaram aos poucos a integrar uma actividade mais alargada” (p. 21). Este fenómeno deve-se, sobretudo, a uma necessidade de adaptação da profissão a uma maior complexidade do mercado, ao aparecimento das novas tecnologias, ao poder crescente dos *media*, mas também às novas exigências da sociedade (ibid.). Segundo Lampreia (2008) é curioso como “o número de empresas de lóbi, no sentido «puro» do termo, tem vindo a decrescer, dando progressivamente lugar a empresas de consultoria em *public affairs*” (p.14).

Clarificado o conceito e as atividades, importa definir o papel dos profissionais bem como as estratégias por eles utilizadas. Para o catalão Xifra (2011) o profissional de *public affairs* deve exercer as suas funções como:

Um consultor que trabalha as estratégias, interpreta o meio envolvente político de uma organização e produz respostas eficazes e apropriadas nesse mesmo sentido. Relaciona-se com outras associações, empresas, reguladores ou organizações; reconhece a importância dos meios de comunicação, a transcendência da opinião pública, as preocupações dos stakeholders políticos e a relevância que a reputação da organização tem, para que, se transmitam mensagens corretas junto dos poderes públicos. (2011, citado em Andrés e Navarro, 2016, p. 199)

Dada a diversidade de serviços prestados pela prática de *public affairs* os deveres dos profissionais poderão ser amplamente descritos. Aconselhamento, pesquisa e avaliação, relações com os media, marketing e eventos especiais, relações com funcionários, relações com a comunidade, assuntos governamentais, gestão de crise, relações com investidores e filantropia são algumas das funções assinaladas (Shaw, 2005, p. 124).

Segundo Shaw (2005) as funções de um profissional evoluem de forma progressiva, sobretudo, “pelo surgimento de novas indústrias e tecnologias” (p. 125). Trata-se de uma profissão extremamente complexa, que exige minúcia, conhecimento e especialização, para que, possam monitorizar, compreender e acompanhar todas as mudanças externas (Shaw, 2005, p.124).



Para a execução e implementação de qualquer ação é necessário delinear estratégias. De acordo com Hofer e Schendel (1978) podemos definir estratégia como uma ponte que interliga uma organização e o seu meio envolvente (1978, citado em Meznar, 2005, p. 190). A perspetiva de Meznar (2005) foca-se precisamente nessa visão relacional, que é ilustrada através de um quadro que assinala as estratégias utilizadas pelos profissionais bem como as características do seu meio envolvente.

Complexo	<b>Ponte</b> « <i>Bridging</i> »  (conformidade)	<b>Atividade Alta</b> « <i>High Activity</i> »  (grande ênfase nas atividades de <i>public affairs</i> )
	<b>Atividade Baixa</b> « <i>Low activity</i> »  (pouco ênfase nas atividades de <i>public affairs</i> )	<b>Carregando</b> « <i>Buffering</i> »  (defesa)
Simple	Estável	Turbulento

Figura 1 - Características do meio envolvente e estratégias de *public affairs*

(Adaptado de Meznar, 2005, p.191)

Além de ilustrar as características, o autor evidencia duas posturas que poderão ser adotadas pelas empresas ou organizações: por um lado, temos organizações inseridas em meios envolventes simples e estáveis, que dão pouco ênfase às atividades; por outro, temos organizações inseridas em meios envolventes complexos e turbulentos, que necessitam de profissionais ativos. Daí que as estratégias dos profissionais de *public affairs* podem ocorrer em quatro meios: simples, complexos, estáveis e turbulentos. Face às características do meio envolvente, tanto a organização como os profissionais, deverão optar por estratégias adequadas e sincronizadas (Meznar, 2005, pp. 190-193).

A estratégia de *bridging* («ponte» ou «criando pontes») exige aos profissionais sincronismo e monitorização, a fim, acompanharem as mudanças externas para ajustar os modelos organizacionais (Meznar, 2005, p. 192). Este estratagema requer autonomia e rapidez na execução e resolução de soluções, devoção aos stakeholders, criação de relacionamentos e parcerias, para manter a reputação da organização e garantir o sucesso das suas atuações (Meznar, 2005, p. 193). Inversamente, a estratégia de *buffering* («carregando») exige aos profissionais que tentem modificar o meio envolvente para que este se adeque à organização (Meznar, 2005, p.192), nesse sentido, recorrem frequentemente às práticas de lóbi e *advocacy* (adiante trataremos este conceito). Quando as organizações ou os profissionais de *public affairs* optam por utilizar este tipo de estratégia devem ser flexíveis, autónomos e responsivos perante todas as situações (ibid.).

Realizada uma síntese sobre o conceito de *public affairs* verificou-se que as semelhanças com o lóbi são enormes, contudo, não definem as suas atividades na totalidade. Daqui em diante irá dissertar-se sobre o primeiro bloco de atividades das relações institucionais, sugerido por Lampreia (2008): lóbi.

## 2.2 Quem pratica lóbi

De acordo com Coroadó (2017) e, tal como se indicou anteriormente, o título de lobista “é muitas vezes evitado, dado a sua má conotação” (p. 83). Chegados a este ponto é, portanto, legítimo questionarmo-nos sobre quem são estes agentes (Lampreia, 2005, p. 67).

Além dos conhecidos lobistas, o lóbi é praticado por inúmeras profissões: profissionais de comunicação, representantes de associações comerciais, industriais ou profissionais, advogados, consultores de negócios, membros de organizações sem fins lucrativos, entre outros (Coroadó, 2017, pp. 83-84). Em certa medida, é precisamente, sobre quem pratica lóbi que reside o paradoxo da atividade. Se observarmos as reflexões de Coroadó (2017) percebemos que “no jogo de influências, pouco é preto no branco e a maior parte são nuances de cinzento”, através deste ponto de vista pode enaltecer-se duas características que alimentam a incompreensão da atividade: por um lado, o poder e o impacto das novas tecnologias, que tornou a internet “uma arena de promoção de causas, acessível a todos, mas também de fácil manipulação”, por outro, pela multiplicação impactante de “gestores de contactos e de influências”, que recorrem comumente à prática (p. 165).

Com a pretensão de aclarar algumas das nuances existentes, importa dissertar sobre quem pratica, recorrendo maioritariamente à obra de Coroadó (2017). Nesse sentido, iremos debruçar-nos sobre quatro grupos de atores: políticos e ex-políticos, advogados, agências e consultoras de comunicação e, por último, a sociedade civil.

### 2.2.1 Políticos e ex-políticos

O primeiro grupo de atores tem crescido exponencialmente (Coroadó, 2017; Lampreia, 2005). Políticos, ex-políticos e ex-funcionários da Administração são profissionais atrativos para representar e defender os interesses de determinada empresa ou organização. Lampreia (2005) sugere algumas competências e explica que, “devido à sua influência e prestígio, ao perfeito domínio dos mecanismos administrativos, e à rede de conhecimentos pessoais que possuem, têm vindo a oferecer os seus serviços como autónomos (ou *free-lance*), ou colaborando nas grandes empresas de *Public Affairs*” (p. 68).

O poder de influência, a acessibilidade e a carteira de contactos são algumas das características, que tornam estes atores tão desejáveis para as empresas ou organizações. De acordo com Coroadó (2017), empresas ou organizações “com boas relações com partidos políticos e governos podem conseguir mais contratos, benefícios fiscais, subsídios públicos ou fundos comunitários, ou adoptar soluções legislativas que lhes sejam mais favoráveis” (p. 86). Enquanto as empresas beneficiam com as capacidades técnicas e relacionais destes atores, a prática do lóbi sofre amiúde. A credibilidade e a reputação de personalidades políticas não é a mais favorável, na verdade, são maioritariamente depreciativas, associadas ao abuso de poder e ao tráfico de influências.

Na sua obra *O Grande Lóbi: Como se influenciam as decisões em Portugal*, a autora, descreve algumas polémicas ocorridas em 2016, que estão relacionadas com as atividades profissionais de políticos no ativo, mas também de ex-políticos: Maria Luís Albuquerque, Paulo Portas e José Durão Barroso (Coroadó, 2017, p. 84). Para ilustrar a atividade profissional destes atores, recorreu-se ao exemplo de Paulo Portas, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e antigo vice-primeiro-ministro no governo de Pedro Passos Coelho. Coroadó (2017) apresenta-nos uma síntese sobre a atividade profissional do ex-ministro:

Poucos meses depois da sua saída da vida política activa, Portas tornou-se consultor da construtora portuguesa Mota-Engil, do grupo Pinto Basto e da petrolífera mexicana Pemex, assim como enviado especial da TVI, entre outros. Portas é também vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Portugal (CCIP), nomeado pelo grupo Pinto Basto, lado a lado com Miguel Júdice, sócio da sociedade de advogados PLMJ. Neste cargo, o antigo líder do CDS dificilmente poderá evitar o título de lobista. (Coroadó, 2017, p. 89)

O exemplo dado pela autora não poderia ser mais claro quanto à facilidade, acessibilidade e relevância que um antigo político detém nos centros de decisão. Para Coroadó (2017), Paulo Portas encaixa-se perfeitamente no perfil de lobista profissional: “consultor, vários clientes, uma vasta carteira de contactos, acesso privilegiado a decisores políticos” (p. 89).

As polémicas em torno da figura de Durão Barroso, antigo presidente da Comissão Europeia e atual presidente do banco *Goldman Sachs International*, traduzem não só a relevância que um ex-político detém junto dos centros de decisão como suscita sérias questões quanto à integridade e transparência com que exerce a sua atividade profissional. Desde 2016, até ao presente, verifica-se um mediatismo desmedido quanto às reais funções desempenhadas por Durão Barroso no banco de investimento. Quando cessou funções como presidente da Comissão Europeia e aceitou o novo emprego garantiu que nunca iria fazer lóbi pelo banco norte-americano, porém em outubro de 2017 reuniu-se formalmente, em nome da *Goldman Sachs*, com o atual vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelo emprego, crescimento e investimento para discutir assuntos sobre comércio e defesa (Larguesa, 2018). Fruto deste encontro, Durão Barroso, tornou-se alvo de duras críticas pela quebra da sua promessa de não representar interesses pela atual entidade empregadora junto das

instituições europeias, algo que revela um enorme conflito de interesses e que indica um claro envolvimento do português com as “portas giratórias”, que diz respeito à passagem de figuras com altos cargos públicos para organismos privados. A título de curiosidade indicamos alguns dos destaques noticiados, que evidenciam o descontentamento público e as hostilidades entre o ex-presidente e as instâncias europeias: “Barroso, Goldman Sachs e ‘portas giratórias’ no Parlamento Europeu”<sup>7</sup>, “Durão Barroso, rei das portas giratórias”<sup>8</sup>, “Durão quebra promessa e faz lóbi pelo Goldman Sachs em Bruxelas”<sup>9</sup>, “‘Desonra’: Durão Barroso na Goldman Sachs irrita funcionários europeus”<sup>10</sup> e “Crítica de Bruxelas: Faltou ‘discernimento’ a Durão Barroso na ida para a Goldman Sachs”<sup>11</sup>.

Uma das problemáticas provocadas pela participação de atores como Paulo Portas ou Durão Barroso é, precisamente, a desigualdade e os relacionamentos privilegiados que possuem nos canais de acesso para influenciar os centros de decisão, na defesa dos seus interesses (Coroado, 2017, p. 87). A existência de lobistas profissionais, que desempenham, ou desempenharam, cargos políticos contribuem para denegrir e obscurecer a prática de lóbi.

## 2.2.2 Advogados

À semelhança dos primeiros atores, os advogados são uma mais valia para as empresas ou organizações, principalmente, pela capacidade de acesso aos decisores políticos e pelo conhecimento sobre processos legislativos (Coroado, 2017; Castillo, 2013).

Através da conceção de Coroado (2017) é perceptível que estes profissionais estão bem posicionados para exercer lóbi, sendo que, “a advocacia é também uma actividade de intermediação e representação de clientes” (p. 101). A autora faz uma ressalva quanto à formação dos advogados, determinando que detêm capacidades desejáveis para qualquer lobista: “interpretação da lei, a compreensão dos impactos reais das normas, negociação e argumentação” (ibid.).

Os advogados poderão defender, representar e influenciar os centros de decisão individualmente ou, por outro lado, através de escritórios ou sociedades de advogados. Os advogados em Portugal prestam uma gama de serviços que visam, essencialmente, influir junto dos decisores públicos (Coroado, 2017, p.101). Para um maior entendimento sobre a

---

<sup>7</sup> Link para consulta: [https://www.rtp.pt/noticias/politica/barroso-goldman-sachs-e-portas-giratorias-no-parlamento-europeu\\_n963241](https://www.rtp.pt/noticias/politica/barroso-goldman-sachs-e-portas-giratorias-no-parlamento-europeu_n963241)

<sup>8</sup> Link para consulta: <https://www.esquerda.net/artigo/durao-barroso-rei-da-porta-giratoria-um-terco-da-comissao-saltou-para-grandes-empresas/39324>

<sup>9</sup> Link para consulta: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/uniao-europeia/detalhe/durao-quebra-promessa-e-faz-lobi-pela-goldman-sachs-em-bruxelas>

<sup>10</sup> Link para consulta: <http://ptjornal.com/desonra-durao-barroso-na-goldman-sachs-irrita-funcionarios-europeus-105085>

<sup>11</sup> Link para consulta: <http://ptjornal.com/critica-bruxelas-faltou-discernimento-durao-barroso-na-ida-goldman-sachs-117447>

prática destes lobistas, a título individual ou não, a autora exemplifica alguns dos serviços prestados pela sociedade de advogados Gama Glória:

Segundo o seu site, «presta assessoria jurídica conjugando o direito com a estratégia, a regulação e as políticas públicas» e cuja a equipa trabalha «com decisores em negociações críticas, litígios complexos e políticas públicas estratégicas», «ajuda a antecipar e gerir o risco de alterações regulatórias, aconselhamos empresas em assuntos governamentais complexos» e desenha «políticas públicas sustentadas em análise de dados». (Coroado, 2017, p.102)

Se a figura dos políticos ou ex-políticos levanta algumas inquietações quanto ao conflito de interesses, também a dos advogados. Coroado (2017) reflete sobre as inquietudes que as atividades destes profissionais provocam a nível social, detetando a existência de um grande problema que reside na “enorme opacidade com que os processos de influência se desenvolvem”, no “acesso a informação privilegiada e favoritismos” (p. 108).

### 2.2.3 Agências e consultoras de comunicação

No seio organizacional existem dois tipos de lobistas: os *in-house*, que são os funcionários da agência ou consultora; ou os contratados, que poderão trabalhar com uma organização pontualmente ou de forma prolongada (Coroado, 2017, p. 109). Comumente, as grandes agências e consultoras optam por ter o seu próprio lobista, mas ocorre frequentemente que os presidentes ou diretores executivos exerçam este papel em determinados momentos (ibid.). Para Coroado (2017) este facto explica-se “por terem um estatuto social destacado, abrem com mais facilidade as portas dos gabinetes políticos” (ibid.).

As agências ou consultoras que se dedicam exclusivamente ao lóbi são poucas (Coroado, 2017; Lampreia, 2005, 2008, 2010). Na verdade, a tendência crescente é de encaixar o lóbi na ampla atividade de *public affairs* (Lampreia, 2008, p. 15), algo que em Portugal é bem visível. As agências ou consultoras portuguesas raramente fazem referência aos serviços de lóbi que prestam, apresentando-se como prestadoras de serviços de *public affairs*. Anteriormente já foram dadas algumas considerações que ilustram precisamente esta situação.

Transversalmente, a agência de Consultoria em Comunicação e Relações Públicas, *Guess What*, oferece serviços desta natureza, explicando de forma clara como praticam lóbi:

Marcamos audições com decisores políticos de modo a apresentar os pontos de vista dos nossos clientes junto dos mesmos. Estabelecemos parcerias e estratégias de cooperação ou de pressão, conforme a necessidade. Ajudamos a fazer convites a personalidades políticas cuja presença seja determinante para o sucesso ou prestígio de um evento. (Coroado, 2017, p.112)

De forma semelhante, também a consultora de Comunicação IPSIS, demonstra o leque de serviços disponíveis: «Mapeamento e Monitorização de Stakeholders», «Envolvimento de Decisores» e «Monitorização de Processos de Decisão» trabalhando num «quadro de transparência» (Coroado, 2017, pp. 112-113). Ilustrada a situação das agências e consultoras portuguesas a nível nacional, a autora assinala que é possível encontrar consultoras portuguesas de lóbi inscritas no registo de transparência em Bruxelas, sendo elas, a “FIRMA-Agência Portuguesa de Negócios, a We Are Europe Consultant (WaEc), a Megallan, a Omniconsul e Eupportunity” (Coroado, 2017, pp. 109-111).

As agências ou consultoras de comunicação, antecedidas pelos advogados, são os maiores atores no mercado de influências em Portugal (Coroado, 2017, p. 113). São organizações que operam há décadas no mercado, foram reunindo uma grande carteira de contactos e vários clientes, algo que para Coroado (2017), tal como os atores anteriores, poderá “suscitar várias questões relacionadas com o conflito de interesses” (ibid.).

#### 2.2.4 Sociedade civil

De acordo com Coroado (2017) pode incluir-se na sociedade civil “organizações não-governamentais, igrejas, universidades, *think tanks* ou associações de consumidores” como entidades que recorrem à intermediação ou a praticar lóbi por si próprias (p.114).

Para Castillo (2013) as organizações não-governamentais podem ser subdivididas face aos interesses que defendem. Existem organizações que têm “interesses heterogéneos sob uma única condição, como no caso de problemas de alcance geral, suscetíveis de afetar a maioria da população”, em contrapartida há outras “com interesse único (*single-issue groups*), caracterizadas pela defesa de uma posição particular diante de um assunto específico”, que apresentam “múltiplas facetas monotemáticas: aborto, pena de morte, pacifismo, consumo etc” (p. 49). Em entrevista ao Expresso, Henrique Burnay, fundador da Eupportunity<sup>12</sup>, exemplifica de forma muito clara como atuam as organizações não-governamentais na cena política:

Por exemplo, se há uma ONG antitourada que quer acabar com as touradas, é legítimo que alguém, com interesse no processo, queira manifestar a sua opinião, como uma associação de defesa de corridas de touros. O decisor houve as várias partes e depois decide. (Reis, 2017, *in* Expresso)

Quanto às igrejas e universidades inserem-se, precisamente, nas ações de *think tanks* (Heredia, 2014, p. 54). Anteriormente clarificamos o conceito e pode concluir-se que “os tanques de pensamento” praticam lóbi. As ações dos *think tanks* são vastíssimas, como se comprovou anteriormente, podendo estar relacionadas com a protagonização de estudos,

---

<sup>12</sup> Eupportunity - Trata-se de uma consultora especializada em assuntos europeus.

debates ou artigos vinculados a áreas relacionadas com a economia, finanças, educação, cultura, direito, relações institucionais e muitas outras. Como exemplo podemos destacar as pretensões do Contraditório, um *think tank* independente, sem qualquer vínculo político-partidário, não governamental e sem fins lucrativos:

O Contraditório defende os direitos individuais e o direito de cada indivíduo à liberdade e propriedade. Concordamos que o papel do Estado é defender os direitos individuais, sem que ele próprio os viole. Defendemos a propriedade privada, o mercado livre e a tolerância. O Contraditório defende que todos os indivíduos devem ter a liberdade de viver as suas vidas e de concretizar o seu potencial máximo da forma que melhor entenderem desde que seja pacífica, tendo em conta a proibição do uso da força contra outros, excepto em legítima defesa, e honrando e respeitando direitos iguais de outros e as suas escolhas pacíficas. (Contraditório, 2013<sup>13</sup>)

O trabalho de investigação desenvolvido por estes profissionais está intimamente relacionado com a produção de estudos independentes que estreitem o relacionamento entre poder e conhecimento, mas também com a representação e harmonização de interesses individuais e coletivos. A título de curiosidade, pode ainda destacar-se outros *think tanks* que atuam de forma semelhante em Portugal: Euro-Defense Portugal, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais<sup>14</sup>, Instituto de Políticas Públicas Thomas Jefferson<sup>15</sup> e Fundação Belmiro de Azevedo<sup>16</sup>.

## 2.3 Estratégias de lóbi

Ao longo desta dissertação têm sido aprofundados os diversos estágios da atividade, porém não foram determinadas as estratégias utilizadas por estes profissionais. Para Lampreia (2008) “à semelhança do que acontece em todas as áreas das ciências humanas, também nesta actividade coexistem várias tendências, conceitos e abordagens diferenciadas” (p. 42). O confronto de ideias e a diversidade de perspetivas de que falam os autores têm sido determinantes para os grandes avanços, que este setor de atividade tem manifestado (ibid.).

Apesar das controvérsias que caracterizam a prática do lóbi, verifica-se alguma consensualidade quanto à definição e implementação das suas estratégias. A pluralidade de designações e perspetivas até aqui mencionadas são, uma vez mais, transversais às designações estratégicas. A nível estratégico é habitual conjugar-se três formas básicas de exercer pressões contínuas e diversificadas junto das várias instituições (Lampreia, 2008, p.

---

<sup>13</sup> Link para consulta: <http://www.contraditorio.pt/quem-somos.php>

<sup>14</sup> Link para consulta: [www.ue.missaoportugal.mne.pt/pt/think-tanks-em-lisboa](http://www.ue.missaoportugal.mne.pt/pt/think-tanks-em-lisboa)

<sup>15</sup> Link para consulta: [www.publico.pt/2013/06/19/jornal/academicos-lancam-novo-think-tank-em-portugal-26706979](http://www.publico.pt/2013/06/19/jornal/academicos-lancam-novo-think-tank-em-portugal-26706979)

<sup>16</sup> Link para consulta: [www.edulog.pt/](http://www.edulog.pt/)

43). Lóbi direto, lóbi de topo e lóbi de base são as estratégias utilizadas pelos lobistas para intervir e influir nos centros de decisão. Além das três formas de exercer pressão, o lobista pode complementar as suas estratégias através da vigilância legislativa e do *business intelligence*.

### 2.3.1 Lóbi direto

Para Lampreia (2010), a estratégia de lóbi direto “representa a forma mais «clássica» de se fazer lóbi, ao negociar directamente com quem tem poder de decisão relativamente a um determinado assunto” (p. 34). Com uma perspetiva semelhante, mas com uma denominação distinta, Coroado (2017) assinala que “*lobbying* tradicional é aquele que se dirige especificamente aos decisores políticos, seja através de um representante do grupo de interesses, de um lobista profissional contratado ou de um lobista interno, os chamados *in-house*” (p. 49).

Analogamente, mas de forma pormenorizada, Patri (2011) denomina a estratégia de ação direta, consignando que “os grupos de interesse, os indivíduos ou as empresas aproximam-se pessoalmente dos membros do governo ou do Congresso Nacional, para apresentar argumentos favoráveis ou contrários a determinada política ou legislação que esteja em discussão” (p. 141).

A estratégia de lóbi direto reúne, de facto, consensualidade entre vários autores, com exceção das distintas terminologias utilizadas, que querem dizer exatamente a mesma coisa. Aparentemente, trata-se de uma estratégia bastante simples, contudo, o processo de influenciar decisões torna-se bastante complexo devido ao número de grupos que pressionam diretamente os centros de decisão sobre a mesma questão. Lampreia (2005) exemplifica a situação, mencionando que:

É sempre mais complicado para os representantes dos poderes públicos decidirem sobre uma determinada questão se tiverem de consultar e dialogar com três ou quatro grupos de interesse, em vez de o fazerem apenas com um único interlocutor. Este é o mesmo dilema que se coloca quando se está a tratar de estabelecer alianças (*coalition building*), fazendo avançar mais parceiros para o terreno das ações. (Lampreia, 2005, p. 107)

### 2.3.2 Lóbi de topo

De forma muito clara, Lampreia (2010) define a estratégia como aquela que “exerce pressão junto dos decisores através de instâncias que lhes são hierarquicamente superiores ou que têm o poder de condicionar as suas ações” (p. 43). Complementando a perspetiva de Lampreia (2010), Guéguen (2008) menciona que “a abordagem «pelo topo» assenta,



esquemáticamente, numa lógica política, hierárquica: os chefes falam com os chefes” (p.100). Neste tipo de estratégia o lobista deve identificar aqueles que no processo decisório, detêm maior poder de decisão e aqueles que serão os potenciais aliados, relutantes ou indecisos (Coroado, 2017, p. 56).

Para Guéguen (2008) a abordagem «pelo topo» corresponde a uma abordagem claramente elitista (p. 100). De acordo com o autor esta abordagem padece de alguns defeitos, sendo que é em geral “demasiado tardia, vai contra o princípio da antecipação e tende a privilegiar uma relação diplomática em detrimento da realidade técnica e estratégica do dossier” (p. 101). Apesar da situação ilustrada, esta abordagem estratégica não deverá ser condenada, até porque tem a sua utilidade, porém não pode ser aplicada irrefletidamente (ibid.).

### 2.3.2.1 Meios de difusão: Lóbi direto e de topo

Para transmitir as mensagens pretendidas, os lobistas necessitam de recorrer a um conjunto de meios que complementem e se adequem às estratégias utilizadas. De acordo com Castillo (2011) para exercerem pressão deverão possuir “todo o tipo de informação que permita assegurar que os meios certos chegam às pessoas adequadas no momento oportuno” (p. 81). Nas estratégias de lóbi direto e de topo, os meios mais utilizados e adequados são: *position paper*, contactos personalizados, reuniões e encontros pessoais, carta aberta, visitas organizadas, livro verde, livro branco e, por último, o livro de lóbi (Lampreia, 2008, pp. 22-24).

O *position paper* apresenta-se como um documento conciso, redigido em termos persuasivos, que identifica os problemas e adianta soluções com o objetivo de influenciar os centros de decisão (Lampreia, 2005, p. 89). Com uma perspetiva semelhante à de Castillo (2011), Lampreia (2005) reflete sobre a clara necessidade de ser assertivo “na escolha do público-alvo, para o esforço não ser em vão” (p. 89). Tanto os contactos personalizados como as reuniões e encontros pessoais são, claramente, um complemento ao *position paper*, sendo que, a apresentação e exposição de argumentos junto do decisor errado, não produzirá resultados positivos (ibid.). Nesse sentido, os lobistas deverão conhecer e interagir com os seus *targets*, seja através de cartas, troca de e-mails, faxes ou de telefone, de reuniões agendadas oficialmente, ou então, através de encontros pessoais (Lampreia, 2010, p. 35). No caso de não se conseguir estabelecer um contacto pessoal ou oficial, os lobistas recorrem frequentemente à carta aberta, também conhecida como «baixo assinado», na qual se expõe o assunto que se pretende tratar (Lampreia, 2005, p. 91).

Para Castillo (2011) as estratégias de lóbi deverão atuar em diversas esferas e abarcar “todo o tipo de pessoas e organizações” (p. 83). De acordo com a perspetiva do autor, pode aferir-se que um meio comumente utilizado para abarcar vários públicos corresponde, justamente, às visitas organizadas, já abordadas anteriormente, no primeiro capítulo. Porém, os livros verde

e branco atuam, também, em diversas esferas e abrangem vários públicos, tanto a nível nacional como europeu. Segundo Lampreia (2005) os livros verdes são publicados pela Comissão, tratando-se de “documentos destinados a promover uma reflexão e a lançar um processo de consulta a nível europeu, sobre um assunto específico” (p. 92). Subsequentemente, os livros brancos, revelam-se contrários ao *position paper*, apresentando-se como documentos que incluem propostas de ação comunitária em diversos domínios, sustentados, maioritariamente, por estudos comprobatórios (Lampreia, 2005, p. 93). Por último, temos o conhecido livro de lóbi, que de acordo com Lampreia (2010) consiste em “pedir a uma personalidade de prestígio reconhecido, para escrever e publicar um livro, através de uma editora, sobre um determinado assunto, onde naturalmente terá experiência” (p. 36).

### 2.3.3 Lóbi de base

*Bottom lobbying*, *grassroots lobbying*, *outside lobbying* ou *advocacy* são alguns dos estrangeirismos utilizados para designar este tipo de estratégia (Lampreia, 2008, 2010; Patri, 2011). As expressões *bottom lobbying* e *outside lobbying* correspondem ao lóbi exercido pela base ou de forma exterior, numa tradução literal, o termo *grassroots lobbying* remete para uma dinâmica de baixo para cima (Coroado, 2017, p. 60). O termo *advocacy* diz respeito ao ato de advogar, que visa não só defender como também influenciar comportamentos, regras ou leis (Patri, 2011, p. 143).

Lampreia (2010) assinala que se recorre a esta estratégia “quando se utiliza a pressão da opinião pública para influenciar a tomada de decisão pelos poderes públicos” (p. 34). Para Coroado (2017), o *lobbying* informal, é feito “através de contactos informais e redes de influência assentes em laços de vária ordem” (p.67). Já para Patri (2011) as denominadas ações indiretas ou *advocacy* mascaram “o real interesse por trás das ações, fazendo parecer que as demandas são espontâneas” (p. 141).

De acordo com Guéguen (2008) esta é uma abordagem completamente diferente da precedente, isto porque “assenta numa abordagem técnica do dossier: encontro com os funcionários de base, com o grupo de peritos do Conselho, com os comités de Comitologia<sup>17</sup>, etc” (p. 101). Para o autor esta estratégia apresenta várias vantagens, que dizem respeito ao imperativo da antecipação, à colaboração técnica entre lobistas e funcionários, ao processo decisório europeu e, por último, privilegia as aptidões técnicas, a credibilidade e a proatividade (Guéguen, 2008, p. 101).

Definidas as abordagens estratégicas, Lampreia (2008) refere que a conjugação “integrada destas três formas de actuar numa linha de tempo acaba por multiplicar ao cubo as potencialidades de intervenção” (p. 43). Cabe ao lobista formular a estratégia que mais se

---

<sup>17</sup> Os Comités de Comitologia são compostos por: comités consultivos, de gestão e de regulamentação.

adequa à ação que pretende desenvolver, desde que obedeça a um plano estratégico previamente definido (Lampreia, 2008, p. 44).

### 2.3.3.1 Meios de difusão: Lóbi de base

Para Castillo (2011) o jogo político organiza-se e estrutura-se sobre a opinião pública e “tende a transformar-se, cada vez mais, em uma batalha para a conquistar” (p. 83). É precisamente, no lóbi de base, que se faz um uso maior de diversos meios, a fim de, envolver e mobilizar a opinião pública (Lampreia, 2008, p. 24). Para o lobista português os meios de maior relevância são: os media, a internet, eventos e acontecimentos especiais e, em última instância, estudos de mercado e sondagens de opinião (Lampreia, 2010, p. 39).

A difusão das estratégias de lóbi de base é, normalmente, mais agressiva que as restantes (Lampreia, 2005, p. 95). No caso da comunicação social consegue-se pressionar os públicos-alvo de duas formas distintas, por um lado, através das relações de imprensa, por outro, através de publicidade paga (Lampreia, 2008, pp. 24-25). No caso da internet, possibilita aos lobistas reunir o apoio de públicos geograficamente dispersos mobilizando de forma instantânea as massas (Castillo, 2011; Lampreia, 2008). Segundo Lampreia (2010) percebe-se a versatilidade deste meio, através das diversas formas de utilização de que dispõe: websites, anti-sites, mail *bombing*, blogues, controlo de motores de busca e *posts* em grupos de discussão (pp. 37-38).

Recorrendo a temas atuais, a datas comemorativas ou a acontecimentos súbitos, é frequente os lobistas realizarem eventos relacionados com a sua área de interesse (Lampreia, 2008, p. 27). Conferências, seminários, congressos, cimeiras, exposições, manifestações, recolha de assinaturas ou petições são algumas das atividades possíveis para transmitir as mensagens junto dos poderes públicos (Lampreia, 2005, p. 101). De forma geral, os meios utilizados no lóbi de base podem ser acoplados com outras estratégias, conferindo-lhes um maior impacto. Exemplo disso são os estudos de mercado e as sondagens de opinião. A ideia é, também, defendida por Lampreia (2008) ilustrando que “apesar de isoladamente não possuírem qualquer impacto, conjugados com os outros meios constituem uma grande ajuda na visibilidade pretendida” (p. 27).

### 2.3.4 Vigilância Legislativa e *Business Intelligence*

De acordo com Guéguen (2008) “a informação constitui a matéria-prima da influência”, nesse sentido, a vigilância legislativa e o *business intelligence* integram importantes instrumentos estratégicos (p.62).

Quanto à vigilância legislativa corresponde a um exercício muito simples, que pode ser sintetizado em três etapas: obter informação relevante, analisar a informação recolhida e

traduzi-la em termos operacionais e, por último, divulgá-la rapidamente (ibid.). Quem opte por uma estratégia de vigilância legislativa deverá estabelecer à priori como será exercida, considerando quem são os seus destinatários e a periodicidade da ação (Guéguen, 2008, p. 64). Porém, deverá ainda estabelecer-se um perímetro preciso e analisar a profundidade da sua pesquisa. Guéguen (2008) exemplifica como se circunscreve o perímetro, mencionando que:

Consoante os casos, este perímetro pode ser muito vasto (imaginemos uma associação nacional no sector automóvel: serão de cobrir energia, OMC, serviços financeiros, ambiente e toda uma série de temáticas conexas) ou muito restrito (imaginemos um matadouro ou uma leitaria). (Guéguen, 2008, p. 63)

No que diz respeito ao primeiro exemplo, a profundidade da ação será reduzida, enquanto que no segundo já será enorme, obrigando o lobista a ter um conhecimento integral dos assuntos que dizem respeito ao matadouro ou à leitaria. Para Guéguen (2008) “quanto mais aprofundada é a vigilância, mais requer contactos directos com os funcionários competentes e a *business intelligence*” (p. 64).

Quanto ao *Business Intelligence*, é definido por Guéguen (2008) como “a capacidade de obter informações não públicas e analisá-las para proporcionar (à empresa, à associação, ao cliente) uma vantagem estratégica em termos de antecipação, de organização, de implementação, de acção, de influência e de apoio à decisão” (p. 69). Uma ação de *Business Intelligence* consegue obter informações antecipadas sobre ordens de trabalhos, negociações, dossiers, atas de grupos de peritos, auditorias, prospetivas de políticas ou de avaliações (Guéguen, 2008, pp. 69-70). Este instrumento é frequentemente utilizado em Bruxelas, uma vez que, os processos legislativos são particularmente transparentes (ibid.).

### 2.3.5 Plano estratégico

Desvendadas as formas de pressionar os centros de decisão, revela-se necessário explicar como pode a atividade de lóbi ser exercida. Para Lampreia (2008) a aplicação no terreno propriamente dita pode exercer-se através de ações, programas ou campanhas (pp. 42-43).

As ações de lóbi são, na sua grande maioria, exercidas através de lóbi direto. De acordo com Lampreia (2008) correspondem a:

Actividades pontuais, levadas a efeito junto de um público-alvo restrito (governante, deputado, etc.), normalmente com um objectivo meramente informativo, para dar a conhecer uma opinião ou a posição de um grupo de interesse perante um projecto legislativo ou uma situação específica. (Lampreia, 2008, p. 43)

Quanto aos programas de lóbi podem ser definidos como um “conjunto de actividades, dilatadas no tempo, onde normalmente se utilizam as três formas de fazer lóbi (directo, de

topo e de base), junto dos públicos-alvo diversificados” (Lampreia, 2008, p. 44). O lobista português explica que os programas “podem durar entre seis meses a um ano”, evidenciando também que “auferem, de um modo geral, de bastante visibilidade junto da opinião pública” (ibid.).

Por último, as campanhas de lóbi, que para Lampreia (2008) são “constituídas por actividades diversificadas, de longa duração, que, em alguns casos, podem ultrapassar os dois anos e que, normalmente, são exercidas à escala internacional e até mundial, (...) com uma grande visibilidade junto do grande público” (p. 44).

Independentemente da forma como a atividade de lóbi é exercida as atividades devem seguir sempre a mesma metodologia (Lampreia, 2005, p. 105). Independentemente da importância e do âmbito do projeto, o plano estratégico divide-se sempre em quatro fases principais (abordadas no primeiro capítulo): análise de informação, definição da estratégia, implementação e avaliação de resultados (Lampreia, 2010, pp. 39-41).



## Capítulo 3. O lóbi em Portugal e na Europa

Uma das condições necessárias para a existência e profissionalização do lóbi é, justamente, ser exercido em países democráticos. Muitos autores defendem que a institucionalização da atividade apresenta inúmeras vantagens para o contexto democrático, nomeadamente, quanto à liberdade de oportunidades. De acordo com Lampreia (2008) a “possibilidade de exercer pressão junto de decisores políticos (...) é justamente um apanágio da democracia”, nesse sentido, a atividade funciona como um facilitador do exercício democrático, que atua como contrapoder (p. 12). De forma semelhante, Gozetto e Mancuso (2011) encaram a atividade de representação de interesses como um precioso instrumento democrático (p. 119), Andrés e Navarro (2016) acreditam que o lóbi permite que as democracias sejam mais representativas, sendo “uma forma de participação e defesa de interesses” (p. 191).

Analogamente, Patri (2011) crê que a sociedade de forma geral ganhe voz com o lóbi, podendo assim “expressar os seus anseios e temores” (p. 143). Ao longo deste capítulo abordam-se duas realidades distintas: o contexto europeu onde a prática é aceite e devidamente regulamentada, revelando-se um poderoso instrumento democrático que fomenta a participação e a igualdade de oportunidades junto dos centros de decisão; o contexto nacional onde a prática não está institucionalizada nem regulamentada, sendo comumente confundida com troca de favores e tráfico de influências. Após refletirmos sobre as diferenças existentes em ambos os contextos importa elaborar algumas considerações sobre a transparência, integridade e legitimidade da prática, a fim de desmitificar algumas das questões éticas que se colocam para que seja identificada como uma prática pouco ortodoxa.

### 3.1 Contexto europeu

Terminada a Segunda Guerra Mundial foi necessário organizar e reconstruir economicamente o continente europeu e zelar por um clima de paz perdurável em todo o território. Instituída em 1951, pelo Tratado de Paris, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) foi criada para reafirmar uma Europa debilitada que vivia à mercê da supremacia americana. À semelhança da CECA, a Comunidade Económica Europeia (CEE), criada em 1957 pelo Tratado de Roma, pretendia prevenir o eclodir de uma terceira guerra, mas também desenvolver aspetos diretamente ligados à educação, empregabilidade, livre circulação e à própria

economia. Em 1992, todos os países que pertenciam à Comunidade Europeia, firmaram o Tratado de Maastricht que deu origem à reconhecida União Europeia<sup>18</sup>. Ao longo dos anos o número de países que aderiu a esta iniciativa aumentou, nesse sentido, as nomenclaturas, as pretensões e o processo de tomada de decisões da comunidade europeia foram sendo progressivamente alteradas.

De acordo com Guéguen (2008) a União Europeia dos anos 2000 nada tem em comum com a Comunidade Económica Europeia iniciado pelo Tratado de Roma em 1957 e o mesmo acontece com o exercício de lóbi (p. 51). A conjuntura europeia sofreu múltiplas transformações, que traduzem quatro grandes ciclos evolutivos do lóbi europeu: o lóbi de fusão, o lóbi diplomático, o lóbi estratégico e, por último, o lóbi transversal (ibid.).

A primeira grande evolução, lóbi de fusão, é identificada como o ciclo de construção (1957-1970). Segundo Guéguen (2008) este período corresponde precisamente à época dos Pais Fundadores onde as principais prioridades se centravam na “Política Agrícola Comum, a supressão dos direitos alfandegários internos e a instauração de uma Tarifa Aduaneira Comum” (p. 51). Foi um período essencialmente marcado por trabalhos legislativos e reguladores, onde a própria institucionalização da PAC foi, de acordo com Guéguen (2008), “inventada «nos campos» pela interacção e simbiose constantes entre os funcionários da Comissão e os responsáveis agrícolas” (p. 52). Ao longo desta fase evolutiva há dois nomes destacados pelo autor, que demarcam os primórdios da atividade: Henri Cayre, a primeira figura a conceber a atividade do lóbi, e André Herlistka, “o homem que tudo sabia acerca de cada vírgula da PAC” (ibid.).

A segunda evolução corresponde ao aparecimento do lóbi diplomático identificado por Guéguen (2008) como o ciclo do refluxo (1971-1987). Trata-se de um período extremamente negro, decadente e nada expansivo onde a construção europeia foi perdendo o fôlego pouco a pouco (Guéguen, 2008, p. 52). De acordo com o autor os dossiers comumente patenteados pela “nova raça de lobistas, «os diplomatas»”, correspondiam à “gestão das Organizações Comuns do Mercado da PAC, as directivas sobre higiene e segurança no local de trabalho, as relações Norte-Sul com a Convenção de Lomé, as rondas de negociações no GATT<sup>19</sup>” (ibid.). O lóbi diplomático era praticado essencialmente por pessoas com grande reputação, com um discurso eloquente e com contactos extremamente seletivos, que correspondiam a funcionários com altos cargos em Bruxelas, Genebra e Roma (ibid.).

Se o ciclo de refluxo foi marcado essencialmente pelo aparecimento e expansão do lóbi diplomático, em contrapartida, o ciclo do grande mercado (1988-2005) assinala a sua extinção através do aparecimento do lóbi estratégico (Guéguen, 2008, p. 53). De acordo com o autor, os anos oitenta e noventa foram um período revolucionário para a prática de lóbi: as

---

<sup>18</sup> Link para consulta: <http://ensina.rtp.pt/artigo/como-nasceu-a-uniao-europeia/>

<sup>19</sup> GATT - Do inglês “General Agreement on Tariffs and Trade”; Foi um acordo estabelecido em 1947 sobre tarifas aduaneiras e de comércio entre vários estados.



associações sediadas em Paris instalaram-se em Bruxelas, o número de lobistas disparou e implementaram-se técnicas de lóbi que perduram até aos dias de hoje (ibid.).

Segundo Guéguen (2008) este foi um período transitivo não só para o lóbi como para a própria estrutura europeia. No caso do lóbi, pode destacar-se que as convicções dos lobistas foram baseadas em argumentos técnicos assinalando o surgimento de numerosos e complexos dossiers, a comunicação social tornou-se um meio impactante, a comunicação interna ocupou-se de coordenar e intermediar as relações entre associações europeias e membros nacionais, enquanto que a comunicação externa se revelou um poderoso instrumento para a atividade (Guéguen, 2008, p. 54). Por outro lado, as estruturas europeias centralizaram todo o seu poder político e económico em Bruxelas, constituiu-se uma rede global entre a Comissão, o Parlamento, grupos de peritos e a sociedade civil determinando uma relação de simbiose entre quem zela pelos interesses de terceiros e quem possui poder na tomada de decisões (ibid.).

Por último, o lóbi transversal, que corresponde ao ciclo identificado por Guéguen (2008) como a “Europa a Trinta (2006-...)”, é um período classificado pela transformação radical dos agentes e das técnicas de lóbi (p. 55). Na obra *O lóbi na União Europeia*, o autor, demonstra de forma clara algumas das transformações existentes:

De proactivas nos anos 90, as associações profissionais europeias evoluíram para reactivas ou defensivas, por falta de visão, de meios ou de liderança. No tabuleiro das influências, elas recuam em benefício das ONG animadas por uma verdadeira convicção, por meios consideráveis, por uma credibilidade técnica e um domínio da comunicação moderna. (Guéguen, 2008, p. 55)

Ao longo dos anos a conjuntura europeia tornou-se uma poderosa, inclusiva e influente instituição. As pretensões, as dinâmicas e os processos de tomada de decisão das instâncias europeias acompanharam progressivamente as mudanças, as necessidades e as ambições sociais que foram surgindo. Também a prática de lóbi evoluiu tornando-se, de acordo com Lampreia (2008), um “contrapoder legalmente reconhecido, fazendo parte integrante do processo de decisão da UE na defesa dos interesses mais variados” (p. 7). De aplicações regulamentares concebidas por «apertos de mão» entre funcionários e profissionais a processos de influência formalizados e transparentes, do lóbi de bastidores a um lóbi profissionalizado, de oponentes populares a parceiros de uma democracia mais representativa. Para Lampreia (2008) “tudo mudou ao longo destas cinco décadas e, pode dizer-se sem se exagerar, que mudou para melhor” (p. 7).

Elaborado um enquadramento sobre a evolução das instâncias europeias e da prática de lóbi importa compreender de que forma se influenciam os processos de decisão em Bruxelas. Para Xifra (2011) a conjuntura atual pode caracterizar-se por uma complexidade do sistema decisório, que está mais fragmentado a nível organizacional, menos integrado hierarquicamente e mais competitivo algo que favorece e permite uma acessibilidade muito

maior (p. 168). Na maioria dos casos, os processos decisórios na UE, são fruto da interação constante entre as principais instituições comunitárias: o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia (Coroado, 2017; Lampreia, 2010; Xifra, 2011).

A nível europeu, o reconhecido «triângulo institucional» é o público-alvo predileto de qualquer lobista. Segundo Lampreia (2010) é “através deste triângulo comunitário que vem à luz do dia as diversas propostas de legislação, sob a forma de regulamentos, directivas, decisões, recomendações e opiniões”, porém revela-se extremamente importante “entender como funciona a «máquina institucional», pois disso dependerá a formulação de toda a estratégia (...) e, em última instância, o sucesso da sua intervenção” (p. 33).

De forma sintetizada, Xifra (2011) destaca os poderes e as funções incumbidas às principais instituições europeias (pp. 171-172):

- a) O Parlamento Europeu, exerce um controlo democrático sob a Comissão, participa na elaboração de planos, sugere propostas legislativas e pode, em determinados casos, reorientá-las;
- b) O Conselho da UE, representado pelos ministros de todos os Estados-membros, é o principal órgão de decisão. A presidência deste órgão é semestral e rotativa;
- c) A Comissão Europeia, que tem, entre outras, a função de iniciar propostas legislativas, gerir e executar políticas e vigiar o direito comunitário.

Apesar da preponderância do triângulo institucional, o lobista deverá considerar outros públicos-alvo, que apesar de serem organismos descentralizados revelam-se igualmente importantes (Lampreia, 2008, p. 38). A maioria das instituições são órgãos consultivos que representam autoridades locais ou regionais (Comité das Regiões), a sociedade civil (Comité Económico e Social) e, por último, as agências, que executam tarefas técnicas, científicas ou de gestão nos domínios de atuação da UE (Lampreia, 2005, p. 85). De acordo com Lampreia (2008) estas agências poderão ter outras designações como “Instituto, Autoridade, Observatório, Centro ou Fundação”, estando disseminadas por várias cidades europeias (pp. 38-39).

Para Guéguen (2008), “em Bruxelas, a influência e o profissionalismo andam de mãos dadas” e para se influenciar o labirinto comunitário é necessário demonstrar competência, credibilidade e experiência (p. 92). Praticar lóbi a nível nacional ou europeu nada tem em comum: os procedimentos, as redes, a cultura administrativa ou os relacionamentos existentes são nitidamente distintos (Guéguen, 2008, p. 93). Para o autor, o lóbi europeu é essencialmente técnico, em contrapartida, o lóbi nacional revela-se sobretudo político (ibid.). Em Bruxelas, as redes de influência são maioritariamente redes técnicas, os processos de decisão são tomados pelo referido triângulo institucional, mas auxiliados por centenas de grupos de peritos e de comités, o lóbi transcende as clivagens políticas e está além do conhecimento técnico (Guéguen, 2008, pp. 93-95). Em contrapartida, o lóbi nacional,

praticado pela maioria dos Estados-membros, assenta numa lógica de maioria/oposição, onde as redes de influência são prioritariamente políticas (Guéguen, 2008, p. 94).

De acordo com Lampreia (2008) “costuma-se dizer em Bruxelas que os lóbis são o braço armado da sociedade civil, permitindo a esta defender os seus interesses, de forma profissionalizada, perante as instituições europeias” (p. 11). Na UE, a defesa de interesses é representada por cinco continentes, composta por múltiplos atores e por culturas políticas muito diferenciadas, nesse sentido, houve necessidade de criar normas de atuação uniformes e códigos de conduta que limitassem a atividade (Lampreia, 2008, p. 28).

Uma das medidas instituídas para uniformizar a prática foi precisamente a criação de um registo de transparência, que surgiu como resposta às seguintes questões: Que interesses são representados a nível da UE? Quem representa esses interesses e em nome de quem? Com que orçamento?<sup>20</sup>

Para Lampreia (2008) o registo criado em matéria de transparência “tem por objectivos conferir à actividade de lóbi uma maior transparência, um maior controlo dos seus actores e uma futura harmonização da profissão em todos os Estados-membros” (p. 28). Complementarmente, pode ler-se no site institucional do Registo de Transparência da UE, que uma outra pretensão é precisamente manter o público informado sobre os processos de decisão e interação ocorridos a nível europeu.

O Registo de Transparência foi uma solução facilitadora, que tanto o Parlamento como a Comissão delinearam para garantir atuações padronizadas para todos os representantes de interesses. Trata-se de um site público, que permite a todas as entidades que defendem interesses submeter uma inscrição e disponibilizar dados atualizados sobre as suas respetivas ações. Além de se poder consultar as interações entre as instituições europeias e os diversos representantes, o site permite-nos ainda consultar as seguintes informações: o código de conduta que rege as diversas interações; um mecanismo de queixas e alertas, que permite a qualquer pessoa comunicar suspeitas de violação do código de conduta ou de alertar sobre informações disponibilizadas, que estejam desatualizadas; diretrizes para quem pretende inscrever-se no registo; um serviço de assistência; e, por último, dados estatísticos sobre as entidades registadas e creditações junto do PE.

À semelhança das organizações, também os profissionais poderão inscrever-se no Registo de Transparência, para obterem uma acreditação junto do PE. Pode ler-se no site que, “todas as pessoas singulares podem receber um título de acesso ao Parlamento válido por um período máximo de 12 meses”, sendo que, dois meses antes do título caducar deverão apresentar um pedido de renovação. Todos os profissionais que estejam acreditados deverão respeitar o código de conduta bem como o regimento instituído na instituição.

---

<sup>20</sup> Link para consulta: <http://ec.europa.eu/transparencyregister/public>

A União Europeia revela-se um palco político extremamente complexo. Aqui, todas as interações são reguladas por um código de conduta, que rege não só as ações dos representantes registados como aqueles que atuam de forma pontual. O código instituído não permite que se obtenham informações de forma desonesta, estabelece responsabilidades, exalta os direitos dos representantes, exige que todas as ações sejam executadas com transparência, rigor e integridade (consultar anexo 1). A regulação da atividade provoca consequências muito positivas no contexto democrático, além de que sentencia e previne atos deturpadores no processo de tomada de decisões (Andrés e Navarro, 2016, p.196).

## 3.2 Contexto nacional

Em Portugal, a história da atividade é praticamente inexistente. Podem nomear-se alguns rasgos históricos sobre as diversas tentativas de profissionalização, mas de forma efémera. Ao longo dos anos a prática nunca alcançou notoriedade junto do público em geral, na verdade, tal permanece porque sempre esteve associada ao abuso de poder e aos relacionamentos íntimos com figuras políticas. Apesar de existir um conjunto de atores que se dedicam a influenciar os poderes públicos em Portugal, oficialmente, o lóbi não existe (Lampreia, 2008, p. 153).

De acordo com Coroado (2017) “o tema da regulação do *lobbying* em Portugal não tem tido um lugar de destaque na agenda política” (p. 127). O reconhecimento da atividade tem sido uma questão abordada de tempos a tempos, contudo, acaba por ser suprimida e descreditaada perante outros assuntos.

Lampreia (2008) reflete sobre a falta de reconhecimento da prática mencionando que “os próprios governos, que se têm sucedido desde o 25 de Abril, sempre que acham necessário, recorrem discretamente aos serviços de empresas de lóbi nos outros países” (p. 153). Em Portugal ninguém assume publicamente que pratica ou recorre à prática de lóbi, aparentemente, é considerada uma prática ilegítima e confundida com atividades ilícitas. Por essa razão, várias figuras políticas têm demonstrado interesse e reconhecido os benefícios da atividade, com a pretensão de a profissionalizar.

Maria Pintassilgo, enquanto ex-primeira ministra, defendeu a regulamentação dos lóbis como reforço dos poderes presidenciais junto das instâncias europeias, exigindo que fosse feita uma avaliação regular da prestação dos próprios deputados (Castro, 2018, sp). José Sócrates, enquanto primeiro ministro, quis regular a atividade dos lóbis, contudo, o processo de regulamentação foi extremamente burocratizado e muito contestado, principalmente, pelo bastonário da Ordem dos Advogados, António Marinho e Pinto, que achou imperativo criminalizar-se o tráfico de influências ao invés de se institucionalizar a prática (Castro, 2018, sp).

A 2 de julho de 2013, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, protagonizou uma conferência subordinada à temática de “O Lóbi numa Sociedade Democrática”. Pode ler-se no site institucional da Assembleia da República<sup>21</sup>, que a iniciativa pretendia fomentar o debate e a troca de experiências e conhecimentos sobre a prática em Portugal, com a pretensão de enquadrar a nível legal o lóbi, criar um registo oficial bem como de implementar um código de ética. Os debates constantes sobre o reconhecimento e, consequente regulamentação da prática intensificam-se a partir de 2014. Nesse mesmo ano, o jornal Público, noticiava um debate organizado pela Associação Portuguesa de Empresas de Comunicação (APCE) intitulado de “Conversas com lobistas”. Pedro Lomba, Secretário de Estado Ajunto na época, defendeu que se deve promover um debate racional e encarar a temática da regulamentação do lóbi em Portugal “sem complexos nem preconceitos” (Lopes, 2014, sp). No mesmo ano, um estudo lançado pela agência Lusa e noticiado pela TVI24, alerta uma vez mais para a falta de regulamentação da atividade. Em entrevista, João Paulo Batalha, responsável pelo TIAC (Transparência e Integridade, Associação Cívica)<sup>22</sup> consignou que:

Não há nada de errado em que pessoas ou organizações intervenham junto do poder político para defender os seus interesses. Mas é crucial que todos os cidadãos tenham acesso igual aos decisores públicos e que todos saibamos quem intervém no processo decisório, de que forma e com que objetivos. Só assim podemos assegurar que os políticos colocam o interesse público acima dos interesses privados. (TVI24, 2014)

Em 2015, o Jornal Público, noticiava uma intensificação das diligências do Governo em torno da temática, mencionando que pretendiam “criar as bases de um quadro legal semelhante ao que existe noutros países europeus” (Matos, 2015). Após um período sem abordar uma possível institucionalização da prática, eis que em 2016, o Partido Socialista (PS) alia-se ao projeto do Partido do Centro Democrático Social (CDS) para regulamentar o lóbi em Portugal e criar uma Comissão de Transparência (Henriques, 2016). Nesse sentido, a 14 de setembro de 2016, realizou-se a primeira conferência sobre lóbi no Parlamento, enquadrada na ordem de trabalhos da Comissão de Transparência (Henriques, 2016).

Em 2016, o reconhecimento da atividade parecia estar cada vez mais próximo de ser instituído. Segundo uma notícia lançada pelo Diário de Notícias, tanto o PS como o CDS, prestaram frutíferos contributos para regulamentar o lóbi, iniciando assim um projeto que previa a criação de um Registo de Transparência, com o objetivo de:

Para que nele se inscrevam “todas as entidades” que sejam “representantes de interesses, com ou sem fim lucrativo, singulares ou colectivas, sob a forma comercial ou não” e que “atuem junto das entidades públicas referidas no número anterior no

<sup>21</sup> Link para consulta: <https://www.parlamento.pt/Paginas/XII2SLConferLOBI20130702.aspx>

<sup>22</sup> Associação Cívica que trabalha em prol da boa governança e da qualidade da democracia com base nos valores de transparência, integridade e responsabilidade.

sentido de, direta ou indiretamente, influenciarem, designadamente, a definição de políticas públicas, legislação, regulamentação ou decisões, em representação dos seus interesses, dos interesses de grupos específicos ou terceiros”. (Henriques, 2016)

Desde 2014, que a prática de lóbi caminha a passos largos para a sua profissionalização. As propostas e projetos apresentados pelos partidos passam por um processo extremamente burocratizado e sujeito a inúmeras revisões, justamente, pela diversidade de representantes e pela pluralidade de opiniões existentes no processo decisório. No início de 2018, surgem as primeiras notícias sobre a temática, revelando os progressos registados quanto aos projetos de regulamentação do lóbi (Sampaio, 2018).

A 12 de janeiro de 2018, o PS apresentou na Assembleia da República, dois projetos de regulamentação. Pedro Delgado Alves, Carlos César, Jorge Lacão, Filipe Neto Brandão e Paulo Pereira, deputados socialistas, são os autores dos dois projetos de lei, que pretendem criar um regime “da atividade profissional de mediação na representação de interesses” e um “de entidades privadas que realizam representação de interesses” (Sampaio, 2018).

Tanto o projeto de lei nº 734/XIII, correspondente à regulação da atividade profissional, como o projeto de lei nº735/XIII, correspondente à regulação das entidades privadas, expressam alguns dos motivos pelos quais importa reconhecer a atividade. De forma sintetizada, explicam um dos seus principais objetivos:

Traduz uma realidade que tem vindo a marcar a evolução dos sistemas políticos contemporâneos, procurando oferecer maior **transparência** ao relacionamento entre os decisores políticos e aqueles que, junto destes, procuram influenciar direta ou indiretamente a elaboração ou execução das políticas públicas e de atos legislativos e regulamentares, bem como os demais processos decisórios das instituições públicas. (Projeto de Lei, 2018, p. 1)<sup>23</sup>

Os dois projetos de lei objetivam a criação de um Registo de Representação de Interesses (RRI) junto da Assembleia da República (AR), instituir uma regulamentação (ver anexo 2 e 3) e, consequentemente, profissionalizar a atividade em Portugal. As iniciativas legislativas propostas pelos socialistas poderão constituir um marco histórico para a atividade, porém, se for efetivamente institucionalizada, terá que passar por um longo processo de burocratização, audiências e reformulações. Enquanto tal não acontece, o lóbi continuará a ser praticado.

Se o lóbi não é legal, mas também não é ilegal importa perceber como se influenciam as instituições em Portugal. De acordo com Lampreia (2005) os públicos alvos não são muito distintos dos públicos europeus, contudo, há que “considerar em primeiro lugar todas as instituições que podem promulgar ou vetar leis ou decretos-lei, nomeadamente” (p.87):

---

<sup>23</sup> Link para consulta: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42033>

- a) A Assembleia da República ou Parlamento, que delibera, aprova e vota as leis;
- b) O Governo, que através do Conselho de Ministros tem poder para publicar decretos-lei e despachos;
- c) O Presidente da República, que pode aprovar ou vetar leis;
- d) Os partidos políticos, por terem assento na AR, podendo dar orientações aos respetivos grupos parlamentares;
- e) As autarquias, principalmente as Assembleias Municipais, pela função de regulamentação detida, que permite elaborar regulamentos ou posturas municipais.

Para o autor, as instituições ou personalidades mencionadas constituem o principal público-alvo de qualquer lobista ou praticante de lóbi, contudo, podemos considerar como públicos secundários grandes grupos, empresas, representantes diplomáticos ou organizações internacionais (Lampreia, 2005, p. 87).

De forma geral, a pretensão da atividade foca-se, primordialmente, em influenciar a própria democracia, contudo, há quem insista em não democratizar os processos de influência (Lampreia, 2008, p. 156). Abordadas duas realidades distintas as discrepâncias detetadas são nítidas: a credibilidade e competência exigida nos processos de influência a nível europeu nada têm em comum com o contexto nacional, onde a inexistência de um reconhecimento persiste; enquanto que o lóbi europeu é essencialmente técnico, em Portugal é essencialmente político; por último, enquanto que em Bruxelas são evidentes as estratégias que conduzem uma ação de lóbi, em Portugal são associadas ao conhecido tráfico de influências (Guéguen, 2008, pp. 95-96).

### 3.2.1 Tráfico de influências

A falta de regulamentação, de princípios deontológicos e de distinção entre o lóbi e outras práticas semelhantes gera uma profícua inexactidão acerca do cerne da atividade. Para Coroadó (2017) “por gozar de má reputação, o *lobbying* é muitas vezes confundido com o tráfico de influências ou outros crimes semelhantes” havendo quem se questione se a regulação da “«actividade não significará tão simplesmente a legalização das práticas criminais»” (p. 78). As práticas criminais mencionadas pela autora são explicitadas por Lampreia (2005) referindo que “a palavra lóbi continua a estar, até agora, irremediavelmente conotada com a «cunha», com o compadrio ou com o tráfico de influências” (p. 11).

Se atentarmos à etimologia das próprias palavras é perceptível, que «tráfico» corresponde a um “negócio ou atividade comercial ilegal”<sup>24</sup>, enquanto que «influência» corresponde ao

---

<sup>24</sup> Link para consulta: <https://www.priberam.pt/dlpo/tr%C3%A1fico>

“acto ou efeito de influir”<sup>25</sup>. De forma clara, Coroado (2017) esclarece o que é tráfico de influências:

Ao contrário do lóbi, uma prática ilegal na medida em que alguém vende ou abusa da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública, para obter favores ou tratamento preferencial ou informação privilegiada, com um potencial elevado valor de mercado, geralmente em troca de um pagamento ou vantagem não patrimonial. (Coroado, 2017, pp. 12-13)

Se o tráfico de influências está relacionado com o abuso de autoridade, por quem detém cargos privilegiados, nada tem em comum com o lóbi. Como se mencionou no primeiro capítulo, a prática, pode ser identificada como um processo planificado de comunicação de uma empresa ou organização, que exerce pressão direta ou indiretamente junto dos poderes públicos, com a pretensão de defender e orientar favoravelmente os interesses que representa.

Em Portugal, o que há em comum entre as duas práticas, uma perfeitamente legítima outra claramente corruptiva, é o facto de serem tratadas de tempos a tempos, gerarem um enorme mediatismo, mas acabarem por ser suprimidas por assuntos aparentemente mais relevantes.

Uma tendência que não é recente, nem exclusiva de Portugal. A problemática em questão tem sido noticiada, investigada, criminalizada e, sobretudo, satirizada pelo mundo fora. Os bastidores dos centros de decisão, os jogos de interesses, as influências indevidas e a corrupção que envolve altos cargos políticos têm sido algumas das temáticas tratadas pela cultura cinematográfica. As séries televisivas *House of Cards* e *Scandal* constituem um exemplo perfeito disso.

A série *House of Cards* é uma adaptação norte-americana, que pormenoriza os meandros políticos de Washington D.C.. O ator Kevin Spacey dá vida a Frank Underwood, um congressista da Carolina do Sul, que ajudou o recém-eleito presidente dos Estados Unidos a subir ao poder. Perante o apoio prestado, Frank espera ser recompensado e nomeado para o cargo de Secretário de Estado, quando tal não acontece o personagem investe numa retaliação política até alcançar o seu objetivo: tornar-se presidente dos Estados Unidos.

A série relata de forma pormenorizada as diversas investidas, por parte do Congressoista Underwood, para subir na hierarquia. A angariação de votos alicerçada em promessas eleitorais, a troca de informações confidenciais, a chantagem e manipulação constante de “peões” políticos, as trocas de influência para angariar donativos para a ONG da sua cônjuge, as ofertas de ingressos para eventos prestigiados e elitistas, o domínio dos meios de comunicação, os secretismos de cada personagem e a eliminação de atores políticos preponderantes são algumas das principais temáticas abordadas.

---

<sup>25</sup> Link para consulta: <https://www.priberam.pt/dlpo/influencia>



De forma semelhante, a série televisiva *Scandal* transmite-nos uma outra perspetiva sobre as figuras políticas que caminham diariamente pelos corredores da Casa Branca. A atriz Kerry Washington interpreta o papel de Olivia Pope, a ex-consultora de comunicação da Casa Branca, perita em proteger a imagem e defender a reputação das elites da nação, evitando que os escândalos políticos sejam mediatizados.

A personagem principal e a sua equipa de trabalho, intitulados de Gladiadores, unem esforços diariamente para ocultar o lado negro das elites, seja pelas traições cometidas, estranhos fetiches, antecedentes criminais ou aparências ilusórias. Além de evitar que os escândalos políticos sejam difundidos, Olivia Pope, representa uma mulher poderosa e influente que não olha a meios para atingir os fins. A manipulação e fraude eleitoral, a usurpação do poder, abuso de autoridade, difusão de informações falaciosas, ocultação de provas, vigilância legislativa ilegal, chantagem, golpes políticos e homicídios são alguns dos esquemas em que a comunidade política e a própria personagem se envolvem durante toda a narrativa.

As personagens, Frank Underwood e Olivia Pope, assemelham-se bastante pelo ávido desejo de poder, constituindo um exemplo perfeito do abuso de autoridade, da falta de conduta profissional e da criminalidade das suas ações.

### 3.3 Limites do lóbi: Ética, Transparência e Regulação

Com o aumento do número de representantes de interesses e, conseqüente, aumento das interações entre representantes e os centros de decisão, os limites do lóbi tornam-se cada vez mais uma preponderante questão.

Crê-se que um dos elementos mais importantes para limitar a atividade está diretamente relacionado com a instituição de Códigos de Conduta ou Códigos de Ética. Estes documentos estabelecem normas claras e objetivas sobre o caráter e os modos de atuação dos profissionais, acrescentam valor às organizações e aos seus membros, através da enunciação de princípios de responsabilidade (Humberg, 2008, pp. 92-95). Um exemplo perfeito dos princípios enunciados pelo autor é o código de conduta estabelecido pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresas (APCE), associação que defende os interesses dos gestores e técnicos de comunicação organizacional e das relações públicas em Portugal. O código da APCE “é um referencial de boas práticas e comportamento ético”, que pretende não só harmonizar e coordenar as práticas profissionais como credibilizar a própria atividade (consultar anexo 4).

De acordo com Humberg (2008) “as bases do que se chama comportamento ético, ou simplesmente ética, são valores como integridade pessoal, a boa-fé, o respeito pelos outros e pelo bem comum” (p. 93). Além dos valores mencionados a verdade, lealdade,

confidencialidade e liberdade constituem também alguns dos princípios básicos do comportamento ético a adotar pelos profissionais de qualquer setor.

A utilidade dos códigos de conduta vai para além da exposição de princípios, sendo que, circunscreve algumas das incompatibilidades, impedimentos e conflitos de interesses que possam existir em determinadas situações. Quanto à atividade de lóbi as principais questões éticas que se colocam e, que em certa medida, deturpam as ações dos lobistas estão relacionadas com a verdade, interesses conflitantes e comportamentos inapropriados.

No que diz respeito aos pressupostos de verdade enunciados no Código de Conduta do Registo de Transparência da UE (consultar anexo 1), pretendem que as ações dos representantes de interesses sejam legítimas, íntegras e tão transparentes quanto possível, sendo que, a prática do lóbi tende a ser mal conotada e olhada com muita desconfiança devido à opacidade com que alguns profissionais executam as suas ações. Por essa razão, a alínea (d) do Código consigna que:

(d) devem assegurar que, tanto quanto seja do seu conhecimento, as informações que fornecem no momento da inscrição no Registo e, posteriormente, no âmbito das atividades que desenvolvem e que estão abrangidas pelo Registo, sejam completas, atualizadas e não enganadoras; devem aceitar que as informações prestadas sejam objeto de revisão e devem satisfazer os pedidos administrativos de informações complementares e de atualizações.

Quanto ao Projeto de Lei nº 735/XIII, através do Artigo 6º alínea b) i) e j)), indica-nos que todas as entidades privadas que se registem e que pretendem assegurar a representação dos interesses junto da Assembleia da República têm o dever de:

b) Garantir que as informações prestadas para inclusão no registo são corretas, devendo cooperar no âmbito de pedidos administrativos de informações complementares e de atualizações;

i) Providências no sentido de que a informação e documentos entregues aos titulares de órgãos de entidades públicas não contêm elementos incompletos ou inexatos, com a intenção de manipular ou induzir em erro os decisores públicos;

j) Abster-se de utilizar a sua inscrição no RRI como fator de valorização comercial ou publicitária ou de associar essa condição a qualquer relação privilegiada com as entidades públicas ou com um reconhecimento oficial do seu papel, conducente a induzir um terceiro em erro.

No caso das incompatibilidades e impedimentos, o projeto de lei apresentado pelo Partido Socialista junto da Assembleia da República, frisa que a atividade de representação profissional de interesses é incompatível com: “o exercício de funções como titular de órgão de soberania, cargo político ou alto cargo público”; “o exercício de advocacia”; “o exercício

de funções em entidade administrativa independente ou entidade reguladora”; por último, fazem uma ressalva quanto aos titulares de cargos políticos ou altos cargos públicos, evidenciando que “não podem dedicar-se a atividades de representação profissional de interesses junto do órgão que foi titular durante um período de três anos contados desde o fim do seu mandato” (consultar anexo 2, Artigo 4.º). Em contrapartida, o código de conduta do Registo de Transparência da UE não alude a impedimentos ou incompatibilidades, porém, contém algumas ressalvas quanto ao conflito de interesses (consultar anexo 1):

(a) devem indicar sempre o seu nome e número de registo, se for caso disso, bem como a entidade ou entidades para as quais trabalham ou que representam; devem declarar os interesses, os objetivos ou os fins que promovem e, se for caso disso, os clientes ou os membros que representam;

(h) caso empreguem antigos funcionários ou outros agentes da União, ou assistentes ou estagiários de membros das instituições europeias, devem respeitar a obrigação que incumbe a essas pessoas de cumprir as regras e os requisitos de confidencialidade que lhes são aplicáveis;

(k) devem informar aqueles que representam das suas obrigações para com as instituições europeias.

À semelhança do Código de Conduta do Registo, também o Projeto de Lei nº 734/XIII apresentado pelo PS elenca algumas das situações que poderão suscitar conflito de interesses, porém destacamos a seguinte (consultar anexo 2, Artigo 5º):

5. A entidade que se dedique profissionalmente à atividade de mediação na representação de interesses deve abster-se de aceitar um novo cliente se do conhecimento de assuntos relativos a anterior cliente resultarem vantagens ilegítimas ou injustificadas para o novo cliente.

Vítor Caldeira, Presidente do Tribunal de Contas e Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção, num artigo de opinião menciona que por conflito de interesse entende-se que, “quando aqueles que exercem funções públicas permitem que os seus interesses pessoais ou familiares se misturem com o interesse geral que, por dever de ofício, devem assegurar” (Caldeira, 2017). Este é um problema transversal a diversas áreas profissionais, porém no que diz respeito à prática do lóbi passa também “por uma cultura que estranha e deturpa os seus objetivos” (Branco, 2007).

Tendo em conta a perspetiva de Vítor Caldeira constata-se uma vez mais que, a legitimidade da prática é constantemente colocada em causa, principalmente, no contexto nacional. Apesar de existirem maus profissionais que ostentam estratégias e atuações contestáveis, não devem definir o cerne da atividade.

No que diz respeito ao conflito de interesses ao nível do lóbi podem considerar-se dois dos pressupostos mais perturbantes a nível governativo: 1) a opacidade dos lobistas e agentes que recorrem à prática de lóbi e 2) o movimento “portas giratórias”.

Quanto ao primeiro, a opacidade detida pelos lobistas ou pelos agentes que recorrem à prática, revela-se extremamente preocupante. Como se pode constatar no capítulo 2, as atividades profissionais destes agentes levantam sérias inquietudes devido à opacidade com que os processos de influência se desenvolvem, pelo acesso a informação privilegiada, pelo estatuto social destacado que possuem e pela desigualdade de acesso nos canais.

Relativamente ao segundo, o conhecido movimento das “portas giratórias” ou *revolving doors*, ocorre quando os deputados ou outros membros do governo cessam funções e vão diretamente trabalhar como representantes de interesses de grandes empresas. Por ser uma ocorrência frequente e bastante polémica, o Projeto de Lei nº 734/XIII no Artigo 4º, contém uma cláusula que proíbe personalidades com altos cargos políticos de representar interesses junto dos órgãos onde exerceram funções durante um período de três anos.

Devido à necessidade imperativa de se afastar e penalizar práticas duvidosas, opacas e conflitantes existem organismos que se dedicam a combater a corrupção e a promover valores de transparência, integridade e responsabilidade. Em Portugal, a TIAC<sup>26</sup> e a Comissão de Ética, Cidadania e Comunicação promovem a transparência dos processos decisórios no sentido de reforçarem a prevenção e combate à corrupção e a práticas contestáveis. De forma semelhante, a nível europeu, a ALTER-EU<sup>27</sup> promove iniciativas que fomentem comportamentos éticos, transparentes e íntegros, para além disso, delata comportamentos que não sejam legítimos.

No que concerne aos comportamentos considerados inapropriados, por parte dos representantes de interesses, estão evidentemente relacionados com a falta de conduta profissional. Tal como se constatou no tópico anterior, a prática de lóbi é associada a atividades ilícitas, sendo comumente confundida com a troca de favores, subornos ou mesmo com o tráfico de influências. Para prevenir este tipo de comportamentos, o Código instituído na UE, enaltece que os representantes de interesses:

(b) não devem obter nem tentar obter informações ou decisões desonestamente ou recorrendo a pressões indevidas ou comportamentos inadequados;

(d) não devem incitar os membros das instituições europeias, os funcionários ou outros agentes da União, ou os assistentes ou estagiários desses membros, a infringir as regras e normas de comportamento que lhes são aplicáveis.

---

<sup>26</sup> Link para consulta: <https://transparencia.pt/>

<sup>27</sup> Link para consulta: <https://www.alter-eu.org/>

Os preceitos referentes ao comportamento inapropriado de representantes de interesses são inexistentes nos dois projetos de lei apresentados junto da AR, evidenciando que a matéria legislativa produzida para profissionalizar o lóbi em Portugal padece de defeitos. Duas semanas após a apresentação dos projetos, o Jornal Económico entrevistou vários advogados para perceber qual a sua posição sobre a proposta, uma vez que, o exercício da advocacia é considerado incompatível com a representação de interesses. A maioria dos contributos assinalam que apesar de ser uma iniciativa positiva e necessária apresenta conteúdos incompletos, repetitivos e pouco trabalhados. Luís Oliveira, sócio da Miranda & Associados, chegou mesmo a afirmar que, “os dois textos refletem falta de amadurecimento cívico e técnico sobre a temática e não parecem suportados num estudo aprofundado” (Bandeira, 2018).

Para além das questões éticas que se colocam pode aferir-se, que os lobistas se confrontam comumente com inúmeros dilemas. No seu estudo *Ethics and Lobbying*, Barker (2008) menciona que um dos principais dilemas éticos enfrentados pelos lobistas é quando promovem ações que “podem enriquecer os seus clientes às custas do público em geral” (p. 23). Tendo em conta a abordagem de Barker (2008) acredita-se que um outro dilema colocado ao lobista envolve o estabelecimento de prioridades na execução das suas ações, sendo que, por um lado deve zelar pelos interesses do seu cliente, enquanto que por outro, deve zelar pelo interesse do público em geral. Este dilema profissional é bastante evidente no filme *Thank You For Smoking*, que retrata o dia a dia de Nick Taylor, representante da Academy Tobacco Studies. O lobista é frequentemente confrontado com o paradoxo ilustrado, sendo que, por um lado deve zelar pelos interesses da empresa que representa, enquanto que, por outro é alvo de duras críticas por não zelar pela saúde do público em geral.

Devido ao dilema mencionado, Lampreia (2005) refere que a profissão de lobista acarreta inúmeras responsabilidades e detém uma enorme importância social, sendo que:

Tratar de influenciar um aspecto legal, seja de nível comunitário ou nacional, cujas consequências poderão alterar ou condicionar a vida de milhões de cidadãos ou o funcionamento de diversos sectores da sociedade é, sem dúvida, um acto de grande responsabilidade. (Lampreia, 2005, p. 27)

Dada a preponderância da atividade no seio social, Lampreia (2005) defende ainda que “este aspecto, só por si, requer que esta tarefa seja obrigatoriamente desempenhada de forma competente e com total transparência, por pessoas idóneas, imbuídas de um grande espírito ético e com um apurado sentido de responsabilidade” (p. 27). A forma como a atividade é exercida varia consoante os Estados ou regiões do globo, a gama de atores ou os métodos utilizados. Para o autor existem lobistas íntegros e que atuam com grande profissionalismo, porém, também existem amadores que se apoiam unicamente nas suas relações pessoais (ibid.).

Para os autores, Andrés e Navarro (2016), uma das questões mais inquietantes da atividade reside precisamente nas práticas de influência indevida (p. 195). Contrariamente, para Coroadó (2017) reside na falta de transparência e de monitorização sobre a forma como a atividade é por vezes conduzida (p. 47). Os dilemas éticos, a falta de transparência e as práticas profissionais indevidas até aqui apresentadas constituem uma das razões para a imagem redutora e pejorativa da atividade de lóbi. Todavia, há autores que equiparam a prática de lóbi a tantas outras:

Há um forte argumento para dizer que o lóbi não é apenas legítimo, como também é louvável. Isto não quer dizer que o lóbi esteja acima de qualquer crítica, ou que todos os lobistas se comportem invariavelmente de maneira ética. Mas nem todos os advogados, contadores, médicos, jornalistas ou políticos o fazem. (Zetter, 2008, p. 9)

As perspetivas de Zetter (2008) e Lampreia (2005) contrariam algumas das considerações depreciativas mencionadas ao longo dos capítulos, identificando e aproximando a atividade de lóbi a outras atividades profissionalizadas. Também a perspetiva de Berg (2012) vem contrariar a máxima, de que a atividade de lóbi está invariavelmente relacionada com influências indevidas, evidenciando que os lobistas constroem os seus relacionamentos com os centros de decisão com bases sólidas de confiança, promovendo assim comportamentos adequados e desencorajando atividades impróprias (Berg, 2012, p. 112).

Devido às múltiplas perceções sobre a prática do lóbi, Zetter (2008) destaca um aspeto importante, distanciando um comportamento antiético de um criminal:

Seja qual for o regime regulamentar, são necessárias duas partes para criar um escândalo de corrupção. Alguém tem que oferecer um incentivo em primeiro lugar, mas a menos que esse incentivo seja aceite, não poderá haver corrupção. Tanto lobistas, quanto políticos ou o serviço civil têm que se comportar indevidamente para que uma transação corrompida seja consumada. (Zetter, 2008, p. 18)

A visão de Zetter (2008) demonstra que a vulnerabilidade da atividade do lóbi é transversal a tantas outras. De facto, “tal como existem maus médicos ou maus engenheiros, existem maus lobistas” (Lampreia, 2005, p. 27). A conotação negativa deve-se, sobretudo, aos maus lobistas, que atuam sem qualquer tipo de escrúpulos. A controvérsia associada à prática do lóbi decorre de falta de entendimento do público em geral, mas também dos agentes que recorrem comumente à prática. A falta de entendimento justifica-se pela inexistência de regulamentação da atividade em alguns países. Como Lampreia (2005) explica “cabe pois a cada Estado, em nome da transparência e do seu próprio interesse, legislar de forma a controlar melhor, e até impedir, qualquer actuação fora dos parâmetros aceitáveis num Estado de Direito” (ibid.). Quanto aos agentes que recorrem frequentemente ao exercício de lóbi, revelam-se figuras controversas pela desigualdade de acesso, pelos relacionamentos privilegiados e pela opacidade com que os processos de influência se desenvolvem.

Enquanto documentos normativos, os códigos de conduta são guias para uma prática ética, e contribuem para a autorregulação do próprio profissional do lóbi.





## Capítulo 4. Metodologia

O lóbi em Portugal não está regulamentado, mas isso não significa que não seja praticado, tanto a nível nacional como internacional. Na União Europeia, tal como referido anteriormente, são muitos os países, organizações e profissionais que pressionam os centros de decisão, na defesa dos seus interesses.

Face à situação nacional, onde o reconhecimento profissional do lóbi é inexistente, revela-se necessário perceber qual a representação das organizações e profissionais portugueses junto das instâncias europeias. Ao longo deste capítulo tentaremos investigar o seguinte problema:

**Quem pratica lóbi na União Europeia em prol dos interesses das organizações nacionais?**

Para responder à questão importa elaborar questões específicas de investigação, estabelecer objetivos, formular hipóteses de pesquisa, apresentar o método e desenho de investigação selecionado e, por último, enquadrar o objeto de estudo.

### 4.1 Questões e objetivos de investigação

Para compreender de que forma as organizações e os lobistas influenciam e pressionam os centros de decisão europeus, na defesa dos seus interesses, definiu-se o conjunto de questões seguintes:

**Q1** - Quantas organizações portuguesas e de que tipo (eg. empresas, ONG's, *think tanks*) estão inscritas no Registo de Transparência da União Europeia?

**Q2** - Quantos lobistas portugueses estão acreditados junto do Parlamento Europeu?

**Q3** - Quais os interesses representados na União Europeia?

**Q4** - Quem são os profissionais que intermediam as relações com a UE?

Os objetivos do estudo podem ser enumerados da seguinte forma:

**O1** - Identificar o número e o tipo de organizações e lobistas portugueses que estão registados no Registo de Transparência da UE;

**O2** - Comparar o número de organizações e lobistas portugueses registados face a outros países europeus;

O3 - Comparar os interesses defendidos pelas organizações e lobistas portugueses face a outros países europeus;

O4 - Perceber quais os cargos ocupados pelos profissionais que intermediam as relações com a UE.

## 4.2 Hipóteses de pesquisa

Tal como menciona Bardin (1977) é, precisamente, antes de tratar e interpretar os dados recolhidos que se “torna necessário saber a razão *porque* é que se analisa, e explicitá-lo de modo a que se possa saber *como* analisar” (p. 103). Delineadas as questões e os objetivos de investigação revelou-se necessário formular as hipóteses que conduzem a pesquisa. Assim, no próximo capítulo irá testar-se as seguintes hipóteses:

H1 - O número de organizações portuguesas registadas no Registo de Transparência é inferior aos restantes países europeus;

H2 - O número e tipo de organizações e lobistas portugueses registados tem aumentado progressivamente;

H3 - Os interesses defendidos pelos portugueses são distintos dos outros países europeus;

H4 - As nomenclaturas “lobista”, “*think tank*” e “*public affairs*” são utilizadas pelos profissionais que intermediam as relações com as instâncias europeias.

## 4.3 Objeto de estudo e método de investigação

O website do Registo de Transparência<sup>28</sup> da União Europeia foi o objeto de estudo selecionado para conduzir toda a análise. Para a recolha de dados, que sustenta toda a parte empírica, optou-se por métodos e técnicas quantitativas. Tratando-se o objeto de estudo de um website que disponibiliza muita informação, a abordagem quantitativa, foi suportada pela análise de conteúdo.

De acordo com Esteves (2006) podemos entender este tipo de análise como uma “expressão genérica utilizada para designar um conjunto de técnicas possíveis para tratamento de informação previamente recolhida” (p. 107). Com uma perspetiva semelhante, mas de forma sintetizada, Bardin (1977) define análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (p. 31).

---

<sup>28</sup> Link para consulta: <http://ec.europa.eu/transparencyregister/public/homePage.do>

Na interpretação e tratamento dos dados recorreu-se a técnicas de categorização e de estatística descritiva. Com a pretensão de simplificar os dados recolhidos e relacioná-los com o corpo teórico, recorreu-se a um sistema de categorias, que segundo Bardin (1977) tem como principal objetivo “fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (p. 119). Complementarmente, recorreu-se à estatística descritiva, que para Reis (1996) “consiste na recolha, apresentação, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos” (p. 15).

A escolha da metodologia, das técnicas utilizadas e a data de análise foi selecionada de forma prudente e criteriosa. O objeto de estudo, website do Registo de Transparência da UE, atualiza diariamente os seus dados, mas a data estabelecida para a recolha de informação ocorreu no dia 7 de março de 2018.

#### 4.4 Enquadramento institucional do Registo de Transparência

De acordo com os objetivos estabelecidos para testar a representação e, consequente, influência exercida pelas organizações e lobistas portugueses a nível europeu, considerou-se que o meio mais adequado e oportuno para a recolha de dados seria o Registo de Transparência da União Europeia. Os dados recolhidos foram obtidos no dia 7 de março de 2018, sendo o universo estudado de 11 729 organizações inscritas e 7 056 lobistas acreditados.

Pode ler-se no site institucional do Registo, que “as decisões tomadas a nível da UE afetam milhões de cidadãos europeus, pelo que devem ser tomadas de forma tão transparente quanto possível”<sup>29</sup>. Foi precisamente, nesse sentido, que em 2008 foi criado pela Comissão Europeia, um Registo dos Representantes de Interesses. No comunicado de imprensa divulgado a 23 de junho, desse mesmo ano, a Comissão anuncia a criação do registo dirigindo-se a todos os representantes de interesses que procuram influenciar as políticas públicas e os processos de decisão junto das instâncias europeias, indicando de forma específica as informações que deveriam ser contempladas no seu registo:

As organizações que se inscrevem neste registo devem indicar quem são, os seus objectivos e missões, bem como os domínios de acção em que estão particularmente interessadas. Além disso, podem descrever as suas principais actividades de representação de interesses e os esforços desenvolvidos para constituir redes de contactos. Devem igualmente comunicar informações de carácter financeiro a fim de serem claras as forças que sustentam a actividade de representação de determinados interesses. As organizações que exercem a sua actividade por conta de terceiros

---

<sup>29</sup> Link para consulta:

[http://ec.europa.eu/transparencyregister/public/staticPage/displayStaticPage.do?locale=pt&reference=WHY\\_TRANS\\_PARENCY\\_REGISTER](http://ec.europa.eu/transparencyregister/public/staticPage/displayStaticPage.do?locale=pt&reference=WHY_TRANS_PARENCY_REGISTER)

devem indicar o nome dos seus clientes. (Comissão Europeia, 2008, Comunicado de Imprensa<sup>30</sup>)

Já em 2011, a Comissão e o Parlamento Europeu lançam um novo registo em matéria de transparência, permutando o anterior. O novo registo, intitulado por Registo de Transparência Comum, introduz âmbitos de aplicação diferenciados e exige que as entidades ou profissionais disponibilizem mais informações sobre as suas ações, nomeadamente, quanto a propostas legislativas que tenham apoiado, bem como o montante de financiamento recebido pela UE (Comissão Europeia, 2011, Comunicado de Imprensa<sup>31</sup>). Tal como foi mencionado no capítulo anterior, todos aqueles que estão inscritos no registo deverão comprometer-se a respeitar o código de conduta instituído.

O Registo de Transparência revela-se um importante mecanismo, que permite controlar e assegurar que os processos de tomada de decisão sejam transparentes, honestos e íntegros. É através do registo, que o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia mantêm o público em geral informado, disponibilizando todas as informações necessárias sobre os grupos e as organizações com que interagem.

---

<sup>30</sup> Link para consulta: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-08-988\\_pt.htm?locale=en](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-08-988_pt.htm?locale=en)

<sup>31</sup> Link para consulta: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-11-773\\_pt.htm?locale=en](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-773_pt.htm?locale=en)

## Capítulo 5. Apresentação e discussão de resultados

No presente capítulo serão apresentados e discutidos os resultados obtidos através da análise de conteúdo realizada ao site institucional do Registo de Transparência da UE. O objetivo principal desta análise é perceber quem pratica lóbi junto das instâncias europeias em prol dos interesses das organizações nacionais, sendo que servirão para ilustrar a situação de Portugal comparando-a com a conjuntura europeia.

Com a pretensão de retratar a representação das organizações e profissionais portugueses junto da UE foram estabelecidas algumas categorias de análise, que conduziram toda a investigação: 1) representação, evolução e organização do Registo; 2) domínios de interesse; 3) responsáveis pelas relações com a UE.

- 1) A “representação, evolução e organização do Registo” foi a primeira categoria estabelecida para retratar os panoramas distintos presentes no Registo. A presente categoria permite-nos compreender a representação existente por continente, perceber a evolução do registo quanto ao número de organizações e creditações e, por último, verificar como está organizado o registo.
- 2) A categoria “domínios de interesse”, possibilita identificar quais os interesses mais e menos defendidos nas duas conjunturas em análise.
- 3) A terceira categoria, “responsáveis pelas relações com a UE”, pretende identificar quais os cargos detidos pelos agentes que intermediam as relações junto das instâncias europeias.

A 7 de março de 2018, o Registo de Transparência da UE, contava com 11 729 organizações inscritas, que representam e defendem os interesses de mais de 200 países espalhados pelos cinco continentes.

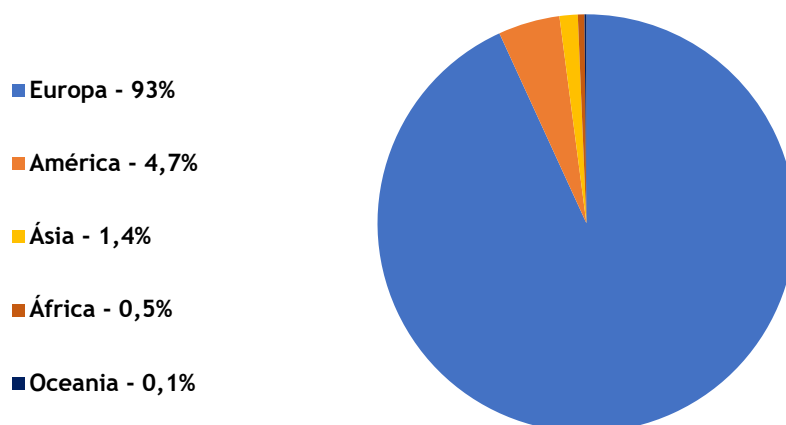


Figura 2 - Gráfico referente às organizações inscritas por continente (elaboração própria).

Como se pode constatar na figura 2, o continente europeu possui o maior número de organizações inscritas no Registo. A representação dos 93%, correspondente a 10 892 organizações registadas, é composta pelos 28 Estados-membros da UE e por mais 17 países: Albânia, Andorra, Bielorrússia, Bósnia Herzegovina, Islândia, Kosovo, Liechtenstein, Macedónia, Moldávia, Mónaco, Montenegro, Noruega, Rússia, São Marinho, Sérvia, Suíça e Ucrânia (consultar anexo 5). Segue-se o continente americano com 4,7% (558 organizações inscritas), o continente asiático com 1,4% (165 organizações inscritas), o continente africano com 0,5% (60 organizações inscritas) e, por último, a Oceânia com uma parcela de 0,1% (17 organizações inscritas). De um total de 11 729 organizações inscritas cerca de 37 páginas deram “erro”, pelo que 0,3% dos registos não foram contemplados neste gráfico por não se saber precisamente a que continente pertenciam.

Na primeira categoria de análise estabelecida foi elaborada uma representação evolutiva do Registo de Transparência. Neste caso concreto, a evolução foi desconstruída em três gráficos distintos, revelando a evolução global, europeia e nacional.

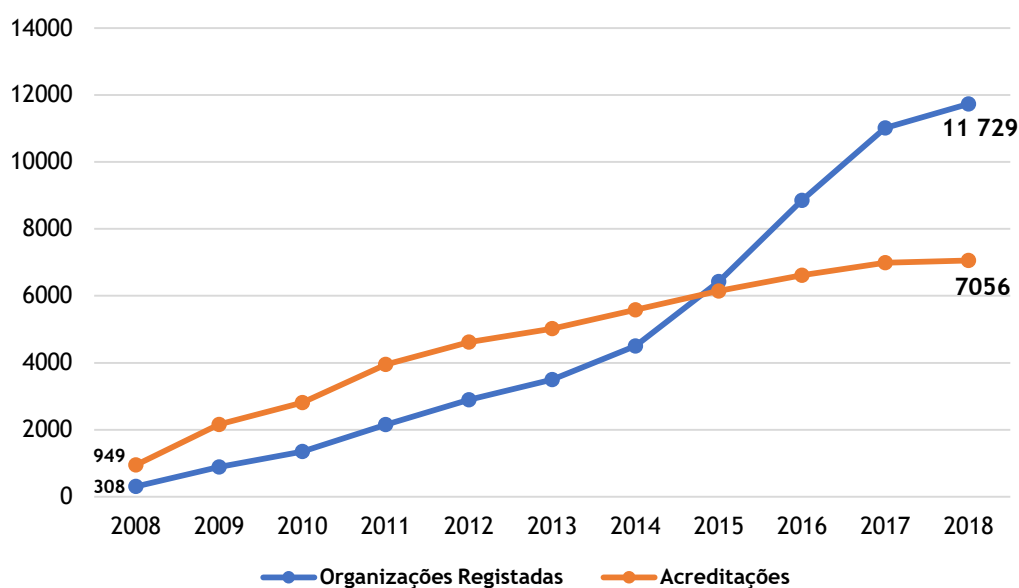


Figura 3 - Gráfico referente à evolução global do Registo de Transparência da UE (elaboração própria)

No que concerne à evolução global, a figura 3 representa o total de organizações inscritas e creditações desde a criação do Registo. Nos seus primórdios, o número de creditações (949) era bastante superior ao número de organizações inscritas (308), porém, ao longo dos anos a situação foi claramente invertida. Como se pode comprovar de 2008 a 2018 a evolução tem exibido um aumento progressivo de novos registos. Quanto às organizações registadas pode destacar-se um progresso significativo em dois períodos:

- entre 2010 e 2011 verificou-se um aumento de 804 registos, constituindo 6,8% do processo evolutivo do Registo;

- entre 2015 e 2016 o registo passou de 6 426 organizações inscritas para um total de 8 850, resultando num crescimento total de 20,7%.

Quanto à evolução das creditações também demonstra um crescimento gradual, porém o período mais significativo da sua evolução ocorreu entre 2010 e 2011 evidenciando um total de 1 140 novos registos, constituindo 16,1% da evolução total. O período de 2010 e 2011 foi claramente significativo e intensificado pela adesão de novos representantes de interesses junto da conjuntura europeia facto este, que poderá estar relacionado com o lançamento de um novo Registo em matéria de transparência em 2011.

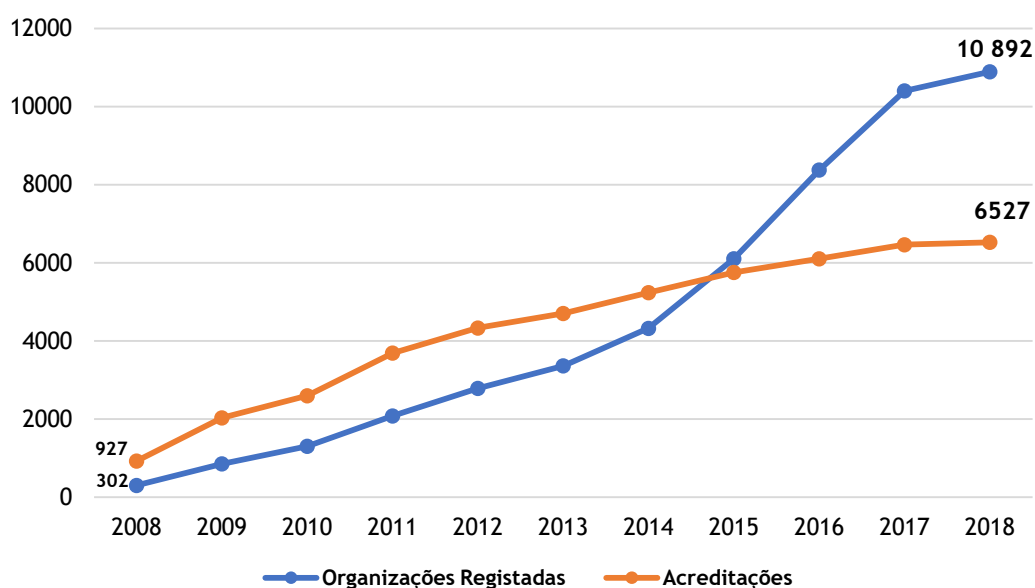


Figura 4 - Gráfico referente à evolução europeia do Registo de Transparência (elaboração própria).

À semelhança do gráfico anterior, a evolução do Registo a nível europeu demonstra um aumento intenso e contínuo. Através da figura 4 pode constatar-se, que o número de organizações inscritas e de profissionais acreditados junto do PE difere parcamente da figura 3. Pode observar-se que de 2008 a 2018, as diferenças são diminutas e, inclusive, revelam períodos de crescimento nitidamente coincidentes. Na verdade, a homogeneidade detetada deve-se, sobretudo, ao facto de o continente europeu possuir o maior número de inscritos no Registo.

Ao contrário das evoluções elencadas, a nacional, assinala discrepâncias consideráveis. Portugal constitui uma ínfima parte da totalidade europeia, além de que se trata de um país onde a atividade não está profissionalizada. Perante isto, parece-nos cognoscível a disparidade existente entre o número de representantes de interesses registados a nível europeu e nacional.

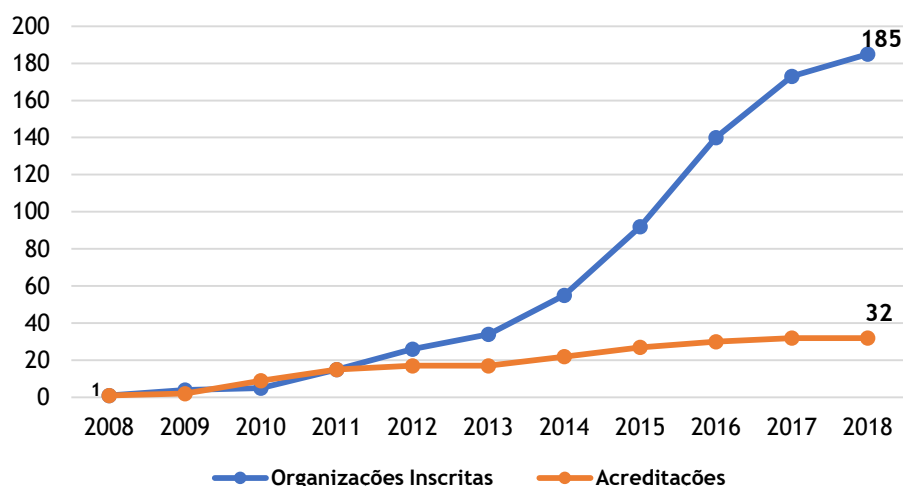


Figura 5 - Gráfico referente à evolução nacional no Registo de Transparência (elaboração própria)

À semelhança dos precedentes, de 2008 a 2018, a conjuntura portuguesa tem assinalado um crescimento contínuo quanto ao número de organizações inscritas e profissionais acreditados. Porém, podem destacar-se dois períodos que acentuam o aumento do número de registos:

- Entre 2010-2011: em 2010 estavam registadas apenas 5 organizações, ao passo que em 2011 existiam 15 registos, constituindo um crescimento total de 5,4%.
- Entre 2013-2014: o número de organizações inscritas passou de 34 registos para 55, designando um crescimento total de 11,4%. Este período assinala um marco importante, sendo que, a partir de 2014 se verifica um aumento constante e muito superior aos anteriores.

No que diz respeito ao aumento de creditações junto do PE coincidem com os períodos de crescimento das organizações inscritas:

- O período transitivo entre 2010 e 2011 registou um aumento de 18,8% do valor total das creditações, sendo que, de 9 registos passou para os 15.
- Entre 2013 e 2014, verifica-se um marco importante quanto ao processo evolutivo, uma vez que, de 17 creditações passou para 22, evidenciando um crescimento total de 15,6%. De 2014 em diante, há um aumento exponencial de adesão, por parte de novos representantes de interesses, exemplo disso é o ano de 2018. Até ao período estabelecido para recolha de dados existem 12 novas creditações, constituindo um aumento no primeiro trimestre de 37,5% da evolução total do registo.



Se por um lado, a evolução nacional apresenta semelhanças com as evoluções precedentes, por outro, também evidencia discrepâncias, principalmente, por evidenciar um período de estagnação. Entre 2012 e 2013 foi detetado um período de paralisação quanto ao número de creditações registadas, sendo que, tanto em 2012 como em 2013 existiam 17 organizações inscritas. O período de 2017 e 2018 volta a dar evidências dessa estagnação, porém, a análise foi elaborada somente até ao primeiro trimestre de 2018, daí em diante poderá registar-se um aumento que contrarie a situação ilustrada.

Ao contrário de muitos países europeus<sup>32</sup>, Portugal está inscrito no Registo de Transparência da UE desde 2008, porém, das 10 892 organizações registadas a nível europeu representa apenas 1,7% do número total. Durante a análise de conteúdo realizada ao site institucional, encontraram-se algumas limitações quanto à acessibilidade de pesquisa, nesse sentido, optou-se por elaborar uma comparação entre duas conjunturas distintas. Daqui em diante apresentar-se-á dados referentes ao contexto europeu e nacional, à semelhança do que tem sido discutido analisar-se-á a situação geral e, seguidamente, comparar-se-á de forma pormenorizada as duas conjunturas.

Um dos parâmetros estabelecidos na primeira categoria de análise diz respeito à organização do Registo. Inicialmente colocou-se a hipótese de formular uma estrutura própria para a organização do site institucional, contudo, à medida que se foi desenvolvendo a análise decidiu optar-se pela subdivisão instituída, sendo que nos pareceu a mais clara e objetiva. O Registo de Transparência encontra-se subdividido em seis seções, que contemplam somente o número de organizações inscritas.

---

<sup>32</sup> Alguns dos países europeus que não aderiram ao Registo em 2008: Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Grécia, Islândia, Kosovo, Malta, Moldávia, Rússia e Sérvia.

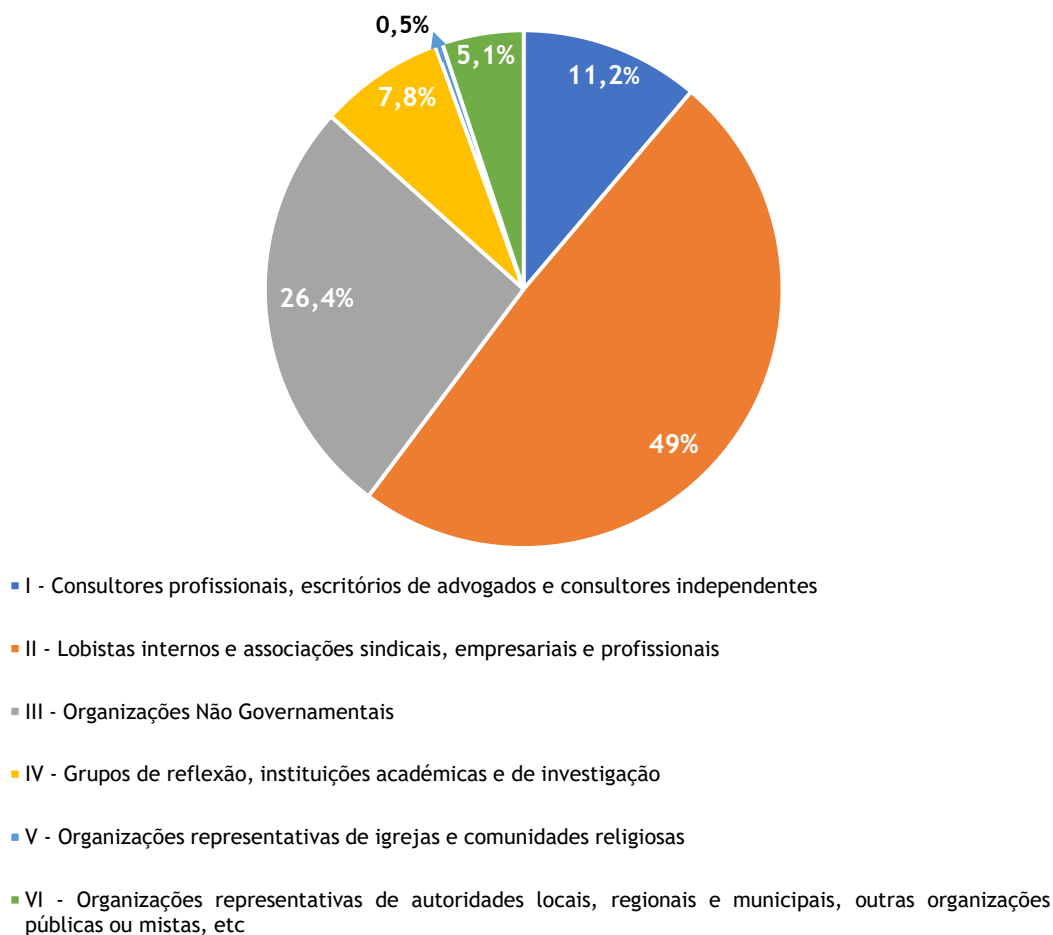


Figura 6 - Gráfico referente à distribuição dos representantes de interesses por seção a nível europeu (elaboração própria).

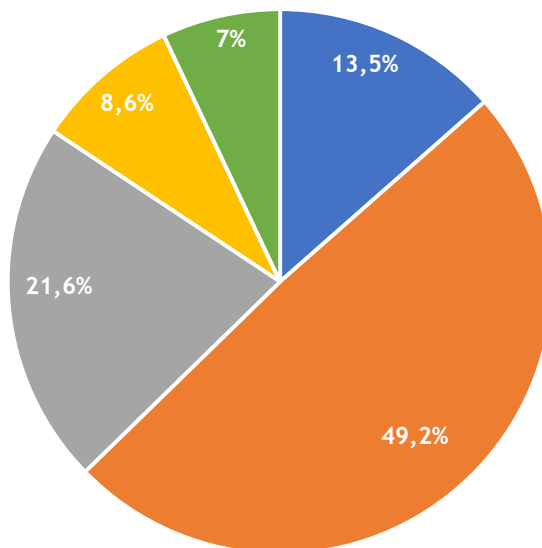
Como se pode constatar na figura 6, a nível europeu, a seção II correspondente aos «Lobistas internos e associações sindicais, empresariais e profissionais» é a maior seção existente, sendo que representa quase metade das organizações inscritas (49%). Nesta seção estão inscritas organizações como a Sony Europe Limited, Unilever e Mercadona. Segue-se a seção III, «Organizações Não Governamentais», representando mais de um quarto das organizações registadas com um total de 26,4%. A Greenpeace European Unit, Erasmus Student Network e European Public Health Association são algumas das ONG's registadas. A terceira parcela mais significativa, corresponde à seção I «Lobistas internos e associações sindicais, empresariais e profissionais», que representa um total de 11,2%. A Central Lobby Consultants, Europe Analytica e Euroconsultants (CECSA) são algumas das organizações registadas na seção I.

Entre as seções com um menor número de registos podemos encontrar: a seção IV, «Grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação» com uma representação de 7,8%; a seção VI, «Organizações representativas de autoridades locais, regionais e municipais, outras organizações públicas ou mistas, etc» constituindo uma representação de 5,1%; por último, a

seção V correspondente às «Organizações representativas de igrejas e comunidades religiosas» com 0,5% da representação total.

A seção IV é constituída por organizações como a Lancaster University, a Rand European e a Centre for Public Affairs (EPCA). Quanto à seção V a European Jewish Association, European Muslims League e a European Evangelical Alliance são algumas das organizações que integram esta seção. Relativamente à seção VI, podem destacar-se três das organizações inscritas: Association of European Border Regions, Municipal Waste Europe e Comisión Nacional del Mercado de Valores.

Se compararmos a distribuição de representantes de interesses por seção a nível europeu e nacional percebe-se que o panorama é um pouco distinto.



- I - Consultores profissionais, escritórios de advogados e consultores independentes
- II - Lobistas internos e associações sindicais, empresariais e profissionais
- III - Organizações Não Governamentais
- IV - Grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação
- V - Organizações representativas de igrejas e comunidades religiosas
- VI - Organizações representativas de autoridades locais, regionais ou municipais, outras organizações públicas ou mistas, etc

Figura 7 - Gráfico referente à distribuição dos representantes de interesses por seção a nível nacional (elaboração própria).

De forma idêntica ao gráfico anterior, pode comprovar-se que as seções com o maior número de inscritos são exatamente as mesmas. A seção II, revela-se, uma vez mais, a maior seção

existente, representando 49,2% do total de organizações inscritas. De seguida a seção III, representando 21,6% e, por último, a seção I, com uma representação total de 13,5%.

No que diz respeito às seções com um menor número de registos a situação revela-se um pouco distinta, dada a inexistência de representantes na seção V. Porém, a seção IV e seção VI detêm representações muito semelhantes às europeias, representando em conjunto um quarto das organizações inscritas.

Ilustrado o panorama geral quanto à distribuição dos representantes de interesses por seção, importa mencionar, que algumas seções são constituídas por subcategorias. Com a pretensão de fazer um retrato comparativo autêntico e pormenorizado irá desconstruir-se cada seção, a fim de conhecer a representação nacional a nível europeu.

Em relação à seção I «Consultores profissionais, escritórios de advogados e consultores independentes» identificaram-se três subseções distintas: “Consultores profissionais”, “Escritórios de advogados” e “Consultores independentes”.

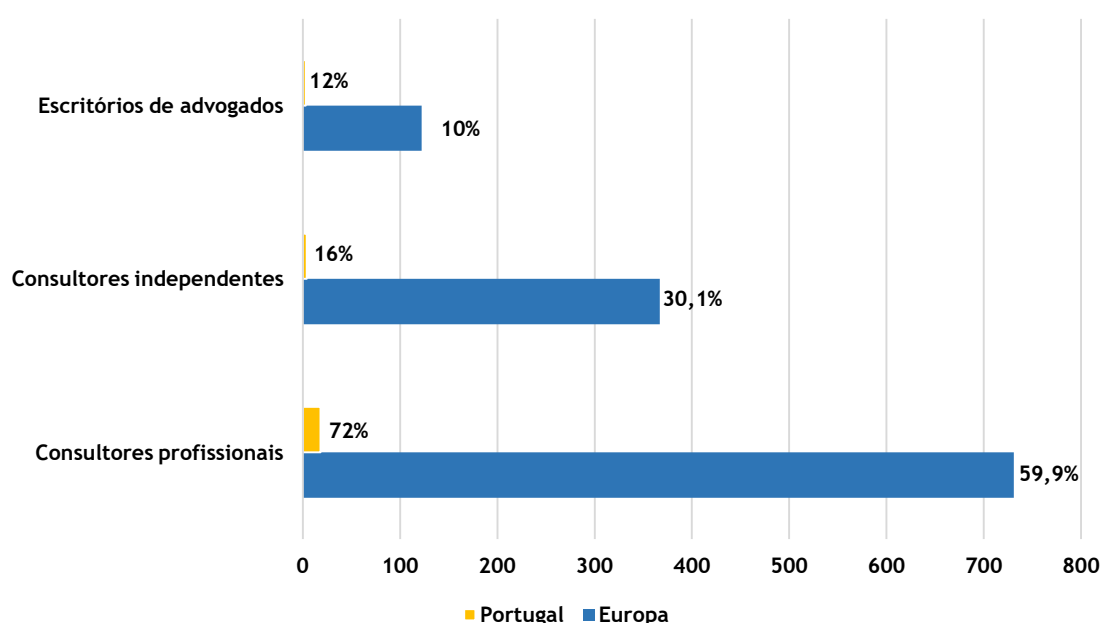


Figura 8 - Gráfico referente à repartição de subseções existentes na seção I - Consultores profissionais, escritórios de advogados e consultores independentes (elaboração própria).

Em ambas as conjunturas a subseção mais representada é patenteada pelos «Consultores profissionais», representada por 18 organizações, constituindo 72% do número total de registos em Portugal e 59,9% na Europa, correspondendo a um total 122 organizações inscritas. Como se pôde constatar anteriormente, os consultores profissionais, correspondem aos denominados lobistas *in-house*, que são os funcionários da agência ou consultora inscrita no Registo. Nesta subcategoria, estão inscritas consultoras nacionais, tais como: a Omniconsul - Public Affairs Consultancy, Eupportunity e Guess What.

Os «Consultores independentes», profissionais contratados temporária ou pontualmente, representam 16% das organizações portuguesas, correspondendo apenas a 4 registos, porém os 30,1% de representantes presentes no registo europeu, traduz as 367 organizações inscritas. Nesta categoria os representantes estão registados com nome próprio.

Seguem-se os «Escritórios de advogados», representando 12% de organizações portuguesas inscritas e apenas 10% dos registos europeus. Apesar da proximidade percentual, os números diferem parcamente, podendo constatar-se que a nível nacional a coluna ilustrativa é inexistente, justificando-se pela presença de apenas 3 organizações inscritas, contrariamente, a nível europeu a representação detida nesta subseção corresponde a um total de 133 inscritos. A designação atribuída a esta subcategoria foi escrutinada no capítulo 3, porém, a título de curiosidade podem destacar-se três dos escritórios portugueses registados: Abreu e Associados (Abreu Advogados), Trindade Barros - Advogados e Vieira de Almeida e Associados.

Quanto à seção II «Lobistas internos e associações sindicais, empresariais e profissionais» identificaram-se quatro subseções: “Empresas e grupos”, “Associações industriais e empresariais”, “Sindicatos e associações profissionais” e “Outras organizações”.

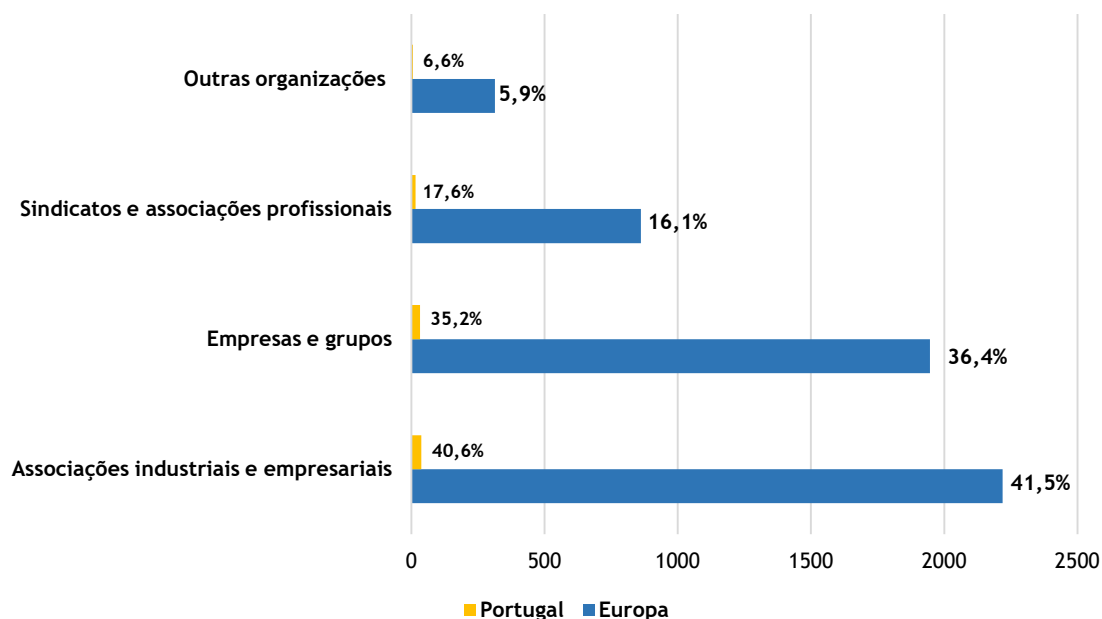


Figura 9 - Gráfico referente à repartição de subseções existentes na seção II - Lobistas internos e associações sindicais, empresariais e profissionais (elaboração própria).

Como se pode comprovar, a subseção “Associações industriais e empresariais” detém a maior representação da seção II, quase metade do número total de organizações inscritas nesta seção. A nível nacional representa 40,6%, correspondente a 37 organizações, enquanto que, a nível europeu representa 41,5%, correspondente a 2 219 registos. Nesta categoria incluem-se associações empresariais de diversos setores, que têm como principal objetivo prestar apoio e potencializar as empresas pertencentes a um setor específico. Como exemplo podem

destacar-se três das associações registadas: Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA), Associação Portuguesa da Imprensa (API) e Associação Empresarial de Portugal (AEP).

No que respeita à subseção “Empresas e grupos” estão incluídas todas as unidades empresariais que comercializam bens e serviços no mercado nacional e europeu. O Grupo EDP - Energias de Portugal, a TAP Air Portugal e a Sidul Açúcares são alguns dos registos existentes nesta subseção. Como se pode constatar, através da figura 9, Portugal detém uma representação de 35,2%, correspondente a 32 organizações, enquanto a Europa detém uma representação de 36,4%, correspondente a 1 947 registos.

Segue-se a subseção “Sindicatos e associações profissionais”, que possui uma representação de 17,6% no caso de Portugal, formada por um total de 16 organizações. A nível europeu, esta subseção é representada por 16,1%, correspondente a 861 registos. Nesta categoria incluem-se trabalhadores que pretendem defender os interesses sociais, económicos e profissionais, que estão diretamente relacionados com a atividade laboral que desempenham. Como exemplo podem nomear-se três associações portuguesas: Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Federação Nacional da Educação (FNE) e União Geral de Trabalhadores.

A última subseção, denominada por “Outras organizações”, engloba institutos de formação, sociedades, fundações ou associações com uma missão muito específica, como exemplo podem identificar-se três organizações registadas nesta subseção: Fundação Oceano Azul (FOA), que assegura a produtividade e sustentabilidade do oceano; Sociedade Portuguesa de Autores (SPA), que defende e representa os direitos dos autores portugueses, seja a nível literário ou artístico; por último, o Instituto do Petróleo e Gás, que faculta formação avançada e desenvolve investigações no setor do Petróleo e Gás.

Esta é a subseção mais diminuta em termos de representação, sendo que, a nível nacional representa apenas 6,6%, correspondente a um total de 6 organizações, uma percentagem mínima que determina a ausência de uma coluna ilustrativa no gráfico comparativo. De forma semelhante, a nível europeu representa apenas 5,9%, correspondente a um total de 314 registos.

No que concerne à seção III «Organizações Não Governamentais», não foram identificadas subseções, nesse sentido, o gráfico que se segue representa a nível percentual a totalidade de organizações inscritas nesta seção.

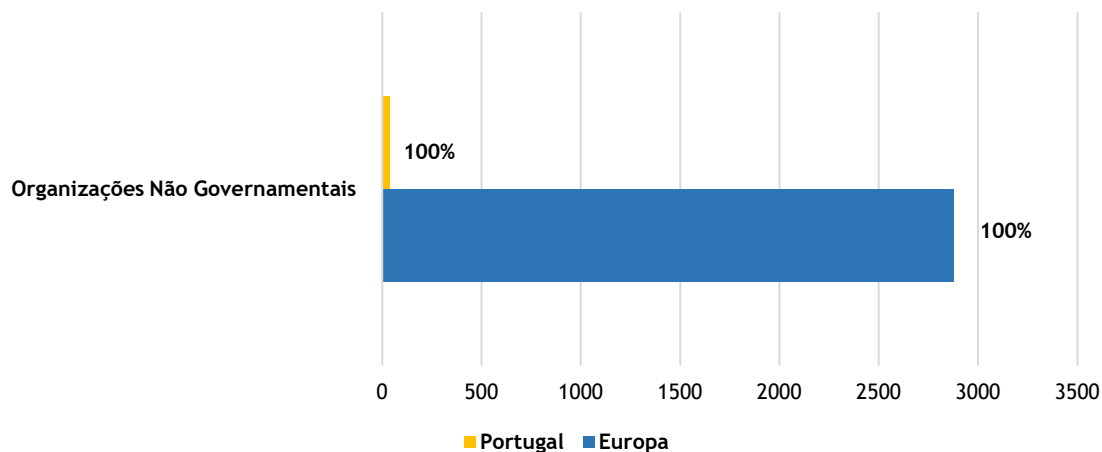


Figura 10 - Gráfico referente à seção III - Organizações Não Governamentais (elaboração própria).

A seção III, ilustrada na figura 10, é representada a nível europeu por um total de 2 875 organizações inscritas. A nível nacional é representada por um total de 40 registos. Esta seção é formada por organizações independentes dos governos constitucionais, que se dedicam à promoção de ações e campanhas, em prol de causas específicas. A nível nacional podemos destacar três ONG's bastante reconhecidas e presentes no Registo de Transparência: Associação Portuguesa para a defesa do Consumidor (DECO), Quercus - Associação Nacional da Conservação da Natureza e Fundação Calouste Gulbenkian.

Na seção IV «Grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação» foram identificadas duas subcategorias: “instituições académicas” e “grupos de reflexão e instituições de investigação”.

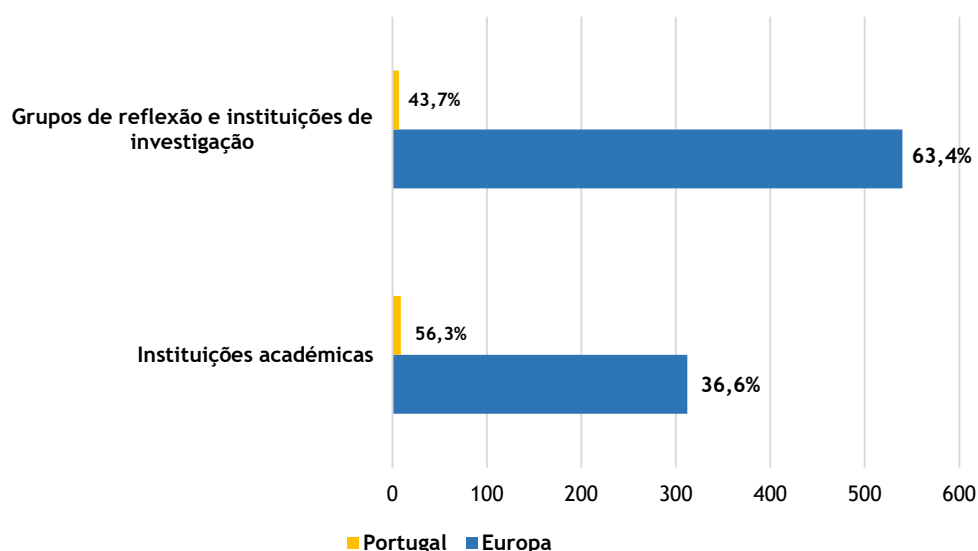


Figura 11 - Gráfico referente à repartição de subseções existentes na seção IV - Grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação (elaboração própria).

A representação de subseção “instituições académicas” é distinta quanto aos dois contextos em análise. A nível nacional, representa mais de metade das organizações registadas na seção IV com 56,3%, correspondente a 9 registos. Em contrapartida, a nível europeu, esta subseção representa 36,6%, que traduz os 312 registos existentes. Esta subseção corresponde a instituições de ensino superior, podendo associar-se a Universidades, Escolas Superiores de Educação ou a Politécnicos. A Universidade do Porto (U. Porto), Universidade de Aveiro (UAVR) e a Universidade de Coimbra (UC) são algumas das instituições académicas portuguesas registadas.

No que diz respeito à subseção “Grupos de reflexão e instituições de investigação” a situação é contrária ao precedente. A nível europeu, representa mais de metade das organizações registadas nesta seção com 63,4%, correspondente a 540 registos. Em contrapartida, Portugal representa 43,7%, traduzindo as 7 organizações inscritas. Esta subseção, através da denominação «grupos de reflexão», reporta ao conceito de *think tanks* abordado no corpo teórico. Além dos exemplos ilustrados anteriormente, pode destacar-se a UNINOVA - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias, o Observatório de Avaliação de Tecnologia (CICS.NOVA) e o Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal.

Há semelhança da seção III, não foram identificadas subseções na seção V «Organizações representativas de igrejas e comunidades religiosas».



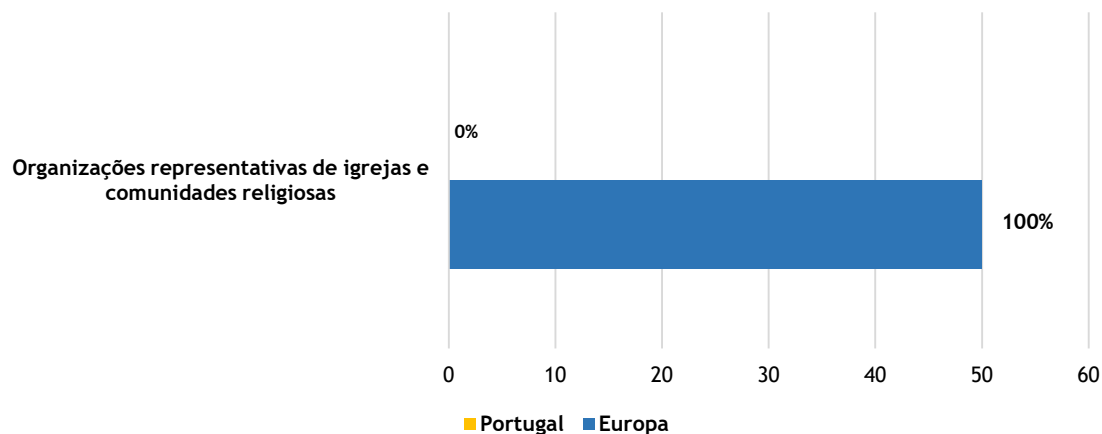


Figura 12 - Gráfico referente à seção V - Organizações representativas de igrejas e comunidades religiosas (elaboração própria).

Esta seção engloba igrejas, grupos, ordens e congregações religiosas, que representam e defendem uma religião específica. A representação percentual europeia, corresponde a um total de 50 organizações inscritas no Registo de Transparência. A nível nacional não há qualquer tipo de representação quanto a estas organizações representativas, justificando-se a ausência da coluna amarela.

Relativamente à seção VI «Organizações representativas de autoridades locais, regionais e municipais, outras organizações públicas ou mistas, etc» foram identificadas quatro subseções: “Estruturas regionais”, “Outras autoridades públicas de nível subnacional”, “Associações e redes transnacionais de autoridades públicas de nível regional ou de outro nível subnacional” e “Outras entidades públicas ou mistas criadas por lei, com o objetivo de agirem em defesa do interesse público”.

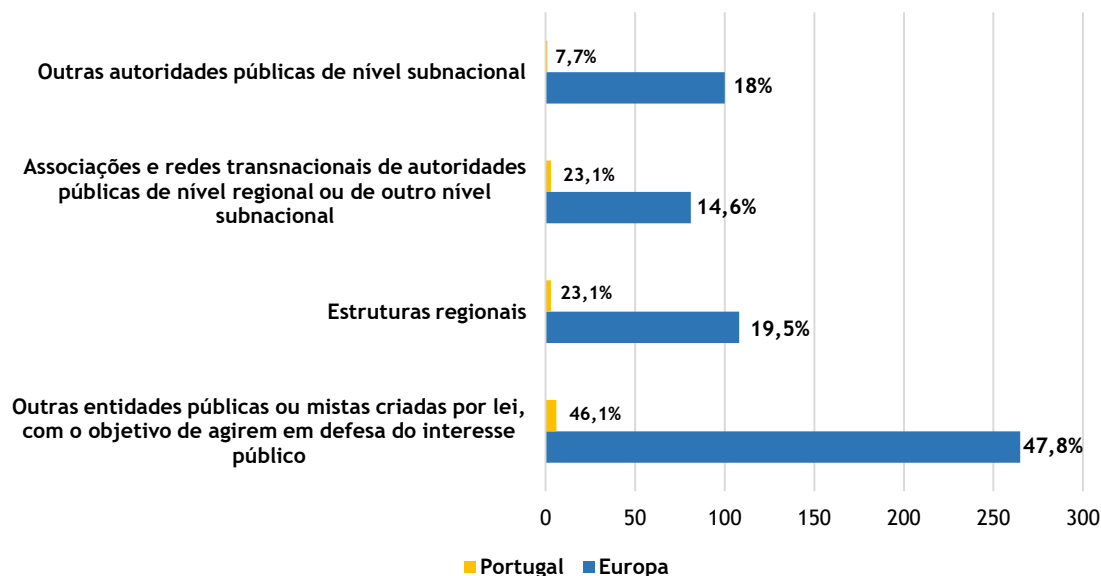


Figura 13 - Gráfico referente à repartição de subseções existentes na seção VI - Organizações representativas de autoridades locais, regionais e municipais, outras organizações públicas ou mistas, etc (elaboração própria).

A maior subseção corresponde às «Outras entidades públicas ou mistas criadas por lei, com o objetivo de agirem em defesa do interesse público». O propósito destas entidades é bastante claro e objetivo, sendo que, está patenteado na própria designação. A nível nacional, há uma representação de 46,1% de organizações inscritas, correspondendo a um total de 6 registos. A nível europeu, os 47,8% representam os 265 registos existentes, correspondendo a quase metade do número de organizações inscritas na seção VI. A ADPL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, Ordem dos Farmacêuticos (OF) e as Águas de Portugal Internacional (AdP) constituem um exemplo de entidades portuguesas criadas por lei presentes no Registo de Transparência.

A segunda maior subseção, ilustrada na figura 13, corresponde às “Estruturas regionais”, que assentam na divisão político-administrativa de uma determinada organização pelas diversas regiões do país. A nível nacional, pode constatar-se uma representação de 23,1%, que traduz os 3 registos existentes. Pelo contrário, a nível europeu, esta subseção representa apenas 19,5%, correspondente às 108 organizações inscritas. Os Portos dos Açores, a LKO Unipessoal e o Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto (LIPOR) são estruturas portuguesas registadas nesta subseção do Registo.

No que diz respeito à subseção corresponde às «Associações e redes transnacionais de autoridades públicas de nível regional ou de outro nível subnacional», é representada a nível nacional por 23,1% de organizações registadas, correspondendo a 3 registos. A nível europeu, representa 14,6% dos registos, constituindo um total de 81 organizações inscritas nesta subseção. Como exemplo desta subseção podemos identificar organizações que têm por

finalidade promover causas específicas relacionadas com a sua área de atuação: Fórum Oceano<sup>33</sup>, promove o desenvolvimento da economia do mar; ERA-MIN2<sup>34</sup>, coordena programas de investigação e inovação com a pretensão de fortalecer a indústria, a competitividade e a própria economia; por último, a European Energy Network<sup>35</sup>, tem como principal missão aumentar a eficiência energética, aumentar o uso de energias renováveis e apaziguar os efeitos prejudiciais de alterações climáticas.

Relativamente à subseção “Outras autoridades públicas de nível subnacional”, inclui todas as organizações representativas que zelam e satisfazem o interesse comum em determinada localidade, município ou região. A nível europeu, constata-se que há uma representação de 18%, que corresponde ao total de 100 registos. A nível nacional, esta é a subseção com o menor número de registos, constituindo uma representação mínima de 7,7% correspondente a 1 só registo, daí que não seja possível observar a coluna amarela. A única organização portuguesa contemplada nesta subcategoria corresponde à CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, tratando-se de uma organização que representa os 14 concelhos do distrito de Évora.

Concluída a apresentação e discussão de dados relativa à primeira categoria de análise estabelecida “representação, evolução e organização do Registo”, segue-se a abordagem empírica referente à segunda categoria “domínios de interesse”. No Registo de Transparência são contemplados 39 domínios específicos (consultar anexo 6), sendo que, cada organização inscrita poderá defender múltiplos interesses. Durante a recolha de dados decidiu-se catalogar os domínios que são “mais defendidos” e “menos defendidos”. Quanto à apresentação dos dados, optou-se por elaborar gráficos individuais para cada contexto devido aos contrastes detetados.

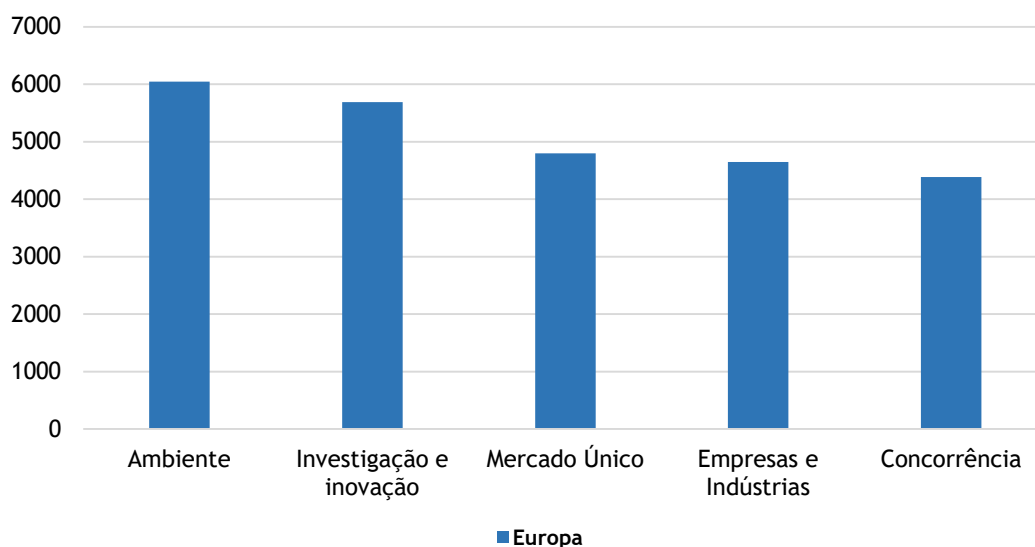


Figura 14 - Gráfico alusivo aos domínios de interesse “mais defendidos” a nível europeu (elaboração própria).

<sup>33</sup> Link para consulta: <http://www.forumoceano.pt/p28-associacao-pt>

<sup>34</sup> Link para consulta: <https://www.era-min.eu/node/3>

<sup>35</sup> Link para consulta: <http://enr-network.org/about-enr/vision/>

Através da figura 14, pode constatar-se que o interesse mais defendido corresponde ao “ambiente”, com um total de 6 043 representantes, um domínio que está relacionado com a defesa e implementação de políticas ambientais, que contribuam para proteger a natureza e zelar pela saúde e bem-estar dos cidadãos. A Danish Energy (DE), BioRefining Alliance (BRA) e a EPIA - SolarPower Europe são algumas das organizações que defendem este domínio de interesse.

Segue-se a “investigação e inovação”, defendido por um total de 5 688 representantes europeus. Este domínio é transversal a tantos outros, sendo que, contribui para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando-lhes melhores cuidados de saúde, transportes, serviços digitais, empregabilidade, entre muitos outros. Como exemplo podemos destacar algumas das organizações que defendem este domínio: Confederation of Danish Industry (DI), Eurogroup for Wildlife and Laboratory Animals (EWLA) e European Association for the Education of Adults (EAEA).

O terceiro domínio mais defendido corresponde ao “mercado único”, defendido por 4 800 representantes de interesses. Este domínio revela-se um dos pilares basilares da política europeia, permitindo a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais por toda a comunidade. Como exemplo podem destacar-se três das organizações que atuam quanto a este domínio: European Newspaper Publishers Association (ENPA), Belarus EU Business Council (BEUBC) e European Community of Consumer Cooperatives (EURO COOP).

Sequencialmente, pode constatar-se que as “empresas e indústria”, constituem o quarto interesse mais defendido, sendo intermediado por 4 648 representantes de interesses, entre os quais estão organizações como: Association of British Insurers (ABI), Morgan Stanley (MS) e European Healthcare Distribution Association (GIRP). Este domínio está diretamente relacionado com o precedente, uma vez que, a liberalização do mercado único tornou o mercado europeu (e mundial) muito mais competitivo, permitindo às empresas e indústrias assegurar o seu posicionamento na economia mundial.

Devido à correlação verificada entre o terceiro e quarto domínio de interesse não se estranha, que o quinto interesse mais defendido corresponda à “concorrência”, detendo uma representação total de 4 385 representantes. O aumento da competitividade gera, naturalmente, o aumento da própria concorrência, justificando o número de representantes de interesses existentes neste domínio. A principal preocupação destes representantes, objetiva proporcionar condições mais justas e equitativas para as empresas ou indústrias que representam. A nível europeu, a Edison Spa (EDS), Council of Geopolitics (CoG) e a European association for forwarding, transport, logistic and customs service (CLECAT) são algumas organizações que representam este domínio.

Ilustrado o panorama europeu, no que concerne aos principais interesses defendidos, importa evidenciar o panorama nacional. Como se tem comprovado ao longo do corpo empírico o total de registos em ambas as conjunturas é claramente distinto, porém, será que é possível constatar alguma simetria em ambos os contextos?

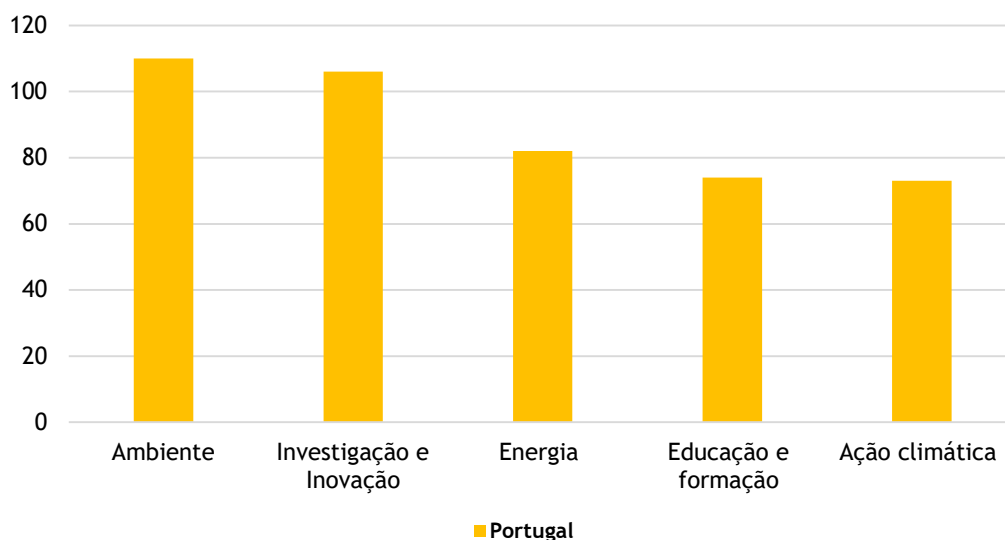


Figura 15 - Gráfico alusivo aos domínios de interesse "mais defendidos" a nível nacional (elaboração própria)

Se atentarmos aos dados ilustrados na figura 15, pode constatar-se que dois dos interesses mais defendidos no contexto nacional são análogos aos europeus, nomeadamente, quanto aos domínios “ambiente” e “investigação e inovação”. À semelhança do precedente, a nível nacional, as questões relacionadas com o “ambiente” são defendidas por 110 representantes portugueses, designando-o como o interesse mais defendido.

Segue-se a “investigação e inovação”, correspondente ao segundo interesse mais influente nos dois contextos, sendo intercedido por 106 representantes. À semelhança do interesse “mercado único”, a nível europeu, também a “investigação e inovação” são domínios centrados nas estratégias da UE, sendo que, visam criar crescimento e impulsionar o aumento quanto às taxas de empregabilidade na comunidade nacional e europeia. Pode destacar-se algumas organizações portuguesas que defendem este interesse: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

A “energia” constitui o terceiro interesse mais defendido, contando com a representação de 82 intervenientes. Este domínio constitui um dos serviços mais requeridos pelos cidadãos, nesse sentido, a sua representação revela-se imprescindível. No caso de Portugal, a Galp Energia, a EDP - Energias de Portugal e a Bio 3 - Estudos e Projetos em Biologia e Valorização de Recursos Naturais são algumas das organizações presentes no Registo, que defendem este

interesse. Porém, importa mencionar que também defendem interesses relacionados com o “ambiente” e com a “ação climática”.

Relativamente ao quarto interesse, “educação e formação”, é intermediado por 74 representantes portugueses. Este domínio está relacionado com a igualdade de oportunidades a nível educacional e formativo, daí que, as organizações que representam estes interesses são as mesmas elencadas no domínio da “investigação e inovação”.

Por último, a “ação climática”, um domínio defendido por 73 representantes de interesses. À semelhança do primeiro domínio, os representantes de “ação climática” pretendem evitar que as alterações climáticas atinjam proporções perigosas, através da fixação de objetivos que respeitem e se adaptem às condições exigentes do meio ambiente.

Apesar das discrepâncias detetadas verificam-se semelhanças em ambos os contextos. A defesa de interesses está diretamente relacionada com as necessidades existentes a nível social, por essa razão, acha-se plausível que as realidades europeias contrastem com as nacionais.

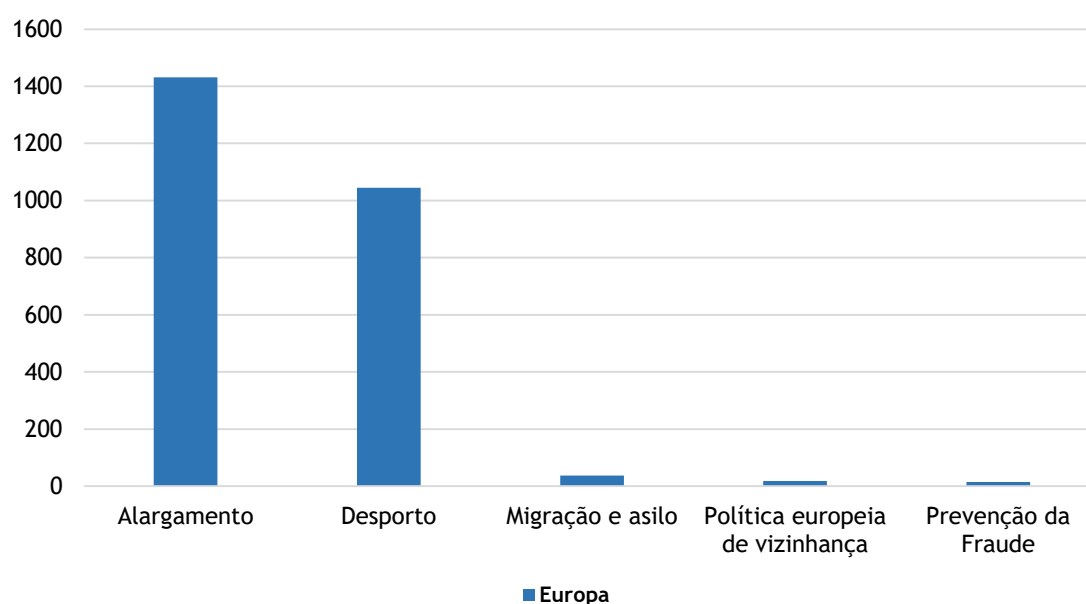


Figura 16 - Gráfico alusivo aos domínios de interesse "menos defendidos" a nível europeu (elaboração própria).

No que diz respeito ao domínio do interesse “alargamento” revela uma preponderância maior que os restantes, sendo defendido por um total de 1 431 representantes de interesse. Este domínio está diretamente relacionado com o processo de adesão de novos países à UE. A Business Europe, GlaxoSmithKline (GSK) e o Council of Bars and Law Societies of Europe (CCBE) são algumas das organizações que representam este domínio.

Segue-se, o “desporto”, que também revela uma maior preponderância face aos subsequentes. Este domínio de interesse é defendido por 1 045 representantes, encontrando-se relacionado com questões relativas à promoção da saúde através da atividade física, inclusão social, boa gestão desportiva, espírito de equipa, solidariedade e *fair play*. A University of Pretoria (UP), European University College Association (EUCA) e Anthenor Public Affairs são algumas das organizações que promovem este domínio.

Relativamente aos restantes interesses detêm uma representação mínima face aos precedentes. As questões relacionadas com a “migração e asilo” são intermediadas por 37 representantes, levando a cabo ações que auxiliem cidadãos em dificuldades, independentemente da sua nacionalidade, religião, sexo ou origem étnica. Quanto a este domínio podem destacar-se três organizações que o promovem: The Brooking Institution, Social Finance Ltd e Accenture PLC (ACN). Segue-se a “política europeia de vizinhança” com apenas 18 representantes de interesses, que se encarregam de regular as relações do seu país com países vizinhos<sup>36</sup>. Dos 18 representantes de interesses podem destacar-se três que representam este domínio: Siemens AG (SAG), European Network of National Human Rights Institution e Friends of Europe (FoE). Por último, a questão menos confluyente na Europa, a “prevenção de fraude”, representada somente por 15 representantes, entre os quais estão organizações como: Danish Shipping, Associazione Bancaria Italiana (ABI) e Smart Payment Association (SPA). Este domínio de interesse está diretamente relacionado com contrabando, casos de fraude, corrupção e outras atividades ilegais.

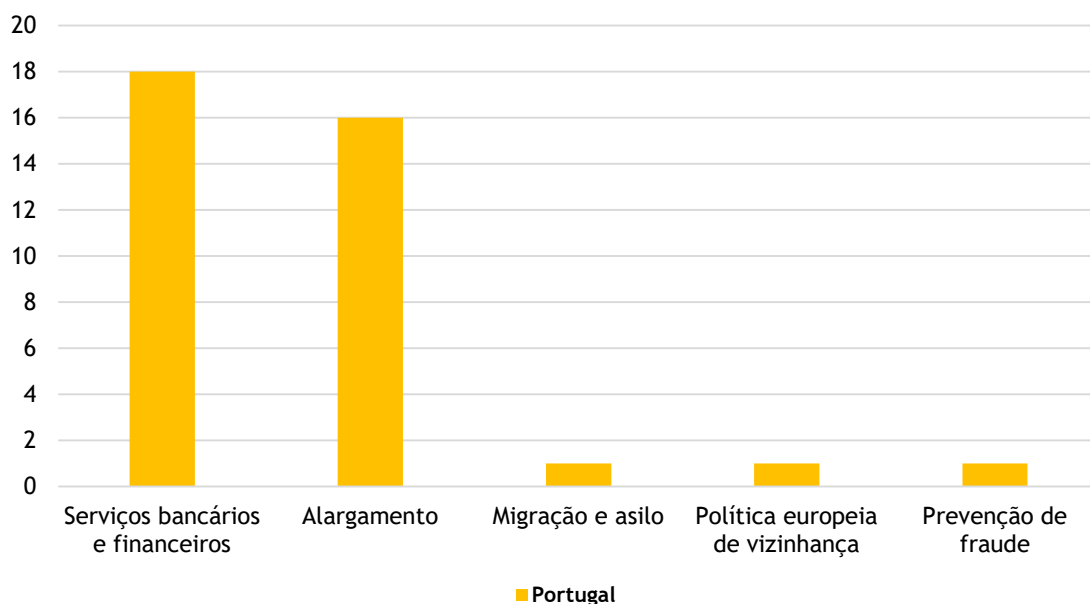


Figura 17 - Gráfico alusivo aos domínios de interesse "menos defendidos" a nível nacional (elaboração própria).

<sup>36</sup> Exemplos de países, que se possam considerar vizinhos da UE: Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Palestina, Síria, Tunísia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia.

Comparando a figura 16 com a 17, pode comprovar-se, que os interesses menos defendidos a nível europeu e nacional diferem num só domínio. A nível europeu, o “desporto” revelou-se um dos interesses menos defendidos, porém, a nível nacional, esse domínio revela-se inexistente no gráfico dando lugar aos “serviços bancários e financeiros”.

O domínio de interesse mais significativo corresponde, precisamente, aos “serviços bancários e financeiros”, defendido por um total de 18 representantes. As organizações que defendem este tipo de interesse zelam pelas políticas económicas implementadas, a fim de salvaguardar os seus interesses e prevenir a eclosão de crises económicas e financeiras. Em Portugal, a Associação Portuguesa dos Bancos, o Banco Comercial Português (Millenium BCP) e o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável são algumas das organizações que representam este interesse.

Segue-se o “alargamento” representado por 16 organizações. Enquanto, que a nível europeu, este interesse está claramente enraizado na adesão de novos países à UE, em contrapartida, a nível nacional, está relacionado com as oportunidades de negócio em outros países. A Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CC), a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal são algumas das organizações que atuam no palco europeu.

No que diz respeito, ao terceiro interesse “migração e asilo”, é representado apenas por 1 organização, pela Federação Nacional de Educação. Segue-se a “política de vizinhança europeia” e a “prevenção de fraude”, representadas igualmente por 1 só organização, o Grupo Europeu de Cooperação Económica e Desenvolvimento (EUCED).

Elaborada uma análise referente aos aspetos mais e menos confluentes a nível nacional e europeu, verificou-se que existem várias semelhanças. É inteligível que alguns interesses sejam divergentes, dado que, as necessidades políticas, económicas e sociais existentes são claramente distintas. Apesar de Portugal ser um Estado-membro da UE não está tão desenvolvido como outros países europeus, um exemplo perfeito disso, corresponde precisamente à atividade de representação de interesses.

A última categoria de análise “responsáveis pelas relações com a UE” irá retratar, de forma exclusiva, o contexto nacional. Devido às limitações detetadas em termos de acessibilidade de pesquisa optou-se somente por analisar este contexto. A análise de todos os cargos detidos a nível europeu, exigia uma rigorosa minúcia e uma liberalização de tempo exorbitante, sobretudo, pelo elevado número de registos existentes, algo que colocaria em risco a fidedignidade dos dados.

Durante a análise de conteúdo realizada às 185 organizações portuguesas, verificou-se uma grande polissemia quanto aos cargos detidos pelos profissionais que intermediam as relações



com a UE, registando-se um total de 85 nomenclaturas distintas (consultar anexo 7<sup>37</sup>). Pôde comprovar-se, que mais de metade dos profissionais inscritos no Registo detêm cargos dirigentes. Presidente, CEO, diretor/a, administrador e líder são designações que integram a lista de nomenclaturas mais utilizadas pelos representantes portugueses.

Em contrapartida, verificou-se que os cargos menos comuns estão relacionados com os conceitos abordados anteriormente. À semelhança do que foi dito na revisão da literatura, a área de *public affairs* parece reunir um maior consenso, podendo constatar-se que de um total de 185 organizações apenas 10 utilizam uma designação, que esteja diretamente relacionada com a atividade. Resultante da pesquisa conduzida podem elencar-se as seguintes nomenclaturas: “Public Affairs Manager”, “Director Alliances, Industry & Regulatory Affairs”, “Advisor for External Relations Affairs”, “Head of Public Affairs”, “Diretor de Comunicação e Relações Institucionais”, “Chief Institutional Relations Office”, “International Affairs”, “Head of Legal Affairs” e “Finance Director and Government Affairs”.

Por último, pode mencionar-se que as nomenclaturas advogado, consultor independente e assessor compõem, igualmente, a lista de cargos menos detidos pelos profissionais que intermediam as relações junto das instâncias europeias.

---

<sup>37</sup> Os cargos detidos pelas organizações serão apresentados no anexo 6 tal como estão grafados no Registo de Transparência da UE.



## Capítulo 6. Considerações Finais

A atividade de representação de interesses revela-se um apanágio da própria democracia, permitindo aos diversos grupos e profissionais que representam empresas, indústrias ou organizações defender os seus interesses, influenciar a elaboração ou implementação de políticas públicas e interagir de forma construtiva com os centros de decisão. Uma atividade em plena expansão, que pretende certificar-se de que as políticas públicas lançadas pelas conjunturas governativas refletem as necessidades reais da sociedade civil.

Tratando-se de uma atividade legítima e necessária dos processos decisórios, mas que não está profissionalizada em todos os países, considerou-se relevante conduzir uma investigação que ilustrasse a situação atual dos representantes portugueses junto dos centros de decisão europeus. Para a concretização deste estudo, optou-se por analisar os dados patentes no Registo de Transparência da UE. Para melhor compreender a informação expressa no Registo, recorreu-se também ao site institucional da União Europeia<sup>38</sup>.

A apresentação dos dados recolhidos foi estruturada em três categorias de análise, relacionadas com a “representação, evolução e organização do Registo”, “domínios de interesse” e “responsáveis pelas relações com a UE”. Estabelecidas as categorias de análise, partiu-se de uma análise geral, que englobou todos os países existentes no Registo, para uma particular, que foi sustentada pela comparação entre duas conjunturas distintas, a nacional e a europeia.

De forma geral pode apurar-se que a grande maioria dos representantes inscritos no Registo de Transparência da UE são originários do continente europeu (10 892 organizações inscritas e 6 527 creditações). No total das organizações inscritas, 185 correspondem a organizações portuguesas representando 1,7% do número total de registos e 32 creditações são portuguesas, constituindo apenas 0,5% do número total de registos.

A par dos dados recolhidos, pareceu-nos pertinente verificar a evolução de inscritos no Registo, um dos itens da primeira categoria estabelecida. No que diz respeito à situação europeia, apurou-se que o processo evolutivo ilustrado traduz de forma clara um crescimento constante e progressivo. Quanto às organizações inscritas houve dois períodos, entre 2010-2011 e 2015-2016, que evidenciaram um crescimento significativo face aos restantes. Como a seguir se evidencia, os períodos de maior crescimento estão comumente associados a reformulações instituídas no Registo de Transparência da UE.

No período de 2010-2011, a Comissão e o Parlamento Europeu, uniram esforços para produzir um novo Registo em matéria de transparência, que previa fornecer um número avultado de

---

<sup>38</sup> Link para consulta: [https://europa.eu/european-union/index\\_pt](https://europa.eu/european-union/index_pt)

informações sobre quem influi nas políticas europeias por forma a manter o público informado. Em 2011 é lançado um novo Registo, que exige uma transparência e rigor por parte dos representantes de interesses nunca antes visto, além de garantir vantagens claras quanto ao acesso, participação e consulta para todos os registados. Entre o período de 2015 e 2016, verifica-se uma vez mais um aumento do número total de registos, que estará, muito provavelmente, relacionado com a assinatura, por parte do Parlamento e da Comissão, de uma versão revista do Acordo Interinstitucional<sup>39</sup> sobre o Registo de Transparência. A nova versão do Registo lançada em janeiro de 2015 veio reforçar o Código de Conduta através do aditamento de duas novas disposições<sup>40</sup>, introduziu novos incentivos e obrigações análogas em matéria de divulgação de informações financeiras, reformulou os procedimentos de alertas e queixas e, por último, clarificou as diferentes seções existentes, permitindo aos interessados selecionar a seção que mais se adequasse à sua atividade.

Quanto à evolução do número de organizações portuguesas inscritas, os dados revelaram de igual forma um crescimento ativo e contínuo. À semelhança do contexto precedente, observaram-se dois períodos de intenso crescimento, entre 2010-2011 e 2013-2014. O primeiro período corresponde a um aumento de 5 para 15 registos, e estará igualmente relacionada com o lançamento do Registo Comum de Transparência. O período de 2013-2014, registou um aumento de 34 para os 55 registos, que estará muito provavelmente relacionado com acontecimentos noticiados a nível nacional. Anteriormente, demonstrou-se que o debate preconizado em torno do lóbi, pela comunidade política, foi claramente impulsionado a partir de 2014, porém, já em 2013 a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, havia introduzido e fomentado um debate acerca da temática, através da realização de uma conferência intitulada de “O lóbi numa sociedade democrática”.

A nível evolutivo, o panorama nacional assinalou discrepâncias face ao europeu. Entre 2012 e 2013 detetou-se um período de estagnação, que poderá estar intimamente relacionado com a periodicidade com que se debate a temática do lóbi a nível nacional. Todavia, apesar de se constatar um período de clara estagnação foi possível verificar que a partir de 2014 houve um crescimento exponencial na adesão de novos representantes de interesses. Acredita-se que este aumento estará intimamente relacionado com as diligências tomadas por parte do Governo para criar um enquadramento legal, que profissionalize o lóbi em Portugal. Perante os resultados apresentados parece-nos que o debate sobre uma possível profissionalização e a apresentação de projetos de lei junto da Assembleia da República foram determinantes para que o número de representantes de interesses portugueses aumentasse a nível europeu.

No que diz respeito à organização do Registo, tanto a nível europeu como nacional, verificou-se que as seções com um maior número de inscritos, correspondem às seções II - “Lobistas internos e associações sindicais, empresariais e profissionais” e III - “Organizações não

<sup>39</sup> Link para consulta: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=uriserv:OJ.L\\_.2014.277.01.0011.01.ENG](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=uriserv:OJ.L_.2014.277.01.0011.01.ENG)

<sup>40</sup> As disposições acrescentadas correspondem às alíneas f) e i) expressas no Código de Conduta do Registo de Transparência da UE (Consultar anexo 1).

governamentais”. Os dados obtidos quanto a este parâmetro de análise demonstram que a atual representação de interesses pouco difere da representação existente nos anos 60 e 90. Nos anos 60 as associações profissionais interagiram de forma constante com os funcionários da Comissão Europeia, a fim de assegurar o abastecimento regular de alimentos por toda a Europa, mas garantindo também que os rendimentos dos agricultores estivessem em conformidade com o seu desempenho profissional. A interação e simbiose constante entre associações profissionais e a Comissão deu origem à conhecida Política Agrícola Comum (PAC), que ainda hoje vigora. Quanto às organizações não governamentais, desde os anos 90, que marcam presença no jogo de influências europeu, ostentando meios consideráveis e posicionando-se na agenda mediática.

A relevância destas duas seções é transversal aos dois contextos, enfatizando a máxima de que a atividade do lóbi é um reconhecido contrapoder. A atividade de representação de interesses executada pelos lobistas internos, pelas associações sindicais, empresariais e profissionais, ou pelas ONG junto das instâncias europeias permite-lhes exprimir livremente os seus pontos de vista para que sejam auscultadas as reais necessidades dos seus representados. A nível europeu a segunda seção é constituída por um total de 5 341 representantes de interesses correspondente a 49% do total de registos, já a terceira seção é composta por um total de 3 093 organizações constituindo 26,4% do total de registos. Apesar das disparidades detetadas quanto ao número de organizações registadas, a nível nacional, a segunda seção é representada por um total de 91 representantes de interesses correspondente a 49,2% do total de registos, enquanto que a terceira seção é composta por um total de 40 organizações constituindo 21,6% do total de registos.

O estabelecimento da segunda categoria de análise, permitiu-nos conhecer quais os domínios de interesse mais e menos defendidos por parte dos representantes. Os contrastes detetados, apesar de serem mínimos, traduzem a realidade económica, política e social de cada conjuntura. Ainda que Portugal seja um dos 28 Estados-membros que integra a UE e que os seus objetivos e valores sejam transversais a toda a comunidade, as prioridades governativas de cada país refletem as necessidades existentes, daí que os programas de ação governativa em Portugal, serão provavelmente distintos dos que são executados em outros países europeus. Um dos programas de ação governativa que está a ser desenvolvida pelo Governo português corresponde ao Programa Portugal 2030<sup>41</sup>, que prioriza oito eixos fundamentais, garantido o desenvolvimento e o posicionamento do país no quadro internacional. Dos oito eixos prioritários podem destacar-se três, que traduzem nitidamente os interesses mais defendidos pelos representantes junto da UE: 1) Inovação e conhecimento; 2) Qualificação, formação e emprego; 3) Energia e alterações climáticas. Quanto aos interesses menos defendidos a nível nacional, estarão muito provavelmente relacionados com a inexistência de ações governativas, que os priorizem.

---

<sup>41</sup> Link para consulta: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/portugal-2030.aspx>

No que concerne à terceira categoria de análise, “responsáveis pelas relações com a UE”, esta permitiu-nos perceber não só os cargos detidos pelos profissionais, como ainda verificar que a designação utilizada para caracterizar a prática de lóbi é a “representação de interesses”. Durante a análise de conteúdo ao Registo de Transparência a única referência diretamente relacionada com a prática de lóbi está patente na seção II, ao mencionar “Lobistas internos”. Esta constatação permite-nos compreender que a prática de lóbi está, invariavelmente, associada a uma série de designações distintas, podendo constituir um dos principais entraves para o entendimento da atividade. Quanto à terminologia *think tank*, esta também não foi encontrada no registo, porém, as estatísticas anuais disponibilizadas no Registo, substituem comumente a designação “grupos de reflexão” expressa na seção IV - “Grupos de reflexão, instituições académicas e de investigação, por *think tanks*. A par da designação *public affairs*, verificou-se que apenas é utilizada para identificar as funções detidas pelos representantes de interesse na organização que representam.

No fundo, todas as categorias de análise estabelecidas vão ao encontro da temática central deste estudo, permitindo retratar e averiguar **quem pratica lóbi na União Europeia em prol dos interesses das organizações nacionais.**

De acordo com a abordagem teórica e empírica desta dissertação, pode concluir-se que os representantes portugueses ocupam um lugar relevante a nível europeu. No que diz respeito à primeira hipótese colocada - **o número de organizações portuguesas registadas no Registo de Transparência é inferior aos restantes países europeus** - foi parcialmente refutada. Ainda que a análise tenha sido centrada na situação de Portugal, em comparação com a situação europeia em geral, construiu-se também uma lista integral do número de organizações inscritas por país. Existem 29 países europeus com um número de registos inferior aos de Portugal, apenas 14 países possuem um número superior de organizações inscritas. Estes dados mostram que a dimensão populacional do país não se reflete no número de registos. Dos 29 países com um número de registos inferior aos de Portugal, somente a Roménia e Rússia possuem um maior número de habitantes.

Relativamente à segunda hipótese - **o número de organizações e lobistas portugueses registados tem aumentado progressivamente** - foi comprovada na íntegra. Os dados recolhidos estão em conformidade com a hipótese colocada, através do gráfico evolutivo, correspondente à figura 5, constatou-se que o número de organizações e lobistas portugueses inscritos no Registo têm evidenciado um aumento constante. A partir de 2014 em especial, o número total de organizações e creditações registadas aumentou abruptamente de 55 organizações para 185, e de 22 creditações para 32. Apesar de a atividade de lóbi não estar profissionalizada em Portugal, pode constatar-se que vários representantes de interesses operam a nível europeu desde 2008, sendo expectável que de alguma forma influenciem a regulamentação de políticas públicas.

No que concerne à terceira hipótese - **os interesses defendidos pelos portugueses são distintos dos outros países europeus** - não foi verificada na sua totalidade. A segunda categoria de análise revelou que os interesses defendidos a nível nacional e europeu não diferem tanto quanto isso. Os dados apontaram o “ambiente” e “investigação e inovação” como dois dos domínios de interesse mais defendidos, tanto a nível nacional como europeu. Quanto aos domínios de interesse menos defendidos, apurou-se que apenas diferem quanto a um interesse. Enquanto que a nível europeu se destaca o “desporto”, este tema é inexistente a nível nacional dando lugar aos “serviços bancários e financeiros”. Dos dez domínios de interesse elencados verificou-se que, tanto a nível nacional como europeu, existem seis domínios em comum contra quatro interesses singulares. Os interesses comuns aos dois contextos correspondem a “ambiente”, “investigação e inovação”, “alargamento”, “migração e asilo”, “política europeia de vizinhança” e “prevenção de fraude”. Os domínios de interesses referentes ao “mercado único”, “empresas e indústrias”, “concorrência” e “desporto” são especificamente defendidos a nível europeu, porém, em contrapartida, os domínios específicos defendidos pelos portugueses referem-se à “energia”, “educação e formação”, “ação climática” e “serviços bancários e financeiros”. Perante estas considerações parece-nos claro, que as semelhanças superam os contrastes detetados.

Quanto à quarta e última hipótese - **as nomenclaturas “lobista”, “*think tank*” e “*public affairs*” são utilizadas pelos profissionais que intermediam as relações com as instâncias europeias** - foi parcialmente comprovada. Através do estabelecimento da terceira categoria de análise constatou-se que os cargos detidos revelam uma enorme polissemia. Nas 185 organizações portuguesas foram compilados 85 cargos distintos, porém, apenas 9 estão diretamente relacionados com a atividade de *public affairs*: “Public Affairs Manager”, “Director Alliances, Industry & Regulatory Affairs”, “Advisor for External Relations Affairs”, “Head of Public Affairs”, “Diretor de Comunicação e Relações Institucionais”, “Chief Institutional Relations Office”, “International Affairs”, “Head of Legal Affairs” e “Finance Director and Government Affairs”. Em contrapartida, as nomenclaturas “lobista” ou “*think tank*” não são aplicadas em momento algum. Esta hipótese vem reforçar o debate teórico antes apresentado ao demonstrar que as nomenclaturas relacionadas com a atividade de *public affairs* são a denominação mais consensual para nomear a atividade de representação de interesses. Todavia, convém lembrar que a utilização destas denominações abarca um conjunto de atuações diversificadas, que não têm a haver única e exclusivamente com atuações de lóbi.





## Conclusão

Ao longo da dissertação testemunhou-se que expressões como «pressão», «interesses» ou «poderes públicos», frequentemente empregadas no nosso quotidiano, adquirem um sentido pejorativo quando aplicadas e relacionadas com a prática em estudo. Em Portugal, é comum deturpar e desvirtuar o propósito da atividade, assemelhando-a a algo ilegítimo, desonesto e obscuro. Falar do lóbi em Portugal é o mesmo que falar de tráfico de influências, porém nada têm em comum.

A nível nacional, poucos foram os debates protagonizados para esclarecer e responder a simples questões, tais como: o que é, o que faz, para que serve ou quem pratica. Na verdade, a falta de esclarecimento e consciencialização sobre o propósito exato da atividade, a inexistência de reconhecimento profissional e de regulamentação, geram uma profícua estranheza e incompreensão por parte do público em geral, tornando-a suscetível a interpretações depreciativas.

Uma outra questão que dificulta a compreensão integral acerca da atividade é o facto de ser assemelhada comumente a outras atividades. Pode comprovar-se, que a atividade dos *think tanks* e de *public affairs* estão intimamente relacionadas com a prática em estudo, seja nível estratégico, comunicacional ou mesmo quanto ao seu propósito, para além disso, ambas as atividades recorrem à prática de lóbi para defender os seus interesses junto das instâncias políticas.

O termo *public affairs* tem gerado uma certa confusão com o lóbi. Em Portugal, o termo *public affairs* ou relações institucionais tem reunido consenso junto dos diversos atores servindo para designar um conjunto de atividades distintas, que pretendem influir junto dos centros de decisão. Apesar das semelhanças detetadas face às duas atividades, verificou-se que o lóbi é uma prática recorrente, porém corresponde somente a uma parcela de atividades e serviços prestados pelas relações institucionais.

O lóbi circunda inúmeras áreas, é praticado por inúmeras profissões e representa distintos interesses, porém no corpo teórico desta dissertação debruçamo-nos sobre quatro grupos de atores: políticos e ex-políticos, advogados, agências e consultoras de comunicação e, por último, a sociedade civil. De forma geral, apurou-se que estes atores se dedicam a influenciar os centros de decisão na defesa dos seus interesses, mas raramente fazem referência aos serviços de lóbi que prestam. Fazer lóbi é influenciar os centros de decisão. Poderá ser feito de forma direta, pelo topo ou pela base conjugando diferentes meios para difundir as suas mensagens. Uma prática totalmente legítima que exige minúcia, rigor e astúcia por parte de qualquer representante de interesses, contudo, também se verificou que é tendência a defesa de interesses ser feita de forma contestável e isenta de transparência.

O facto de atividade, em Portugal, não ser ilegal nem legal torna-a bastante nebulosa, assemelhando-se bastante a atuações ilegítimas. Na verdade, é precisamente sobre quem pratica lóbi que reside o paradoxo da atividade. De forma geral, todos os grupos de atores deram evidências claras de que a sua atividade profissional levantava sérias questões relacionadas com o conflito de interesses, destacando-se a opacidade com que os processos de influência se desenvolvem, o acesso a informação privilegiada e a desigualdade nos canais de acesso aos centros de decisão.

O conflito de interesses não é específico do lóbi, pode existir em instituições de ensino, redações, empresas, clubes ou nas próprias estruturas governativas. O que é específico do lóbi é a falta de regulamentação que existe em Portugal, que permite a todos aqueles que recorrem de forma contínua ou pontual à prática, atuarem na sombra dos processos de tomada de decisão. Foi perceptível que a regulamentação da prática não é uma solução milagrosa que irá dizimar todos os comportamentos inapropriados ou anti éticos, mas sim promover comportamentos adequados que assegurem uma representação de interesses equilibrada e tão transparente quanto possível.

A criação de um enquadramento legal referente à prática de lóbi não deve ser tomada de animo leve, sendo que não se deve cingir a enumerar superficialmente impedimentos, incompatibilidade, direitos, deveres e conflitos de interesses. A comunidade política precisa de compreender integralmente como funciona a atividade, ver aquilo que foi implementado noutros países e verificar se foi ou não benéfico, mas primeiro que tudo deverá haver um esclarecimento exaustivo a nível público sobre o real propósito da atividade. Só assim será possível conferir à atividade uma maior transparência, um maior controlo dos seus representantes e uma atuação padronizada, que permita limitar ações indesejáveis.

O enquadramento teórico serviu, sobretudo, para desmistificar o conceito de lóbi, para perceber como se influenciam os centros de decisão e através de que meios, averiguar o impacto que detêm a nível social e qual a sua preponderância. Perante os conteúdos apreendidos pôde entender-se lóbi como um processo planificado de comunicação de uma empresa ou organização, que exerce pressão direta ou indiretamente junto dos poderes públicos, com a pretensão de defender e orientar favoravelmente os interesses que representa. Uma prática necessária, revelante e perfeitamente legítima em qualquer regime democrático, que reflète as reais necessidades da sociedade civil. Como se pode constatar, o lóbi, atua como um facilitador do exercício democrático enquanto contrapoder (Lampreia, 2008, p. 12).

Apesar de o enquadramento teórico ter sido muito enriquecedor surgiram questões para as quais não se obteve respostas, nesse sentido, a investigação desencadeada procurou compreender de que forma as organizações e os profissionais portugueses influenciam e pressionam os centros de decisão europeus, na defesa dos seus interesses. Através da realização deste estudo objetivou-se ampliar os conhecimentos quanto à prática, alargar

horizontes e incitar a novas pesquisas. Como tal, o ponto de partida estabelecido foi o seguinte: **quem pratica lóbi na União Europeia em prol dos interesses das organizações nacionais?**

A análise conduzida ao website do Registo de Transparência da UE permitiu-nos apurar que, apesar de não haver reconhecimento legal em Portugal, as organizações e profissionais portugueses detêm um papel preponderante na defesa de interesses nacionais junto da UE. A maioria dos representantes possuem cargos dirigentes, revelando, que Portugal não só detém um papel relevante no jogo de influências europeu como no mercado externo, que concede vantagens para o próprio país. Pode constatar-se que o número de registos tem aumentado de forma progressiva, principalmente, nos períodos em que a profissionalização da atividade é debatida a nível nacional.

A dimensão populacional de Portugal não é refletida de forma alguma no número de registos, sendo notável que existem 29 países europeus com um número de registos inferior. A par da questão populacional, uma observação curiosa foi verificar que os domínios defendidos a nível nacional e europeu se assemelham bastante. Apesar de Portugal ser um dos 28 Estados-membros, não significa que se confrontem com as mesmas realidades sociais, económicas e políticas, prova disso são os interesses mais defendidos por cada conjuntura, assemelhando-se somente quanto a dois interesses: “ambiente” e “investigação e inovação”.

Durante a análise ao Registo de Transparência da UE deparamo-nos com uma única limitação: a fraca acessibilidade em termos de pesquisa. No que diz respeito à terceira categoria de análise estabelecida no capítulo 5 “responsáveis pelas relações com a UE” retratamos de forma exclusiva o contexto nacional pelo rigor, minúcia e liberalização de tempo que exigiria consultar individualmente as 10 892 páginas das organizações inscritas a nível europeu. Uma análise dessas dimensões colocaria em risco não só a fidedignidade dos dados como, consequentemente, poderia deturpar a comparação entre os dois contextos.

A presente investigação bem como a relevância da problemática em estudo servirá de suporte para a realização de estudos futuros que contemplem outras abordagens relevantes acerca da prática de lóbi: a nível nacional, europeu e mundial. A nível nacional, quando houver reconhecimento profissional, seria interessante conduzir um estudo empírico semelhante, mas que retratasse a forma como se influenciam as decisões em Portugal. A nível europeu, poder-se-ia desencadear uma investigação, através de métodos de observação participativa, que retratasse de forma autêntica e pormenorizada de que forma os representantes portugueses defendem os seus interesses junto das instâncias europeias. A nível mundial, poder-se-ia alargar o presente estudo para que nos permitisse verificar se os representantes portugueses estão inscritos no *Lobbying Disclouser*<sup>42</sup> e, se sim como influenciam e pressionam os centros de decisão americanos.

---

<sup>42</sup> Registo de Transparência de Washington DC.



## Referências Bibliográficas

Alves, P. D., Brandão, F., César, C., Lacão, J. & Pereira, P. T. (2018). *Projeto de Lei 734/XIII: aprova o regime da atividade profissional de representação de interesses*. Consultado a 1 de maio de 2018, através de <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42033>

Alves, P. D., Brandão, F., César, C., Lacão, K. & Pereira, P. T. (2018). *Projeto de Lei 735/XIII: aprova o regime de registo de entidades privadas que realizam representação de interesses*. Acedido a 1 de maio de 2018, através de <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42034>

Andrés, C. & Navarro, J. (2016). Lobbying. *Revista Eunomia*. 10, pp. 191-201.

Aubet, M. J. (2000). *Ciudadanía y representatividad: Los sistemas electorales en Europa*. Barcelona: Edicions Bellaterra.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barker, D. (2008). Ethics and Lobbying: The Case of Real Estate Brokerage. *Journal of Business Ethics*. 80, pp. 23-35. doi: 10.1007/s10551-007-9434-0

Bentley, A. F. (1983). *The process of government. A study of social pressures*. Chicago: Chicago University Press.

Berg, K. (2012). The Ethics of Lobbying: Testing an Ethical Framework for Advocacy in Public Relations. *Journal of Mass Media Ethics*. 27, pp. 97-114. doi: 10.1080/08900523.2012.694276

Bobbio, N. & Matteucci, N. (1966). *Diccionario de política*. Madrid: Tecnos.

Castillo, A. (2009). Relaciones públicas y "think thanks" en América Latina: Estudio sobre su implantación y acción. *Revista Razón y Palabra*. 14 (70).

Castillo, A. (2010). La comunicación de los lobbies en Internet: el ciberactivismo de los Think Thanks. *Icono 14*. 15, pp. 193-206. doi: 10.7195/ri14.v8i1.289

Castillo, A. (2011). Novos cenários de participação política: análise das estratégias de comunicação dos grupos de pressão. *Revista Organicom*. 8 (14), pp. 65-86.

Castillo, A. (2013). *Lobby & Comunicação: lobismo como estratégia comunicativa*. Brasil: Difusão Editora.

Castro, P. L. (2018, Abril). *Lobby - o que é, para que serve*. Intervenção apresentada nas Jornadas de Ciências da Comunicação, Covilhã.

Comissão Europeia (2008). *Registo da Comissão de representantes de interesses: as inscrições estão abertas*. Acedido a 3 de abril de 2018, através de [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-08-988\\_pt.htm?locale=en](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-08-988_pt.htm?locale=en)

Comissão Europeia (2011). *A Comissão e o Parlamento Europeu lançam o Registo de Transparência Comum para mostrar quem procura influenciar a política Europeia*. Acedido a 3 de abril de 2018, através de [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-11-773\\_pt.htm?locale=en](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-773_pt.htm?locale=en)

Coroado, S. (2014). *O Lóbi a descoberto: o mercado de influências em Portugal*. Transparência e Integridade: Associação Cívica. Consultado a 12 de janeiro de 2018, através de <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/22351>

Coroado, S. (2017). *O Grande Lóbi: Como se influenciam as decisões em Portugal*. Lisboa: Objectiva.

Esteves, M. (2006). Análise de conteúdo. In Lima, J. & Pacheco, J. (orgs.). *Fazer investigação: Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 105-125). Porto: Porto Editora.

Fidalgo, A. (2008). *Definição de retórica e cultura grega*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Consultado a 1 de dezembro de 2017, através de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-retorica-cultura-grega.pdf>

Fleisher, C. (2005). The Global Development of Public Affairs. In C. S. Fleisher & P. Harris (Eds). *The Handbook of Public Affairs* (pp. 5-29). London: Sage Publications Ltd.

Gonçalves, G. (2015). Teoria de Relações Públicas: da visão sistémica à radical. In N. G. Brandão & S. C. Spínola (Coords). *Relações Públicas e Comunicação Organizacional: Desafios da Globalização* (pp. 67-86). Lisboa: Escolar Editora.

Graziano, L. (1996). O lobby e o interesse público. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (35). doi: 10.1590/S0102-69091997000300009

Grunig, J. & Hunt, T. (1984). *Managing Public Relations*. Nova Iorque: Holt, Rinehart e Winston, Inc.

Gozetto, A. & Mancuso, W. (2011). Lobby: instrumento democrático de representação de interesses?. *Revista Organicom*. 8 (14), pp. 119-128.

Guéguen, D. & Lampreia, J. M. (2008). *O Lóbi na União Europeia*. Lisboa: Texto Editores.

Heredia, G. S. (2014). *La Comunicación de los Think Tanks en España. Panorama y Estrategias Comunicativas*. (Tese de Doutoramento). Universidad de Málaga, España.

Holcomb, J. (2005). Public Affairs in North America: US Origins and Development. In C. S. Fleisher & P. Harris (Eds). *The Handbook of Public Affairs* (pp. 31-49). London: Sage Publications Ltd.

Humberg, M. (2008). Ética Organizacional e Relações Públicas. *Revista Organicom*. 5 (8), pp. 90-98.

Lampreia, J. M. (2005). *O Lóbi - Ética, Técnica e Aplicação*. Lisboa: Texto Editores.

Lampreia, J. M. (2010). Noções de Lóbi. In I. Ferreira & G. Gonçalves (Org). *Retórica e Mediatização: As Indústrias da Persuasão* (pp. 27-42). Covilhã: Livros LabCom.

Marrana, R. M. (2015). O lobbying: Origem, desenvolvimento e perspectivas. *Revista Direito Lusitana*, 12, 277-297.

McGann, J. (2009). *European Think Tanks: Regional and Trans-Atlantic*. University of Pennsylvania: Think Tanks and Civil Societies Program.

McGann, J. (2016). *Global Go To Think Tank Index Report*. University of Pennsylvania: Think Tanks and Civil Societies Program.

McGrath, C. (2005). *Lobbying in Washington, London and Brussels: The Persuasive Communication of Political Issues*. Lampeter, UK: The Edwin Mellen Press.

Meynaud, J. & Sijanski, D. (1971). *Les groups de pression dans la Communauté Européenne 1958-1968*. Bruxelles: Institut Sociologie.

Meznar, M. B. (2005). The Organization and Structuring of Public Affairs. In C. S. Fleisher & P. Harris (Eds). *The Handbook of Public Affairs* (pp. 187-196). London: Sage Publications Ltd.

Patri, E. (2011). Relações governamentais, lobby e advocacy no contexto de public affairs. *Revista Organicom*.8 (14), pp. 130-144.

Pedler, R. (2005). The History and Development of Public Affairs in the European Union and the United Kingdom. In C. S. Fleisher & P. Harris (Eds). *The Handbook of Public Affairs* (pp. 50-55). London: Sage Publications Ltd.

Pierini, A. (2010). Grupos de interesses, de pressão e de lobbying - Revisitando os conceitos. *Revista Eletrónica de Ciências Sociais*. 10 (4), pp. 187-195. Consultado a 27 de novembro de 2017, através de <https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/viewFile/754/651>

Reis, E. (1997). *Estatística Descritiva*. Lisboa: Edições Sílabo.

Rich, A. (2004). *Think Tanks, Public Policy and the Politics of Expertise*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sadi, G. & Ramos, M. (2016). *Políticas públicas y representación de intereses. Una mirada normativa sobre el lobbying*. Buenos Aires: Universidad de San Andrés.

Sammut, J. (2014). How Think Tanks Work. *Policy*. 30 (3), pp. 16-20.

Sanson, A. (2013). *Dos grupos de pressão na democracia representativa: os limites jurídicos*. (Tese de Doutoramento, Universidade de São Paulo). Consultado 16 de novembro de 2017, através de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-28072014-133210/pt-br.php>

Shaw, P. (2005). The Human Resource Dimensions of Public Affairs: Staffing, Training, Career Paths, Competencies and Salaries. In C. S. Fleisher & P. Harris (Eds). *The Handbook of Public Affairs* (pp. 123-144). London: Sage Publications Ltd.

Somerville, I. (2011). Managing public affairs and lobbying: persuasive communication in the policy sphere. In D. Moss & B. DeSanto (Eds). *Public Relations: A Managerial Perspective* (pp. 1-30). London: Sage Publications Ltd.

Spínola, S. C. (2015). Relações Públicas: O Lóbi. In N. G. Brandão & S. C. Spínola (Coords). *Relações Públicas e Comunicação Organizacional: Desafios da Globalização* (pp. 215-252). Lisboa: Escolar Editora.

Veksler, A. (2016). Lobbying in the sunshine - hiding behind transparency?. *Journal of Public Affairs*.16 (1), pp. 39-49. doi: 10.1002/pa.1564



Xifra, J. (2011). El lobbying europeo: escenario y bases para su desarrollo. *Revista Organicom*. 8 (14), pp. 168-180.

Zetter, L. (2008). *Lobbying: The Art of Political Persuasion*. Great Britain: Harriman House Ltd.

## Webgrafia

Azevedo, J. (2014, setembro 22). Public Affairs e Relações Públicas, uma união de grande impacto. *Liga-te à Media*. Consultado a 8 de fevereiro de 2018, através de <http://www.ligateamedia.pt/ArticleItem/2425/pt/Opiniao/55480/6630/Public-Affairs-e-Relacoes-Publicas-uma-uniao-de-grande-impacto>

Bandeira, M. (2018, janeiro 29). Nova lei do lóbi: o que dizem os advogados. *Jornal Económico*. Acedido a 27 de abril de 2018, através de <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/nova-lei-do-lobi-o-que-dizem-os-advogados-262217>

Branco, S. (2007, julho 9). Portugal está a perder oportunidades por não fazer “lobbying” na Europa. *Público*. Consultado a 25 de abril de 2018, através de <https://www.publico.pt/2007/07/09/mundo/noticia/portugal-esta-a-perder-oportunidades-por-nao-fazer-lobbying-na-europa-1298938>

Botelho, L. (2018, janeiro 11). PS quer regulamentar profissão de lobista, mas não o lobby informal. *Público*. Acedido a 24 de abril de 2018, através de <https://www.publico.pt/2018/01/11/politica/noticia/ps-avanca-com-projectos-sobre-lobby-e-codigo-de-conduta-de-politicos-1798982>

Caldeira, V. (2017, setembro 14). Conflitos de interesses na gestão pública. *Público*. Acedido a 3 de junho de 2018, através de <https://www.publico.pt/2017/09/14/politica/opiniao/conflitos-de-interesse-na-gestao-publica-1785216>

Henriques, J. P. (2016, agosto 25). PS junta projeto ao CDS: lobbying vai ser regulado pela AR. *Diário de Notícias*. Acedido a 24 de abril de 2018, através de <https://www.google.com/url?q=https://www.dn.pt/portugal/interior/lobbying-vai-mesmo-ser-regulado-pelo-parlamento-ps-com-projeto-5354990.html>

Henriques, J. P. (2016, outubro 22). Enquanto não há lei os lóbis continuam na Assembleia. *Diário de Notícias*. Consultado a 25 de abril de 2018, através de

<https://www.dn.pt/portugal/interior/enquanto-nao-ha-lei-os-lobis-continuam-na-assembleia-5456768.html>

Larguesa, A. (2018, fevereiro 20). Durão quebra promessa e faz lóbi pelo Goldman Sachs em Bruxelas. *Jornal de Negócios*. Acedido a 2 de junho de 2018, através de <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/uniao-europeia/detalhe/durao-quebra-promessa-e-faz-lobi-pela-goldman-sachs-em-bruxelas>

Lino, F. (2018, fevereiro 9). Lóbi: a antecâmara do poder. *Jornal de Negócios*. Acedido a 24 de abril de 2018, através de <https://www.jornaldenegocios.pt/weekend/detalhe/lobi-a-antecamara-do-poder>

Lopes, M. (2014, outubro 23). Secretário de Estado defende debate “sem complexos” para a legalização do lóbi em Portugal. *Público*. Consultado a 25 de abril de 2018, através de <https://www.publico.pt/2014/10/23/politica/noticia/secretario-de-estado-defende-debate-sem-complexos-para-a-legalizacao-do-lobi-em-portugal-1673926>

Lusa (2018, março 22). Comissão de transparência retoma trabalhos a 3 de abril. *Diário de Notícias*. Acedido a 24 de abril de 2018, através de <https://www.dn.pt/lusa/interior/comissao-da-transparencia-retoma-trabalhos-a-3-de-abril-9206962.html>

Matos, C. (2015, julho 26). Que “lóbis” impedem a transparência do lóbi em Portugal?. *Público*. Acedido a 24 de abril de 2018, através de <https://www.publico.pt/2015/07/26/opiniao/opiniao/que-lobis-impedem-a-transparencia-do-lobi-em-portugal-1703152>

Reis, C. (2017, fevereiro 12). Nos corredores do lóbi. *Expresso*. Consultado a 25 de abril de 2018, através de <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-02-12-Nos-corredores-do-lobi#gs.un4RpYY>

Ribeiro, J. M. (2016, setembro 13). “Desonra”: Durão Barroso na Goldman Sachs irrita funcionários europeus. *PTJORNAL*. Acedido a 29 de maio de 2018, através de <http://ptjornal.com/desonra-durao-barroso-na-goldman-sachs-irrita-funcionarios-europeus-105085>

Ribeiro, J. M. (2016, outubro 31). Crítica de Bruxelas: Faltou “discernimento” a Durão Barroso na ida para o Goldman Sachs. *PTJORNAL*. Consultado a 29 de maio de 2018, através de <http://ptjornal.com/critica-bruxelas-faltou-discernimento-durao-barroso-na-ida-goldman-sachs-117447>

Sampaio, G. (2018, janeiro 16). PS avança com projetos de regulamentação do “lobbying”. *Jornal Económico*. Acedido a 25 de abril de 2018, através de <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/ps-avanca-com-projetos-de-regulamentacao-do-lobbying-256298>

Redação (2014, novembro 13). Estudo: políticos são permeáveis a grupos de interesses. *TVI24*. Consultado a 25 de abril de 2018, através de <http://www.tvi24.iol.pt/politica/politicos/estudo-partidos-sao-permeaveis-a-grupos-de-interesses>

## Filmografia

Dhoedt, S., Moser, F. (Producers), & Lietaert, M., Moser, F. (Directors). (2012). *The Brussels Business: Who Runs The European Union?*. Belgium: Production Company.

Howsam, G., Marks, B., Zakk, G. (Producers), & Hickenlooper, G. (Director). (2010). *Casino Jack*. Canada: An Olive Branch Productions, Bagman (2009), Hannibal Pictures, MCG, Rollercoaster Entertainment, Trigger Street Productions, Vortex Words Pictures.

Madden, J. (Producer and Director). (2016). *Miss Sloane*. France: EuropaCorp, Canal +, France 2, Ciné +.

Rhimes, S. (Creator). (2012-2018). *Scandal*. USA: Shondaland, ABC Studios.

Sacks, D. (Producer), & Reitman, J. (Director). (2005). *Thank You For Smoking*. United States of America: Fox Searchlight Pictures.

Willimon, B. (Creator). (2013). *House of Cards*. USA: Media Rights Capital, Panic Pictures, Trigger Street Productions.



## **Anexos**



## Anexo 1. Código de Conduta do Registo de Transparência

As Partes consideram que todos os representantes de interesses que com elas interagem de forma pontual ou com regularidade, independentemente de estarem registados ou não, devem comportar-se em conformidade com o presente Código de Conduta.

Nas suas relações com as instituições da União Europeia e com os respetivos membros, funcionários e outros agentes, os representantes de interesses:

- (a) devem indicar sempre o seu nome e número de registo, se for caso disso, bem como a entidade ou entidades para as quais trabalham ou que representam; devem declarar os interesses, os objetivos ou os fins que promovem e, se for caso disso, os clientes ou os membros que representam;
- (b) não devem obter nem tentar obter informações ou decisões desonestamente ou recorrendo a pressões indevidas ou comportamentos inadequados;
- (c) não devem alegar qualquer relação formal com a União ou com as suas instituições nas suas relações com terceiros, criar expectativas infundadas quanto ao efeito da sua inscrição no Registo de uma forma que engane terceiros, funcionários ou outros agentes da União, nem utilizar os logótipos das instituições europeias sem autorização expressa;
- (d) devem assegurar que, tanto quanto seja do seu conhecimento, as informações que fornecem no momento da inscrição no Registo e, posteriormente, no âmbito das atividades que desenvolvem e que estão abrangidas pelo Registo, sejam completas, atualizadas e não enganadoras; devem aceitar que as informações prestadas sejam objeto de revisão e devem satisfazer os pedidos administrativos de informações complementares e de atualizações;
- (e) não devem vender a terceiros cópias de documentos que tenham obtido junto das instituições europeias;
- (f) de um modo geral, devem respeitar todas as regras, todos os códigos e todas as práticas de boa governação estabelecidos pelas instituições europeias e abster-se de qualquer obstrução à execução e à aplicação dessas regras, códigos e práticas;
- (g) não devem incitar os membros das instituições europeias, os funcionários ou outros agentes da União, ou os assistentes ou estagiários desses membros, a infringir as regras e normas de comportamento que lhes são aplicáveis;

(h) caso empreguem antigos funcionários ou outros agentes da União, ou assistentes ou estagiários de membros das instituições europeias, devem respeitar a obrigação que incumbe a essas pessoas de cumprir as regras e os requisitos de confidencialidade que lhes são aplicáveis;

(i) devem obter o consentimento prévio do deputado ou deputados ao Parlamento Europeu em causa relativamente a qualquer relação contratual ou de emprego com pessoas que integram a equipa desse deputado ou deputados;

(j) devem cumprir as regras estabelecidas sobre os direitos e responsabilidades dos antigos deputados do Parlamento Europeu e de antigos membros da Comissão Europeia;

(k) devem informar aqueles que representam das suas obrigações para com as instituições europeias;

As pessoas que se tenham registado junto do Parlamento Europeu para efeitos de obtenção de um título pessoal e intransmissível de acesso às instalações do Parlamento:

(l) devem certificar-se de que ostentam de forma visível o título de acesso às instalações do Parlamento Europeu sempre que se encontrarem no seu interior;

(m) devem respeitar rigorosamente as disposições do Regimento do Parlamento Europeu;

(n) devem aceitar que as decisões sobre pedidos de acesso às instalações do Parlamento Europeu são uma prerrogativa exclusiva da instituição e que a inscrição no Registo não confere o direito automático a um título de acesso.



## **Anexo 2. Projeto de Lei nº734/XIII**

### **Artigo 1.º**

#### **Objeto**

A presente lei estabelece o regime jurídico da atividade profissional de mediação para representação de interesses.

### **Artigo 2.º**

#### **Representação profissional de interesses**

1. A representação de interesses pode ser desenvolvida por intermediação por pessoas singulares ou por entidades constituídas com a finalidade de assegurar a mediação profissional para representação de interesses.
2. São atividades de representação de interesses todas aquelas exercidas com o objetivo de influenciar direta ou indiretamente a elaboração ou a execução das políticas públicas e de atos legislativos e regulamentares, bem como os processos decisórios das instituições públicas.

### **Artigo 3.º**

#### **Início de atividade e registo**

- 1 - O início da atividade de mediação profissional para representação de interesses deve ser antecedido de comunicação prévia junto do Registo de Entidades de Representação de Interesses Privados (RRI), que funciona junto da Assembleia da República.
- 2 - O registo em secção própria do RRI das entidades deve integrar e manter atualizado:
  - a) Nome da entidade, morada, telefone, correio eletrónico, sítio web;
  - b) Capital social e nome dos titulares dos órgãos sociais, quando aplicável;
  - c) Nomes das pessoas singulares que atuem em sua representação, que lhe prestem serviços ou que sejam seus trabalhadores subordinados;
  - d) A enumeração dos respetivos clientes e dos principais interesses representados.

### **Artigo 4.º**

#### **Incompatibilidades e impedimentos**

- 1- Para efeitos da presente lei, a atividade de representação profissional de interesses é incompatível com:
  - a) O exercício de funções como titular de órgão de soberania, cargo político ou alto cargo público;
  - b) O exercício da advocacia;
  - c) O exercício de funções em entidade administrativa independente ou entidade reguladora.

2 - Os titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, não podem dedicar-se a atividades de representação profissional de interesses junto do órgão de que foi titular durante um período de três anos contados desde o fim do seu mandato.

#### **Artigo 5.º**

##### **Conflitos de interesses**

1. As entidades que se dediquem profissionalmente à atividade de mediação na representação de interesses devem recusar a representação de uma entidade sempre que sobre a mesma matéria já tenha intervindo em representação da parte contrária nos 3 anos anteriores.
2. As entidades que se dediquem profissionalmente à atividade de mediação na representação de interesses devem ainda recusar representar um interesse conflituante com o de uma entidade que, sobre outra matéria, já seja por si representado.
3. As entidades que se dediquem profissionalmente à atividade de mediação na representação de interesses não podem aconselhar, representar ou agir por conta de dois ou mais clientes, no mesmo assunto ou em assunto conexo, se existir conflito entre os interesses desses clientes.
4. Se um conflito de interesses surgir entre dois ou mais clientes, bem como se ocorrer risco de diminuição da sua independência, a entidade que se dedique profissionalmente à atividade de mediação na representação de interesses deve cessar de agir por conta de todos os clientes.
5. A entidade que se dedique profissionalmente à atividade de mediação na representação de interesses deve abster-se de aceitar um novo cliente se do conhecimento de assuntos relativos a anterior cliente resultarem vantagens ilegítimas ou injustificadas para o novo cliente.

#### **Artigo 6.º**

##### **Direitos e deveres**

1. Aplica-se às entidades que se dediquem à atividade profissional de mediação na representação de interesses o disposto nos artigos 5.º a 8.º da lei que estabelece o regime de registo de entidades que realizam representação de interesses, com as necessárias adaptações.
2. As entidades que se dediquem à atividade profissional de mediação na representação de interesses devem sempre indicar no registo e no momento da marcação de audiências quais as entidades cuja representação pretende realizar.

#### **Artigo 7.º**

##### **Prazo de inscrição das entidades existentes**

As entidades já constituídas com a finalidade de assegurar a mediação profissional da representação de interesses, devem comunicar a respetiva atividade junto do RRIP no prazo de 60 dias após a entrada em vigor da presente lei.

### **Artigo 8.º**

#### **Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao da sua publicação.



## **Anexo 3. Projeto de Lei nº 735/XIII**

### **Artigo 1.º**

#### **Objeto**

1 - A presente lei estabelece o registo de entidades privadas que pretendem assegurar representação de interesses junto da Assembleia da República.

2 - O disposto na presente lei não prejudica o quadro de direitos e deveres previstos na Constituição e na lei para efeitos de concertação social e audição e participação nos processos de tomada de decisão dos órgãos referidos no número anterior.

### **Artigo 2.º**

#### **Representação de interesses**

São atividades de representação de interesses todas aquelas exercidas com o objetivo de influenciar direta ou indiretamente a elaboração ou a execução das políticas públicas e de atos legislativos e regulamentares, bem como os processos decisórios das instituições públicas.

### **Artigo 3.º**

#### **Registo de Representação de Interesses Privados**

1. É criado o Registo de Representação de Interesses Privados (RRI), com caráter público e gratuito, que funciona junto da Assembleia da República.

2. As entidades privadas que pretendam exercer a atividade de representação de interesses, por si ou em representação de terceiros, devem obrigatoriamente inscrever-se no RRI, através do respetivo portal na Internet.

3. São automática e oficiosamente inscritas no registo:

- a) Os parceiros sociais privados e as entidades privadas representadas no Conselho Económico e Social;
- b) As entidades privadas de audição constitucional ou legalmente obrigatória.

### **Artigo 4.º**

#### **Objeto do registo**

1. O RRI contém obrigatoriamente as seguintes informações sobre cada entidade a registar:

- a) Nome da entidade, morada, telefone, correio eletrónico, sítio web;
- b) Enumeração dos principais interesses representados;
- c) Nome dos titulares dos órgãos sociais;
- d) Nome da pessoa responsável pela atividade de representação de interesses, quando exista.

2. O disposto no número anterior não prejudica a obrigação das entidades cuja representação de interesses é realizada através de terceiro intermediário de se registarem.

#### **Artigo 5.º**

##### **Direitos das entidades constantes do RRI**

Sem prejuízo de outros direitos resultantes da Constituição e da lei, as entidades constantes do RRI têm direito:

- a) A contactar a Assembleia da República para efeitos da realização da atividade de representação de interesses, no respeito pela presente lei e da regulamentação setorial e institucional aplicável;
- b) De acesso aos edifícios públicos na prossecução das suas atividades e nos termos de regulamento ou regras das respetivas instituições.
- c) Ser informadas sobre as consultas públicas em curso de natureza legislativa ou regulamentar.
- d) A solicitar a atualização dos dados constantes do RRI;
- e) A apresentar queixas sobre o funcionamento do registo e sobre o comportamento de outras entidades sujeitas ao RRI.

#### **Artigo 6.º**

##### **Deveres das entidades constantes do RRI**

As entidades constantes do RRI têm o dever de:

- a) Cumprir as obrigações declarativas previstas na presente lei, ou ato regulamentar complementar, aceitando o carácter público dos elementos constantes das suas declarações;
- b) Garantir que as informações prestadas para inclusão no registo são corretas, devendo cooperar no âmbito de pedidos administrativos de informações complementares e de atualizações;
- c) Manter, por sua iniciativa, atualizada e completa a informação prestada junto do RRI;
- d) Transmitir ao RRI o texto de quaisquer códigos de conduta profissionais ou setoriais a que estejam vinculados;
- e) Identificar-se perante os titulares dos órgãos aos quais se dirigem, de forma a que seja clara e inequívoca a natureza do contacto estabelecido e qual a identidade das pessoas singulares que realizam o contacto;
- f) Respeitar as regras próprias de circulação nos edifícios públicos aos quais se dirijam, nomeadamente para efeitos de registo de entrada e saída e atribuição de identificação própria;
- g) Abster-se de obter informações ou documentos preparatórios de decisões sem ser através dos canais próprios de acesso a informação pública;

- h) Assegurar, sem discriminação, o acesso de todas as entidades interessadas e a todas as forças políticas representadas em sede parlamentar a informação e documentos transmitidos no quadro da sua atividade de representação de interesses;
- i) Providenciar no sentido de que a informação e documentos entregues aos titulares de órgãos das entidades públicas não contêm elementos incompletos ou inexatos, com a intenção de manipular ou induzir em erro os decisores públicos;
- j) Abster-se de utilizar a sua inscrição no RRI como fator de valorização comercial ou publicitária ou de associar essa condição a qualquer relação privilegiada com as entidades públicas ou com um reconhecimento oficial do seu papel, conducente a induzir um terceiro em erro;
- k) Identificar-se na sua qualidade de representante de interesses em colóquios, conferências, congressos ou eventos de natureza similar organizados pelas entidades públicas, nas suas sedes, sob a sua égide ou com o seu apoio, quando versem a discussão de políticas públicas ou atos legislativos.

#### **Artigo 7.º**

##### **Audiências e consultas públicas**

1. As entidades sujeitas a registo devem obrigatoriamente constar do registo antes de lhes ser concedida uma audiência ou de participarem em audições promovidas pela Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares ou pelos Grupos Parlamentares.
2. A Assembleia da República disponibiliza no respetivo site, uma página com todas as consultas públicas em curso referentes a iniciativas legislativas ou regulamentares.
3. A Assembleia da República, as Comissões Parlamentares e os Grupos Parlamentares divulgam as reuniões por si realizadas com as entidades constantes do registo através do respetivo site.

#### **Artigo 8.º**

##### **Violação de deveres**

1. Sem prejuízo de outras sanções aplicáveis ao caso, a violação dos deveres enunciados no artigo anterior pode determinar a suspensão, total ou parcial, de uma entidade do registo, bem como a determinação de limitações de acesso de pessoas singulares que tenham atuado em sua representação.
2. As decisões previstas no número anterior devem ser publicadas no portal do RRI.
3. O disposto no presente artigo não se aplica às entidades de inscrição automática no RRI.

#### **Artigo 9.º**

##### **Impedimentos**

Os titulares de cargos políticos do Estado e de altos cargos públicos não podem dedicar-se a atividades de representação de interesses em nome de entidades privadas que prosseguem fins lucrativos durante um período de três anos contados desde o fim do seu mandato.

#### **Artigo 10.º**

##### **Implementação do RRI**

1. Até à implementação do sistema central de registo no RRI através do respetivo portal, a Assembleia da República procede ao registo de todas as entidades que se lhes dirijam para esse efeito.
2. A Assembleia da República deve promover o levantamento de todas as entidades de inscrição automática num prazo de 3 meses contado da entrada em vigor da presente lei.

#### **Artigo 11.º**

##### **Alargamento do RRI**

- 1 - Sem prejuízo da possibilidade de criação de um registo próprio, o Governo pode recorrer ao RRI, com as necessárias adaptações, para efeitos de acompanhamento da atividade de representação privada de interesses junto dos seus membros.
- 2 - No âmbito de cada município devem as respetivas Assembleias Municipais criar um registo público de entidades privadas que realizam representação de interesses

#### **Artigo 12.º**

##### **Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao da sua publicação.



## Anexo 4. Código de Conduta do Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (APCE)

Aprovado em Assembleia Geral aos 31 de Março de 2009

### .: Preâmbulo

Com o objectivo de harmonizar e coordenar as práticas profissionais no âmbito da Comunicação Organizacional e Relações Públicas e de prosseguir a afirmação e credibilização da actividade e do sector, a Direcção da Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa, doravante designada, no presente documento por APCE, com o Conselho Consultivo constituíram uma Comissão específica para retomar o aprofundamento e a discussão da designação oficial para os profissionais de Comunicação, ao serviço das diversas organizações. Uma questão de anos, que se projecta na ausência de enquadramento na lei fiscal e também, na inexistência de um código de boas práticas próprio, para além daqueles que servem de referência, nomeadamente, os de organizações internacionais do sector.

O presente documento é a base orientadora para o exercício da actividade profissional, apontando-se, num futuro próximo, para a elaboração de outros referenciadores que, no âmbito da APCE, balizem, identifiquem e reconheçam os Gestores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

Os Associados da APCE, assumem o compromisso de respeitar os princípios enumerados no presente Código de Conduta e de os difundir junto de todos os profissionais do sector.

Consciente do seu papel influenciador na sociedade, o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas fundamenta a sua actuação na aceitação de todos os princípios enunciados no Pacto Mundial das Nações Unidas (*United Nations Global Compact*) e no cumprimento da Constituição da República Portuguesa.

### .: Definições

**Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas** - é o profissional que desenvolve a sua actividade na construção e defesa da identidade e da reputação de organizações, nomeadamente, empresas, instituições públicas, privadas e sociais, e outras entidades, pessoas, bens ou serviços, assim como na expressão da sua identidade e credibilização, estabelecendo relações duradouras com os diferentes públicos.

**Actividade** - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas exerce a sua actividade através do aconselhamento, estratégia e operacionalização de planos e programas, apoiado na pesquisa, monitorização e análise do ambiente organizacional e seu contexto.

## **.: Competências**

O Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas desenvolve e exerce um conjunto de competências:

### **Gerais**

- . Liderança e trabalho em equipa
- . Pensamento estratégico
- . Análise e síntese
- . Escrita e oralidade, em português e noutros idiomas
- . Gestão do tempo e dos recursos humanos e técnicos
- . Comunicação interpessoal e de grupo
- . Argumentação
- . Proactividade

### **Específicas**

- . Pesquisa, monitorização, gestão e organização de informação
- . Análise de tendências e predição de consequências em diferentes ambientes, contextos socioeconómicos e sectores de actividade
- . Conhecimento e compreensão de diferentes paradigmas, teorias e modelos de comunicação, sua aplicabilidade e limitações
- . Gestão da relação com diferentes públicos/*stakeholders*
- . Capacidade de influenciar percepções, atitudes e comportamentos
- . Tecnologias da informação e da comunicação e das técnicas e instrumentos de comunicação organizacional e relações públicas
- . Investigação, planificação, implementação e avaliação de programas de Comunicação Organizacional e Relações Públicas
- . Conhecimento dos constrangimentos éticos e legais inerentes à actividade profissional
- . Gestão de temas sensíveis, questões problemáticas (*issues management*) e de comunicação de crise (*crisis management*), gestão de assuntos públicos (*public affairs*) e lóbi (*influence in decision making*)
- . Planificação e implementação estratégica da comunicação

## .: Valores

O Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas contribui para a credibilidade e constante dignificação da sua actividade, sendo elemento determinante na defesa de uma comunicação que respeite a **verdade**, a **lealdade**, a **confidencialidade** e a **liberdade**, valores éticos intrínsecos aos princípios constantes dos documentos a que se obriga.

**Verdade** - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas adere ao exercício da actividade profissional apenas com verdade, em defesa dos interesses da entidade com quem colabora, dos clientes desta, para com os colaboradores e os seus diversos públicos, não infringindo os princípios éticos por que se rege, salvaguardando o interesse público.

**Lealdade** - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas é leal à entidade que representa, salvaguardando sempre o interesse público.

**Confidencialidade** - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas protege a informação confidencial relativa à entidade para quem trabalha, bem como a que se refere a outras entidades e a pessoas a que a tanto esteja obrigado, não a utilizando, em qualquer caso, para seu próprio benefício, ou de terceiros.

**Liberdade** - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas acredita e defende o livre exercício dos direitos humanos, em especial, a liberdade de expressão, liberdade de reunião e liberdade dos meios de comunicação social, valores essenciais à prática da actividade profissional.

## .:Deveres Especiais

O Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas assume e respeita os seus deveres profissionais, nomeadamente:

**Formação** - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas deve ter como preocupação central a sua formação contínua, a melhoria das suas competências para a progressão na profissão, exercendo-a, logo que possível, devidamente acreditado.

**Divulgação** - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas é o principal agente de promoção e divulgação da sua actividade profissional, quer junto dos seus pares, quer das empresas e outras entidades potenciais utilizadoras destes serviços, quer, ainda, da sociedade em geral.

**Reputação** - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas é responsável pela progressiva visibilidade e reputação da profissão, e, através da sua atitude, pelo reforço dos valores éticos e deontológicos.

**Responsabilidade Social** - o Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas é elemento activo na sensibilização da consciência social, na defesa do planeta, do meio ambiente, da biodiversidade, na luta contra a fome, a guerra, todas as formas de violência e injustiça, defendendo e apoiando políticas socialmente sustentáveis, a favor da paz.

#### **.: Fiscalização**

A fiscalização do cumprimento do presente Código de Conduta é efectuada, antes de mais, pelos associados da APCE e por quantos estejam em consonância com os princípios nele enunciados, cabendo à Associação, através dos órgãos próprios, de acordo com os seus Estatutos, a intervenção de carácter disciplinar.

#### **.: Representatividade**

Pela progressiva representatividade da APCE enquanto entidade agregadora dos Gestores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, pretende-se que esta venha a constituir-se como entidade autenticadora e credenciadora do exercício da profissão.

**O presente Código de Conduta é aceite  
pelo Gestor de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, associado da APCE.**

## Anexo 5. Lista integral do número de organizações inscritas distribuídas por país

\*Os números assinalados a vermelho correspondem a países com um número de organizações inferior às de Portugal;

\*\*Países presentes no Registo, mas sem organizações registadas no dia 7 de março.

Tabela 1 - Organizações inscritas distribuídas pelos vários países europeus (elaboração própria).

Número total de organizações europeias inscritas por país	
Albânia	2*
Alemanha	1 471
Andorra	**
Áustria	234
Bélgica	2 119
Bielorrússia	**
Bósnia Herzegovina	6
Bulgária	68
Chipre	25
Croácia	61
Dinamarca	190
Eslováquia	61
Eslovénia	59
Espanha	719
Estónia	48
Finlândia	227
França	1 081
Grécia	141
Hungria	96
Irlanda	177
Islândia	8
Itália	846
Kosovo	1
Letónia	37
Liechtenstein	5
Lituânia	48
Luxemburgo	75
Macedónia	9
Malta	26
Moldávia	5
Mónaco	2
Montenegro	2

Noruega	<b>87</b>
Países Baixos	636
Polónia	222
<b>Portugal</b>	<b>185</b>
Reino Unido	1 147
República Checa	<b>107</b>
Roménia	<b>111</b>
Rússia	<b>12</b>
São Marinho	<b>2</b>
Sérvia	<b>14</b>
Suécia	255
Suíça	248
Ucrânia	<b>17</b>

## Anexo 6. Lista integral dos domínios de interesse

Tabela 2 - Domínios de interesse defendidos no Registo de Transparência da UE (elaboração própria).

Domínios de Interesse	Representantes europeus	Representantes portugueses
Ação Climática	4 289	73
Agricultura	3 015	55
Ajuda humanitária e proteção civil	1 507	27
Alargamento	1 431	16
Alfândegas	2 015	25
Ambiente	6 043	110
Assuntos gerais e institucionais	2 822	41
Assuntos marítimos e pescas	1 543	38
Comércio	4 031	55
Comunicação	2 418	49
Concorrência	4 385	69
Consumidores	3 932	64
Cooperação internacional e desenvolvimento	3 041	56
Cultura	2 444	41
Cultura e meios de comunicação social	2 137	37
Desporto	1 045	20
Economia e sociedades digitais	4 012	73
Economia, finanças e o euro	4 214	69
Educação e formação	3 801	74
Emprego e assuntos sociais	3 673	55
Empresas e indústria	4 648	68
Energia	4 416	82
Fiscalidade	3 163	46
Fronteiras e segurança	1 781	20
Investigação e inovação	5 688	106
Justiça e direitos fundamentais	3 134	43
Juventude	2 306	31
Mercado único	4 800	66
Migração e asilo	37	1
Orçamento	1 687	29
Política europeia de vizinhança	18	1
Política externa e de segurança	1 857	24
Política regional	2 949	58
Prevenção da fraude	15	1
Redes transeuropeias	3 014	61
Relações externas	2 666	36
Saúde Pública	3 542	67
Segurança alimentar	2 845	54
Serviços bancários e financeiros	1 534	18
Transportes	3 402	71





## Anexo 7. Lista integral de nomenclaturas

Tabela 3 - Lista de cargos detidos pelos profissionais responsáveis pelas relações com a UE (elaboração própria).

Profissionais responsáveis pelas relações com a UE	
Administrador	Head of Public Affairs
Advisor for External Relations Affairs	Head of Legal Affairs
Advogado	Head of European Office
Assessor da Direção	Head of Administration Board
Assessor Técnico	Industrial Director
Assessora para Assuntos Europeus	International Affairs
Assessoria do Conselho de Administração	International Director
Bastonária	Innovation Management Director
Board Director	International Business Unit
Board President	Legal Adviser
Brussels Representative	Líder
CEO	Manager
Chair	Managing Director
Chairman and Executive President	Managing Partner
Chanceler	Marketing Director
Chief Institutional Relations Office	Marketing Officer
Chief Operations Officer	Member of National Board
Co-coordinator	Membro da Assembleia Geral
Conselho de Administração	Owner
Consulting Sales Manager	Partner
Consultor independente	Planning and Sustainability Coord.
Coordinator	President Board of Directors
Councilor	President of the Board
Deputy Director	Presidente
Director Alliances, Industry & Regulatory Affairs	Project Director
Director Legal Department	Project Manager
Director Studies and Planning Department	Project Trainee
Diretor (a)	Public Affairs Manager
Diretor de Assuntos Europeus	Reitor
Diretor de Comunicação e Relações Institucionais	Relações Internacionais
Diretor Geral Assuntos Jurídicos e Governance	Representante Permanente
Diretora de Inovação	Scientific Officer
Diretora de Prática e Clientes	Secretário Executivo
Diretora de Regulação, Concorrência e Jurídico	Secretário Geral
Finance Director and Government Affairs	Secretary
European Office and Coordinator	Senior Partner
Europe Deputy Bureau Chief and Program Director	SGE Chairwoman

Executive Director	Special Projects Development Manager
General Director	Supply Chain & Packaging Manager
General Manager	Tesoureira da Direção
Gerente	Technical Department
Gestor de Tecnologia e Novos Mercados	Vice Presidente
	Vice Reitor